

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

HELLEN CHRISTIAN DE FARIA ANDRADE ROCHA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FATOR DE INCLUSÃO
SOCIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE
ITAPURANGA-GO.**

GOIÂNIA
2024

HELLEN CHRISTIAN DE FARIA ANDRADE ROCHA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FATOR DE INCLUSÃO
SOCIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO MUNICÍPIO DE
ITAPURANGA-GO.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em
Desenvolvimento Regional, Área de
Concentração em Desenvolvimento
Regional, Linha de Pesquisa em
Educação e Desenvolvimento Regional
do Centro Universitário Alves Faria –
Unialfa como requisito parcial para
obtenção do título de mestre em
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Caruso

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

R672e

Rocha, Hellen Christian de Faria Andrade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como fator de inclusão social e para o desenvolvimento regional no município de Itapuranga-GO / Hellen Christian de Faria Andrade Rocha. – 2024.

149 f.: il. 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Caruso.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Goiânia, 2024.

1. Educação de Jovens e Adulto. 2. Inclusão Social. 3. Transformação Educacional. 4. Mercado de Trabalho. I. Caruso, Sergio. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 374.7(817.3)

AGRADECIMENTOS

A jornada para a conclusão deste mestrado foi um caminho repleto de desafios, aprendizados e momentos significativos. Neste percurso, muitas pessoas foram essenciais, portanto, é com grande estima e gratidão que dedico este espaço para agradecer a cada um que contribuiu para a realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, expresso minha mais profunda gratidão ao meu esposo, Willger, cujo amor, paciência e compreensão foram o porto seguro nos momentos mais turbulentos desta jornada. Seu apoio incondicional e sua fé inabalável em minha capacidade foram fundamentais para que eu não perdesse de vista meus objetivos e continuasse a perseguir meus sonhos.

Aos meus queridos filhos, Kaiky e Yasmim, verdadeiras fontes de alegria e motivação. Vocês são a razão pela qual busco ser melhor a cada dia. A compreensão e o carinho de vocês nos momentos em que precisei me dedicar integralmente a este trabalho fizeram toda a diferença. Seu sorriso e amor são as energias que me impulsionam.

Aos meus amados pais, Antônio e Esdra, que me ensinaram o valor da educação e da perseverança. Vocês me proporcionaram as bases de tudo que sou e sempre incentivaram todos os meus passos em busca do conhecimento. A dedicação de vocês e o exemplo de vida são as luzes que guiam meu caminho. Agradeço por todas as orações, por todo o apoio e por acreditarem em mim em cada fase da minha vida.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Sergio Caruso, cuja expertise, dedicação e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Seu olhar crítico e seu apoio constante me guiaram por caminhos que eu jamais poderia percorrer sozinha. Sua orientação precisa e seu incentivo me motivaram a explorar profundamente o tema e a buscar excelência em todo o meu trabalho.

À minha universidade e aos colegas de curso, pela troca de experiências e pelo ambiente colaborativo que tanto enriqueceu minha jornada acadêmica. Cada discussão, cada compartilhamento de ideias contribuiu para o enriquecimento deste trabalho.

A todos os amigos e familiares que, de alguma forma, estiveram presentes e me ofereceram palavras de incentivo e conforto, meu sincero obrigado. Cada gesto de vocês foi um componente vital para que eu mantivesse meu foco e determinação.

Por fim, agradeço a todos os participantes deste estudo, que generosamente compartilharam suas experiências e perspectivas, permitindo que este trabalho fosse além de

uma análise teórica, transformando-se em um reflexo das realidades vividas.

Esta dissertação é um marco não apenas acadêmico, mas também pessoal, que compartilho com cada um de vocês. Obrigada por serem parte desta importante etapa da minha vida.

.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como fator de inclusão social e para o desenvolvimento regional no município de Itapuranga-GO é o tema desta dissertação, que investiga o impacto da EJA no desenvolvimento regional de Itapuranga. A pesquisa aborda tanto o progresso socioeconômico quanto a forma como o programa contribui para o avanço pessoal e profissional dos indivíduos. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo principal entender a Educação de Jovens e Adultos em Itapuranga-GO, permitindo possibilidades de crescimento pessoal, inserção profissional no mercado de trabalho e desenvolvimento regional. Os objetivos específicos foram compreender a Educação de Jovens e Adultos, caracterizar o município de Itapuranga-GO e seu desenvolvimento, e, por último, analisar os impactos e perspectivas da EJA nas pessoas e no desenvolvimento local. A EJA desempenha um papel crucial na valorização e no empoderamento dos cidadãos, possibilitando que indivíduos que perderam oportunidades educacionais anteriores adquiram conhecimentos e habilidades essenciais. Isso fortalece as redes de capital social e contribui para o avanço local. Através de uma abordagem metodológica qualitativa e uma análise detalhada dos dados coletados de questionários aplicados, o estudo explora as transformações na qualificação profissional, autoestima e engajamento cívico dos egressos do programa. Os resultados revelam que a EJA não apenas proporciona uma segunda chance educacional significativa, mas também atua como um catalisador para a inserção efetiva no mercado de trabalho e para a participação ativa na sociedade. Ademais, o programa se destaca na mitigação das disparidades educacionais, promovendo a inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento econômico regional. Este trabalho ressalta a importância de continuar e expandir as iniciativas de educação para adultos, destacando a EJA como uma ferramenta vital para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas, essencial para o enfrentamento dos desafios contemporâneos e para o crescimento sustentável de Itapuranga.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Desenvolvimento Regional. Inclusão Social. Transformação Educacional. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The theme of this dissertation is Adult and Youth Education (EJA) as a factor of social inclusion and regional development in the municipality of Itapuranga-GO. This study investigates the impact of EJA on the regional development of Itapuranga, addressing both socioeconomic progress and how the program contributes to the personal and professional advancement of individuals. The main objective is to understand the role of Adult and Youth Education in Itapuranga-GO, allowing for personal growth, professional insertion into the job market, and regional development. The specific objectives were to understand Adult and Youth Education, characterize the municipality of Itapuranga-GO and its development, and analyze the impacts and perspectives of EJA on people and local development. EJA plays a crucial role in the empowerment and valorization of citizens, enabling individuals who missed previous educational opportunities to acquire essential knowledge and skills. This strengthens social capital networks and contributes to local advancement. Through a qualitative methodological approach and a detailed analysis of data collected from applied questionnaires, the study explores transformations in the professional qualification, self-esteem, and civic engagement of program graduates. The results reveal that EJA not only provides a significant second educational opportunity but also acts as a catalyst for effective market insertion and active participation in society. Furthermore, the program stands out in mitigating educational disparities, promoting social inclusion, and contributing to regional economic development. This work highlights the importance of continuing and expanding adult education initiatives, emphasizing EJA as a vital tool for strengthening individual and collective capacities, essential for addressing contemporary challenges and fostering sustainable growth in Itapuranga.

Keywords: Education for Young Adults and Adults. Regional Development. Social Inclusion. Educational Transformation. Labor Market.

FIGURAS

Figura 1: Vista aérea do município de Itapuranga.....	37
Figura 2: Mapa de localização do município de Itapuranga.....	38
Figura 3: Xixazeiro	39
Figura 4: Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima.	40
Figura 5: Aspecto do município de Itapuranga década de 60.....	41
Figura 6: : Formações rochosas localizadas na região da Serrinha	41
Figura 7: Mapa de localização da Serra do Gigante no município de Itapuranga – GO.	42
Figura 8: Vale Verde Itapuranga.	43
Figura 9: Produção de maracujá em Itapuranga-GO.	44
Figura 10: IDEB, Ensino Fundamental, Anos Iniciais na Rede Pública	49
Figura 11: IDEB, Ensino Fundamental, Anos Finais na Rede Pública	50
Figura 12: IDEB, Ensino médio, Rede Pública Estadual	51

QUADROS

Quadro 1: Identificação e caracterização dos participantes.....	63
Quadro 2: Grau de formação adicional.....	66
Quadro 3: Ocupação/Trabalho Principal	71
Quadro 4: Assistência Médica.....	79
Quadro 5: Transporte utilizado.....	88
Quadro 6: Lazer e suas preferências.....	91
Quadro 7: Consumo de mídia dos participantes.....	94
Quadro 8: Percepção das leis trabalhistas entre os participantes.....	98
Quadro 9 : Pretensão para mudar de profissão.....	107
Quadro 10: Perspectiva de vida para os filhos	111
Quadro 11: Satisfação de vida	113
Quadro 12: Objetivos Profissionais e Pessoais.....	115
Quadro 13: Motivo que levou procurar a EJA	123
Quadro 14: Razões pelas quais não seguiu o percurso educacional típico.....	124
Quadro 15: Dificuldades durante a EJA.....	127
Quadro 16: O que mudou após a EJA	129
Quadro 17: avaliação dos estudos na EJA.....	130
Quadro 18: Maior incentivo pessoal.....	131
Quadro 19: Impacto e Recomendação da E.....	133

GRÁFICOS

Gráfico 1: Participantes por Idade	64
Gráfico 2: Participante por gênero.....	64
Gráfico 3: Participantes por Naturalidade	65
Gráfico 4: Estado Civil dos Participantes.....	66
Gráfico 5: Estudos Atuais.....	68
Gráfico 6: Perfil Familiar – Chefe Familiar	69
Gráfico 7: Participantes e filhos	70
Gráfico 8 : Moradia	74
Gráfico 9: Coabitação com membros da família	75
Gráfico 10: Impacto da pandemia da COVID-19 no trabalho.....	81
Gráfico 11: COVID-19 – Recebimento de auxílio do Governo Federal	82
Gráfico 12: Trabalho Formal.....	83
Gráfico 13: Mensalista e Diarista	84
Gráfico 14: Porcentagem do salário destinada às despesas de casa	86
Gráfico 15: Capacidade de fazer uma reserva financeira	87
Gráfico 16: Renda Mensal.....	90
Gráfico 17: Participação em Programas Sociais.....	91
Gráfico 18: Religião dos participantes	93
Gráfico 19: Leitura de livros/ano dos participantes.....	96
Gráfico 20: Filiação em partido político.....	97
Gráfico 21: Participantes filiados em sindicatos	98
Gráfico 22: O atendimento das necessidades dos participantes através da legislação trabalhista	100
Gráfico 23: Participantes vítimas de violência ou assédio no ambiente de trabalho.....	102
Gráfico 24: Intenção de continuidade em seus atuais postos de trabalho	104
Gráfico 25: intenções relacionadas à mudança de profissão	106
Gráfico 26: Pretensão em continuar os estudos.....	108
Gráfico 27: Condição financeira como fator determinante para a realização de planos futuros	109
Gráfico 28: Visão em relação ao futuro.....	110
Gráfico 29: Desvalorização profissional	113
Gráfico 30: Grau de escolaridade	117
Gráfico 31: Grau de escolaridade - Pai.....	119
Gráfico 32: Grau de escolaridade - Mãe.....	120
Gráfico 33: Grau de escolaridade - Pessoal.....	122
Gráfico 34: Impacto Pessoal através da EJA.....	125
Gráfico 35: Tempo de conclusão da EJA	126

TABELAS

Tabela 1: Bens duráveis.....	75
Tabela 2: Bens duráveis (continuação).....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNE - Conselho Nacional de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDR - Mestrado em Desenvolvimento Regional

MEC - Ministério da Educação

ONG - Organização Não Governamental

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PNL - Programa Nacional de Livros

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEB - Secretaria de Educação Básica

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	18
1.1 PANORAMA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DOS TEMPOS	20
1.2 A IMPORTÂNCIA DA EJA NO PANORAMA EDUCACIONAL	26
1.3 A EJA E O DIREITO À EDUCAÇÃO.	29
1.4 PLANEJAMENTO CURRICULAR DA EJA.....	35
2 O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA.....	37
2.1 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ITAPURANGA	46
2.2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM ITAPURANGA, GOIÁS.....	52
3 METODOLOGIA	56
3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA MAPEAMENTO NA PESQUISA.....	57
4. DISCUSSÃO E ANÁLISE	61
4.1 PERFIL DO EGRESSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM ITAPURANGA	62
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO	72
4.3 CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA	96
4.4 PERSPECTIVAS DE VIDA FUTURA.....	103
4.5 EJA E A FORMAÇÃO.....	116
CONCLUSÃO	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	149
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS PARA MAPEAMENTO NA PESQUISA.....	150

INTRODUÇÃO

A educação, um pilar fundamental do desenvolvimento social e econômico, tem sido um tema de crescente interesse em várias esferas da sociedade. Em particular, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino no Brasil destinada a proporcionar educação fundamental e média a adultos e jovens que não completaram esses níveis educacionais na idade convencional, merece atenção especial. Com a adaptação de métodos e materiais didáticos para atender às necessidades desse público diversificado, a EJA não só oferece conhecimento formal, mas também empoderamento pessoal e oportunidades de desenvolvimento profissional.

Neste contexto, o município de Itapuranga-GO, com sua rica história cultural e diversidade socioeconômica, surge como um campo de estudo vital para explorar o impacto e a eficácia da EJA. De acordo com Costa ([s.d.]), o município de Itapuranga foi oficialmente elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 954, em 13 de novembro de 1953 e é conhecido por sua forte ligação com a agricultura, especialmente a cana-de-açúcar. Itapuranga apresenta uma população de aproximadamente 25.597 habitantes e reflete as complexidades educacionais típicas de muitas cidades brasileiras (IBGE, 2022). Apesar de uma alta taxa de escolarização até os 14 anos (DIAS, 2019), há uma diminuição notável na continuidade educacional em níveis mais elevados, um fenômeno que desafia a compreensão da efetividade das políticas educacionais locais, com foco especial na EJA.

A pesquisa se concentra em uma análise documental detalhada das políticas públicas de educação voltadas para a EJA no ensino médio, especificamente no Colégio José Pereira de Faria. O período abordado, de 2011 a 2021, é essencial para entender as mudanças e continuidades nas estratégias educacionais da região. A análise busca compreender não só as políticas em si, mas também como são refletidas nas práticas escolares e nas experiências dos estudantes.

Complementarmente à análise documental, a pesquisa incorpora um significativo componente estatístico. Será realizada uma avaliação abrangente para entender a demografia dos estudantes da EJA e as percepções e experiências dos professores e gestores escolares. Essa abordagem permite uma compreensão mais completa do impacto da EJA na comunidade de Itapuranga.

O interesse por este tema surgiu da premissa de que a educação é um dos principais motores do desenvolvimento regional. A EJA desempenha um papel crucial na valorização e no empoderamento dos cidadãos, de forma a possibilitar que indivíduos que perderam

oportunidades educacionais anteriores adquiram conhecimentos e habilidades essenciais. Isso fortalece as redes de capital social e contribui para o avanço local.

A importância da EJA para o desenvolvimento regional não pode ser subestimada, especialmente em municípios como Itapuranga. Através da educação de jovens e adultos, é possível fomentar a inclusão social, reduzir as desigualdades e promover um crescimento econômico mais equilibrado. A EJA não só melhora a qualificação profissional dos indivíduos, mas também potencializa suas capacidades de participação cívica e social, contribuindo para a construção de uma comunidade mais coesa e resiliente.

Este estudo investiga a EJA não apenas como um meio para a inclusão social e capacitação profissional, mas também evidencia seu papel na promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos envolvidos. A pesquisa aborda como a EJA, ao oferecer uma segunda chance educacional, contribui para a inclusão social e a capacitação para o mercado de trabalho.

No contexto de Itapuranga, é crucial analisar como a escolarização influencia o desenvolvimento da região. O estudo examinará como a escola preparou os estudantes para as demandas do mercado de trabalho e universitário, de modo a destacar o papel da EJA no desenvolvimento regional.

A justificativa para este estudo reside na importância da EJA na redução da exclusão social e na promoção da cidadania, um direito humano fundamental reconhecido na constituição de 1988. A avaliação do impacto da EJA, especialmente no Colégio José Pereira de Faria, oferece informações valiosas para o aprimoramento das políticas públicas de educação.

Minha proximidade com o tema é direta e pessoal. Em 2001, quando a EJA foi autorizada para a unidade, atuava como auxiliar administrativa, onde realizava matrículas e organizava a documentação dos alunos da EJA. Em 2005, já como professora concursada, trabalhei como professora de Língua Portuguesa nas turmas da EJA, adquirindo uma compreensão aprofundada das necessidades e desafios enfrentados pelos alunos. Em 2018, assumi o cargo de secretária geral, com acesso à regulamentação e documentação dos alunos da EJA, função que exerço até os dias atuais. Esta experiência prática e contínua me proporciona uma perspectiva única e detalhada sobre a evolução e o impacto da EJA em Itapuranga. Ao longo desses anos, vivenciei a transformação no desenvolvimento regional por meio da EJA, acompanhando de perto a evolução dos alunos e percebendo o potencial do tema.

Escolhi Itapuranga como foco deste estudo por ser a cidade onde atuo diretamente na

EJA e onde desenvolvi uma conexão com a comunidade e seus desafios educacionais. Acredito que minha vivência e envolvimento direto com a EJA em Itapuranga me permitem uma análise mais rica e fundamentada dos impactos e das transformações proporcionadas por este programa educacional.

A pesquisa busca responder à questão: De que maneira a implementação da Educação de Jovens e Adultos em Itapuranga-GO tem contribuído especificamente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região? Para isso, investigará a extensão em que a EJA modificou o perfil do cidadão e do trabalhador em Itapuranga e os impactos positivos dessa transformação nos resultados reais da educação. A pesquisa se aprofundará em estudos de caso de indivíduos que passaram pela EJA e hoje ocupam posições significativas na sociedade de Itapuranga, como prefeito, policial, enfermeira, entre outros, além de examinar casos de indivíduos que, após passarem pela EJA, prosseguiram para o ensino superior.

Esses estudos de caso ilustrarão o impacto direto da EJA nas vidas desses indivíduos e como suas trajetórias contribuíram para o desenvolvimento local. Ao destacar histórias de sucesso, a pesquisa enfatiza o potencial da EJA como catalisador para mudanças sociais e econômicas positivas na comunidade.

A metodologia adotada será através de uma análise qualitativa e quantitativa. Além da análise documental e estatística, entrevistas pessoais com ex-alunos da EJA e figuras-chave na comunidade educacional de Itapuranga proporcionarão percepções aprofundadas. Essas entrevistas ajudarão a compreender melhor as experiências individuais e coletivas dos envolvidos no programa EJA e seu impacto na comunidade local.

Através dessa abordagem, a pesquisa busca construir um quadro detalhado do papel da EJA em Itapuranga, analisando não apenas os aspectos práticos da implementação da EJA, mas também explorando as percepções e experiências daqueles que foram diretamente afetados por ela.

Além disso, o estudo abordará questões cruciais relacionadas à sustentabilidade e eficácia da EJA como política pública. Será examinado como as políticas e práticas educacionais podem ser aprimoradas para maximizar os benefícios da EJA para os alunos e para a sociedade como um todo.

Espera-se que a pesquisa contribua significativamente para a compreensão do valor e do impacto da Educação de Jovens e Adultos. O objetivo é que os resultados possam informar e influenciar positivamente as políticas públicas, não apenas em Itapuranga, mas também em outras regiões com desafios semelhantes. Além disso, espera-se que as conclusões obtidas

possam ser utilizadas para reforçar o papel da EJA como uma ferramenta vital para a inclusão social e desenvolvimento regional.

Este estudo, portanto, não é apenas uma investigação acadêmica, mas também uma jornada em busca de compreender o verdadeiro valor da educação na transformação de vidas e comunidades. Através desta pesquisa, busca-se iluminar o caminho para políticas educacionais mais inclusivas e eficazes, reafirmando a EJA como um componente essencial no desenvolvimento social e econômico de uma região.

A dissertação é estruturada em três capítulos principais, cada um abordando diferentes aspectos da EJA em Itapuranga. O primeiro capítulo oferecerá um panorama da educação ao longo dos tempos, com foco especial na evolução da EJA. O segundo capítulo analisará o município de Itapuranga, desde sua criação até os dias atuais, no terceiro capítulo a metodologia adotada e construída, enquanto o quarto capítulo discutirá os impactos e perspectivas da EJA nas pessoas e no desenvolvimento local.

Com esta abordagem, a pesquisa pretende não apenas contribuir para o campo acadêmico, mas também oferecer perspectivas práticas e aplicáveis para a melhoria contínua da educação de jovens e adultos. Ao destacar histórias de sucesso e desafios enfrentados pela EJA, a pesquisa espera inspirar mudanças positivas e sustentáveis na educação e no desenvolvimento regional.

1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se destaca como uma modalidade fundamental no âmbito do ensino fundamental e médio, desempenhando um papel crucial na democratização do acesso ao conhecimento científico.

Ramos diz:

EJA é um programa do governo que visa oferecer o Ensino Fundamental e Médio para pessoas que já passaram da idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar. É uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, para as pessoas que não possuem idade escolar e oportunidade (RAMOS, 2021, p.10).

Esta modalidade é essencialmente uma ponte para aqueles que, por diversas circunstâncias, não puderam acessar a educação formal no período considerado ideal. Ela proporciona não apenas a oportunidade de iniciação ou continuação dos estudos, mas também atua como um instrumento vital para assegurar o direito à educação, abrindo portas para aqueles historicamente marginalizados ou impedidos de frequentar o ambiente escolar.

A realidade educacional muitas vezes é marcada por diversos fatores que limitam o acesso à alfabetização durante a infância, levando muitos adultos a procurarem a EJA em instituições públicas como um meio de reintegração ao processo educativo. Segundo a legislação educacional brasileira, esta modalidade é acessível a partir dos 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 ressaltam a importância da gratuidade e obrigatoriedade desta etapa educacional, enfatizando a responsabilidade dos estados e municípios na inclusão educacional de jovens e adultos.

Entender a Educação de Jovens e Adultos (EJA), explorando seus aspectos fundamentais, a importância dentro do contexto educacional brasileiro e os desafios enfrentados na implementação eficaz dessa modalidade de ensino, proporciona uma análise dos conceitos centrais que regem a EJA, as políticas públicas e legislações vigentes que moldam sua estrutura e funcionamento.

Contudo, a compreensão da evolução histórica da educação ganha uma nova dimensão ao considerarmos seu impacto direto sobre a EJA. Ao longo da história, observamos uma trajetória de exclusão e marginalização de certos grupos da sociedade no acesso à educação

formal, conforme analisado por Oliveira (2002).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) emerge como uma resposta à exclusão histórica destes diversos grupos da sociedade no acesso à educação formal. Desde o Brasil Colônia, a educação para jovens e adultos foi marcada por iniciativas esparsas e desarticuladas, muitas vezes focadas mais na catequização e na formação de mão de obra do que na promoção de uma educação integral. No período colonial, os jesuítas foram os primeiros a instituir escolas voltadas tanto para os filhos dos colonos quanto para os indígenas, com o objetivo de catequização e integração cultural, evidenciando um modelo de educação subordinado aos interesses coloniais e religiosos (Di Pierro; Vovio; Andrade, 2008).

No Império, a situação não mudou significativamente. As primeiras leis educacionais, como o Decreto de 1827, que instituiu as escolas de primeiras letras, foram insuficientes para incluir de forma ampla jovens e adultos na educação formal. Foi apenas com a chegada da República que se observaram as primeiras tentativas de uma educação mais inclusiva, mas ainda muito limitada e restrita às necessidades econômicas da época (Di Pierro; Haddad, 2015).

Durante o século XX, especialmente nas décadas de 1940 e 1950, com a industrialização crescente, a necessidade de uma mão de obra minimamente qualificada fez surgir novas iniciativas para a educação de jovens e adultos. No entanto, esses programas, como o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado em 1967, tinham um caráter compensatório, focando mais na erradicação do analfabetismo do que na educação contínua e de qualidade (Gadotti, 2009).

A institucionalização formal da EJA ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que definiu a EJA como uma modalidade de ensino voltada para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada. Esse marco legal representou um avanço significativo, reconhecendo a EJA como direito dos cidadãos e dever do Estado, com a finalidade de proporcionar oportunidades educacionais apropriadas, respeitando as características e necessidades dos jovens e adultos (Di Pierro, 2005).

No início do século XXI, a EJA passou a integrar políticas públicas mais robustas, como o Plano Nacional de Educação (PNE), que estipulou metas específicas para a redução do analfabetismo e a elevação da escolaridade média da população. A inclusão da EJA nos programas de financiamento da educação, como o FUNDEB, possibilitou uma maior oferta de vagas e recursos destinados a essa modalidade de ensino, embora ainda existam desafios significativos a serem superados (Di Pierro, 2001).

A trajetória da EJA revela que a modalidade desempenha um papel crucial na valorização e no empoderamento dos cidadãos. Através da EJA, indivíduos que perderam oportunidades educacionais anteriores podem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais, o que fortalece as redes de capital social e contribui para o avanço local (Di Pierro; Haddad, 2015).

A trajetória das iniciativas educacionais destinadas a jovens e adultos no Brasil atravessa mais de quinhentos anos da história, refletindo os contextos culturais, sociais, econômicos e políticos dos diferentes períodos históricos. Essas iniciativas delinearam ações, projetos, programas e políticas educacionais que se manifestaram de formas diversas, desde reducionistas e subordinadas aos interesses econômicos até uma aproximação ao respeito da concepção de educação como direito humano universal (ONU Brasil, 1948). A EJA emerge, assim, como uma iniciativa para proporcionar não apenas educação, mas também inclusão social e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para esses indivíduos, ao capacitar indivíduos que, por sua vez, contribuem para o crescimento econômico e cultural de suas comunidades.

A relevância da EJA no panorama educacional mais amplo, ou seja, como ela contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, justifica sua própria importância e as relações entre as políticas de educação, desenvolvimento social e regional.

A compreensão de como a EJA pode influenciar positivamente o desenvolvimento regional e cultural das comunidades, nos proporcionará uma compreensão desta modalidade de ensino, de forma a realçar seu papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

A importância de um panorama da educação servirá para uma reflexão sobre o papel significativo da EJA no cenário educacional contemporâneo, de forma que é essencial revisitar e compreender a evolução do conceito de educação ao longo da história.

1.1 PANORAMA DA EDUCAÇÃO AO LONGO DOS TEMPOS

Desde os primórdios da civilização, a educação tem sido um alicerce para o desenvolvimento humano, desempenhando um papel crucial na evolução das sociedades. Ela transcende a simples transmissão de conhecimento, servindo como um catalisador para o crescimento pessoal, a compreensão do mundo e a formação de comunidades justas e inclusivas.

Conforme Ramos:

A educação como um direito de todas as pessoas, tem como um dos objetivos mais relevantes o pleno desenvolvimento, no sentido em que fortalece a dignidade humana e enfatiza o respeito pelos direitos. O acesso a uma educação de qualidade e emancipatória, sem discriminação, pode levar à criação de oportunidades, à liberdade de escolha, ao crescimento econômico sustentável, à melhoria das condições de saúde, à redução da pobreza, à melhoria da mobilidade social, e a prevenção de regimes autocráticos (RAMOS, 2023, p.22).

Para Souza (2021) a educação é amplamente reconhecida como um pilar fundamental tanto para o desenvolvimento individual quanto para o progresso coletivo de uma sociedade. Além de ser uma fonte de conhecimento e habilidades técnicas, ela é essencial como um meio de acesso as oportunidades sociais. Através da educação, as pessoas podem superar barreiras socioeconômicas, ampliar seus horizontes e atingir um maior grau de realização pessoal e profissional.

A trajetória da educação ao longo do tempo espelha as transformações sociais e culturais que acompanharam a jornada da humanidade desde suas origens primitivas até a formação de sociedades complexas e civilizadas. Notavelmente, a invenção da escrita, ocorrida cerca de 4 mil anos a.C., teve um papel crucial nesse processo evolutivo. Ela não apenas facilitou a organização social, mas também tornou possível a transmissão acumulativa de conhecimento para as futuras gerações (SOUZA, 2021).

Especificamente na Grécia Antiga, período marcado por avanços significativos em diversos campos, a educação emergiu como um pilar fundamental na construção do caráter e identidade dos cidadãos. Este período, conhecido como a era clássica, viu as cidades-estados gregas, notadamente Esparta e Atenas, adotarem filosofias educacionais distintas. Enquanto Esparta se concentrava intensamente na criação de guerreiros disciplinados e habilidosos militarmente, Atenas seguia um caminho diverso. A abordagem ateniense, denominada "Paidéia", enfatizava uma educação mais holística, valorizando amplamente a cultura, a arte da retórica e o desenvolvimento integral do indivíduo.

Para Nunes:

Os gregos antigos, apesar dos desvios que permitiram em seus projetos de formação humana, souberam exprimir de modo notável o ideal puramente humano da educação física, intelectual e moral. Sócrates, Platão, Aristóteles e Isócrates lançaram os fundamentos da educação humanística e da formação da personalidade. Ora, tudo que é natural e válido racionalmente é admitido pelo Cristianismo [...] a contribuição do Cristianismo para a educação consiste em nova visão da verdade, em novo objetivo sobrenatural e em novos auxílios sobrenaturais dados à

humanidade por Jesus Cristo (NUNES, 2018, p. 19).

Nunes também destaca que a educação romana, por volta de 451 a.C., enfoca a formação moral e física, de modo a preparar os cidadãos para a guerra e a expansão do Império Romano. A educação medieval estava fortemente ligada à religião cristã, com ênfase na formação religiosa e no latim.

Entre os filósofos educacionais de Atenas se destaca, Sócrates, (469-399 a. C), Platão (427-347 a. C) e Aristóteles (384-322 a. C). Segundo Monroe (1977, p. 66-67), para Sócrates “[...] estava na consciência o indivíduo, o caráter moral da pessoa a ser procurada elementos essenciais do propósito da vida e da educação”.

Segundo Monroe (1977), Platão, eventualmente alinhado com Sócrates, enfatizou a necessidade de distinguir as opiniões das verdades universais no mundo das ideias. Enquanto para Platão a realidade era essencialmente formada por ideias abstratas, Aristóteles via a realidade como algo concretizado em objetos, unidades ou fatos que cumprem suas finalidades mais elevadas e apropriadas. Para ambos os filósofos, a educação ideal valorizava aspectos como o lazer e a contemplação, elementos característicos do pensamento aristocrático, refletindo uma visão de educação voltada para o desenvolvimento integral do ser humano, além das necessidades práticas e imediatas.

Para abordar a temática educação é relevante compreendermos sua visão histórica. Dessa forma é possível entendermos como foi seu desenvolvimento ao longo do tempo, as influências sofridas, e como as transformações sociais, no mercado de trabalho e cultural impactaram nas suas modificações.

Em prol do recorte temporal, limitaremos as premissas sobre educação no contexto brasileiro. Com a redemocratização, tal percepção evoluiu ao longo dos anos, de forma a indicar mudanças nas práticas pedagógicas e no comportamento humano mediante essas transformações. Para tanto, o entendimento de autores e pensamentos que fazem parte da trajetória educacional, das quais favorecem um pensamento crítico sobre a educação no Brasil é de extrema importância.

Assim, Azevedo (2018), faz uma abordagem da educação como princípio cultural, no qual faz uma relação como instrumento de renovação e modificações sociais. Logo, a evolução dos indivíduos está interligada com o processo educativo em que eles perpassam.

Libâneo é um autor que se dedica a estudar sobre a história da educação de modo a referenciar as teorias que norteava em diferentes épocas, o que corrobora com a reflexão sobre a trajetória da educação, bem como suas demandas e problemáticas enfrentadas.

Conforme Libâneo (2005, p.117):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

De acordo com Libâneo (2005, p.116), um dos grandes desafios contemporâneos é “incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação”. Esta afirmação sublinha a importância de políticas públicas eficazes e abrangentes, focadas na valorização da educação como instrumento de inclusão e transformação social.

Libâneo, em outro estudo (1994, p.17), define o objetivo da educação como “[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.” Isso enfatiza a ideia de que a educação não é apenas um meio de acumular conhecimento, mas também uma ferramenta para capacitar indivíduos a contribuir ativamente para a sociedade.

Além disso, Paulo Freire, em sua obra "Pedagogia da Autonomia" (1996), argumenta que a educação deve ir além da mera transmissão de informações, focando na formação integral do indivíduo. Freire vê a educação como um processo colaborativo de construção de conhecimento, no qual o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e de resolução de problemas é tão importante quanto o aprendizado acadêmico. Ele enfatiza a necessidade de formar cidadãos críticos e engajados, capazes de se destacar profissionalmente e de contribuir para a transformação positiva de suas comunidades.

Esta visão holística da educação, enfatizada por Freire, nos leva a um entendimento mais profundo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A transição de uma abordagem meramente informativa para uma educacional mais integrada e inclusiva é crucial para compreender o papel da EJA no desenvolvimento social e pessoal dos alunos. Neste contexto, a EJA não é apenas um meio de obter qualificações, mas também um espaço para o crescimento individual e coletivo, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outra voz relevante, Howard Gardner, em seu trabalho "Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas" (1983), argumenta que a educação eficaz deve reconhecer e desenvolver diversas habilidades e inteligências em seus alunos, indo além das tradicionais

medidas acadêmicas. Ele enfatiza que o desenvolvimento dessas habilidades é essencial para a formação de indivíduos completos e para a promoção de uma sociedade mais rica e harmoniosa.

Uma educação de qualidade é reconhecida como uma ferramenta poderosa para romper com os ciclos de pobreza e desigualdade. Ao proporcionar igualdade de acesso à educação, independentemente do status socioeconômico, a sociedade abre caminho para o descobrimento e aproveitamento de talentos e potenciais em todos os segmentos. Esse processo resulta em uma força de trabalho mais diversificada e inovadora, essencial para impulsionar o progresso e o desenvolvimento (RAMOS, 2021).

Ao revisitar a trajetória da educação, observamos que cada período histórico reflete as necessidades e desafios sociais de sua época. No contexto da EJA, essa evolução histórica é particularmente significativa. A EJA emerge como uma resposta crítica às lacunas deixadas pelos sistemas educacionais tradicionais, oferecendo oportunidades de aprendizado a grupos anteriormente marginalizados. É fundamental reconhecer como as práticas educacionais passadas influenciaram as políticas e abordagens atuais da EJA, moldando sua capacidade de promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento regional. Esta perspectiva histórica destaca a importância de adaptar a educação às necessidades emergentes da sociedade, e a EJA exemplifica essa adaptação, transformando desafios históricos em oportunidades para a inclusão e o crescimento socioeconômico.

Teixeira (2000, p. 113) ressalta a importância de reformular o papel da escola, afirmando que ela “não pode ficar no seu estagnado destino de perpetuadora da vida social presente. Precisa transformar-se no instrumento consciente, inteligente do aperfeiçoamento social”. Esta visão sublinha a necessidade de a educação atuar como um motor de transformação social, não se limitando apenas a reproduzir as estruturas existentes.

Segundo Ramos (2021) a educação também é um meio eficaz de promover a mobilidade social. Pessoas oriundas de contextos humildes ganham a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades valiosas, abrindo caminho para alcançar posições antes inacessíveis. Importante destacar que esta mobilidade transcende o aspecto financeiro, englobando também a capacidade de influenciar positivamente as estruturas sociais e políticas.

Para Ladislau Dowbor (1998, p. 259), a educação possui um papel crucial no desenvolvimento, já que ela “[...] tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento”. Ele argumenta que a educação precisa ser profundamente transformada, e não apenas “modernizada”, como alguns propõem, para efetivamente contribuir para o

desenvolvimento.

Além disso, a educação é um agente poderoso no combate à carência. Através dela, indivíduos adquirem habilidades essenciais para melhorar suas condições de vida, conquistar melhores empregos e oportunidades econômicas. Ela empodera as pessoas a se tornarem empreendedoras, inovadoras e a contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico de suas comunidades.

No contexto da valorização da diversidade e do respeito às diferenças, Paulo Freire destaca em "Pedagogia da Tolerância" (2004) que a educação deve ser um instrumento para a superação de preconceitos. Ele argumenta que ao proporcionar oportunidades para o contato com diferentes culturas, ideias e perspectivas, a educação desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Freire ressalta que esse contato enriquecedor contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de combater a intolerância e a discriminação.

Outrossim, Vygotsky, em sua obra "A Formação Social da Mente" (1978), destaca a importância do ambiente educacional na construção do conhecimento e na valorização das diversas formas de aprendizado. Ele argumenta que a educação inclusiva, ao reconhecer e atender às necessidades específicas de cada aluno, promove um ambiente que permite a participação plena de pessoas com deficiência e outras necessidades especiais na vida escolar e social.

A Lei nº 9.394/1996 da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) refere-se à educação de forma legal como um direito de todos, de forma a promover transformação social, a valorização da diversidade e a abominação da segregação. Instituições de ensino, incluindo universidades públicas e institutos federais, têm desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão social e na transformação das realidades locais. Essas instituições estão empenhadas em ampliar o acesso à educação de qualidade, implementando políticas inclusivas como cotas e programas de assistência estudantil. Essas iniciativas são cruciais para garantir que a educação alcance uma gama mais ampla de indivíduos, especialmente aqueles de comunidades sub-representadas (BRASIL, 1996).

A educação é um motor poderoso para o desenvolvimento humano e social. Ela transcende a mera transmissão de conhecimento, atuando como um catalisador para o crescimento pessoal, a compreensão ampliada do mundo e a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Ao equipar os indivíduos com habilidades cognitivas, valores éticos e capacidade para o pensamento crítico, a educação se torna essencial para desbloquear oportunidades, diminuir disparidades e pavimentar o caminho para um futuro sustentável.

Com base nesse entendimento abrangente da educação e seu papel transformador na sociedade, é fundamental voltarmos nossa atenção para uma modalidade específica que desempenha um papel crucial na realização deste ideal: a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA conforme Vilaverde (2023) afirma representa uma abordagem educacional vital para atingir segmentos da população que foram marginalizados ou que não tiveram a oportunidade de concluir sua educação formal em idades tradicionais.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA EJA NO PANORAMA EDUCACIONAL

Para Vilaverde (2023) programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) exemplificam bem esse papel transformador da educação, sua contribuição de maneira única para a inclusão social e o desenvolvimento regional. Eles fornecem conhecimento e habilidades para pessoas que não tiveram acesso à educação formal em idades convencionais, oferecendo um meio vital para superar desigualdades e barreiras sociais. Esses programas possibilitam que seus participantes se tornem agentes ativos, críticos e engajados na construção de uma sociedade mais equitativa.

Azevedo *et al.* (2023) afirmam que a educação é uma prática social essencial, destinada a desenvolver o potencial, habilidades e competências das pessoas. Este processo educacional ultrapassa os limites das instituições escolares, estendendo-se à educação familiar e social. Reconhecida como um direito básico, a educação engloba o ensino e a aprendizagem com o objetivo de aprimorar as capacidades intelectuais do indivíduo e representa um processo de aprendizagem único e integral.

Conforme avançamos nesta análise, é vital traçar uma linha que conecta o passado ao presente. As lições aprendidas e os padrões observados na história da educação nos guiam para compreender os desafios e oportunidades no cenário educacional atual, especialmente em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta ponte entre passado e presente nos permite entender como as práticas educacionais evoluíram e como elas podem ser adaptadas para atender às necessidades de um mundo em constante mudança.

Explorar como a EJA se encaixa neste panorama educacional, realçando seu papel vital na inclusão social e no desenvolvimento regional nos faz compreender a importância desta modalidade de ensino. Como Azevedo *et al.* (2023) descrevem é essencial para o desenvolvimento individual e coletivo de uma sociedade, a educação vai além do fornecimento de conhecimentos e habilidades técnicas. Ela atua como uma chave para a oportunidade social, permitindo às pessoas romperem com barreiras socioeconômicas,

expandirem seus horizontes e alcancarem níveis mais elevados de realização pessoal e profissional.

Libâneo (2007) descreve que a educação é vista como um processo fundamental para a formação integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele enfatiza que a educação deve ser acessível a todos, promovendo o desenvolvimento humano em sua plenitude. Libâneo destaca a necessidade de uma educação crítica e transformadora, capaz de incentivar o pensamento reflexivo, a autonomia, o respeito às diferenças e a participação ativa na construção do conhecimento. Segundo ele, a educação é central na formação de sujeitos conscientes, preparados para intervir na realidade social e promover mudanças em busca de justiça social e equidade.

A educação não se restringe à transmissão de informações acadêmicas; ela é fundamental no desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e de resolução de problemas. Essas habilidades permitem que os indivíduos não só se tornem profissionais qualificados, mas também cidadãos engajados e conscientes, capazes de contribuir de maneira positiva para suas comunidades (BARBOSA, 2004).

Além disso, uma educação de qualidade tem o poder de interromper ciclos de pobreza e desigualdade, criando oportunidades para que talentos e potenciais sejam descobertos e valorizados. Isso resulta em uma força de trabalho diversificada e inovadora, essencial para o progresso e desenvolvimento.

Conforme Saviani (1983) enfatiza, a educação é fundamental na vida de qualquer indivíduo. Ela promove o desenvolvimento em diversos aspectos da experiência humana, sendo a base para a construção do aprendizado e das experiências ao longo da vida.

Podemos afirmar, conforme Luckesi destaca, que a educação permeia todas as dimensões da vida humana.

Segundo Luckesi:

A educação é um típico ‘que-fazer’ humano, ou seja, um tipo de atividade que se caracteriza fundamentalmente por uma preocupação, por uma finalidade a ser atingida. A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social (LUCKESI, 2001, p. 30).

Essa perspectiva do autor enfatiza a educação como um meio vital para a evolução social, seja preservando valores existentes ou fomentando a mudança. O processo educacional é caracterizado tanto pela formalidade quanto pela informalidade. De forma informal, a

educação ocorre no cotidiano, através das interações humanas e da troca de experiências. Essas atividades cotidianas, permeadas pela ideologia e valores do senso comum da sociedade, contribuem para a manutenção de valores culturais e sociais. Essas relações cotidianas, embora muitas vezes não intencionais, estão sempre impregnadas de ensinamentos e valores.

Além disso, a educação deve preparar os alunos para explorar o desconhecido e encorajá-los a não temerem o fracasso, mas sim a inércia de não tentar. A educação precisa não apenas de reforma, mas de uma verdadeira revolução. O futuro da educação deve formar pensadores, empreendedores e sonhadores que transcendam o mundo atual e imaginem novas possibilidades.

A educação atua como uma força motriz no desenvolvimento humano e social. Ela transcende a simples transmissão de conhecimento, servindo como um veículo para o crescimento pessoal, a compreensão do mundo e a construção de sociedades mais justas e inclusivas (BARBOSA, 2004).

Diante deste panorama amplo e histórico da educação, é crucial agora focalizar em um aspecto específico que tem impacto direto na inclusão social e no desenvolvimento regional: a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA não é apenas uma continuação da trajetória educacional tradicional, mas sim uma abordagem única que responde às necessidades específicas de um segmento importante da população como descrevem Miranda, Souza e Pereira (2016).

Miranda, Souza e Pereira (2016) discutem que a EJA pode equipar indivíduos com habilidades cognitivas, valores éticos e pensamento crítico, a educação se torna fundamental para abrir oportunidades, diminuir disparidades e pavimentar caminhos para um futuro sustentável. A aprendizagem contínua reflete a necessidade de adaptação constante a um mundo em constante mudança. Em última análise, a educação é a luz que guia o progresso, capacitando as gerações atuais e futuras a enfrentar desafios e construir um futuro mais promissor.

A compreensão da evolução da educação ao longo da história nos leva a uma apreciação mais aprofundada de suas formas contemporâneas, especialmente no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esta modalidade educacional, crucial no panorama educacional brasileiro, oferece uma perspectiva única sobre a inclusão social e o desenvolvimento regional. A transição do ensino convencional para a abordagem especializada da EJA evidencia a necessidade de adaptar estratégias educacionais para atender às necessidades específicas de um público diversificado (RAMOS, 2021).

Embora a trajetória histórica da educação tenha sido abrangente, é crucial analisar criticamente como essas evoluções influenciaram a formação e a implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A história da educação não é apenas uma sequência de eventos passados; ela molda e é refletida nas práticas educacionais contemporâneas, incluindo a EJA.

Por exemplo, a transição da educação elitista para a educação universal reflete uma mudança na percepção do direito à educação, que é fundamental para compreender a EJA como um instrumento de inclusão social. A EJA, emergindo neste contexto, não apenas oferece educação para aqueles que perderam oportunidades anteriores, mas também desafia e remodela conceitos tradicionais de aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, ao explorar a história da educação, devemos questionar como as mudanças sociais, políticas e culturais contribuíram para a visão contemporânea da EJA como um meio de desenvolvimento regional e inclusão social. Este entendimento aprofundado ilumina as estratégias necessárias para tornar a EJA mais eficaz e responsiva às necessidades de seus alunos, refletindo assim a evolução contínua da educação em um contexto mais amplo.

Portanto, explorar as características distintas, desafios enfrentados e o impacto significativo que a EJA tem no desenvolvimento social e educacional dos indivíduos nos permitirá entender melhor como a EJA se integra no espectro mais amplo da educação e como ela contribui de maneira vital para a formação de uma sociedade mais inclusiva e informada.

1.3 A EJA E O DIREITO À EDUCAÇÃO.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um campo de estudo essencial para entender como a educação pode ser adaptada às necessidades diversas de um segmento significativo da população. A análise crítica dos trabalhos citados revela a importância da EJA não apenas como uma modalidade educacional alternativa, mas também como um direito humano fundamental, conforme destacado por Moacir Gadotti em "Educação de Adultos como Direito Humano" (2009).

Gadotti enfatiza que a educação é um direito inalienável de todos, independentemente de sua idade, e essencial para o desenvolvimento pleno da personalidade humana. Entretanto, é notável a lacuna existente na pesquisa sobre as práticas específicas que tornam a EJA eficaz no cumprimento desse direito, especialmente em contextos variados.

Conforme Gadotti:

Quando falamos de educação já não discutimos se ela é ou não necessária. Parece óbvio, para todos, que ela é necessária para a conquista da liberdade de cada um e o seu exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar as pessoas mais autônomas e mais felizes. A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. [...] O direito à educação é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade para fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”. A conquista deste direito depende do acesso generalizado à educação básica, mas o direito à educação não se esgota com o acesso, a permanência e a conclusão desse nível de ensino: ele pressupõe as condições para continuar os estudos em outros níveis. O direito à educação não se limita às crianças e jovens. [...] Esse direito deve ser garantido pelo Estado, estabelecendo prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis. (GADOTTI, 2009. p. 17).

Silva (2020) descreve que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional que visa atender a uma parcela da população que não teve acesso ou completou seus estudos na idade convencional, conforme já citado. Diferentemente do ensino regular, a EJA é projetada para atender as necessidades específicas de jovens e adultos, reconhecendo suas experiências de vida e valorizando o aprendizado adquirido ao longo dos anos.

Di Pierro e Haddad (2015) reforçam este entendimento e discutem a importância da EJA como uma modalidade de ensino que vai além das estruturas do ensino regular. Eles destacam que a EJA, além de reconhecer as experiências de vida dos jovens e adultos, deve realizar uma abordagem pedagógica dentro de um ambiente educacional que respeite e integre as vivências individuais, promovendo uma aprendizagem mais significativa.

Essa modalidade se destaca por sua flexibilidade, adaptando-se às demandas de pessoas que, por diversos motivos, não puderam concluir sua educação formal na idade apropriada. Seja devido a responsabilidades familiares, trabalho ou outras circunstâncias, a EJA oferece uma oportunidade de aprendizado acessível e inclusiva.

Apesar da rica contextualização histórica da educação, uma análise crítica mais profunda sobre a influência dessas evoluções no surgimento e desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é necessária.

As transformações educacionais ao longo da história não foram lineares e refletem um complexo interjogo de fatores sociais, políticos e culturais. Especificamente, a EJA emergiu como resposta às lacunas deixadas por essas transformações, focando em grupos marginalizados e não atendidos pelas estruturas educacionais convencionais. A análise do papel da EJA no contexto de inclusão social e desenvolvimento regional exige uma compreensão de como as práticas educacionais históricas moldaram as necessidades e

desafios que a EJA visa abordar hoje. Assim, é crucial reconhecer que a EJA não é apenas uma extensão da trajetória educacional tradicional, mas uma modalidade única, que responde às necessidades de um segmento específico da população, contribuindo de maneira significativa para a democratização do acesso ao conhecimento e para a promoção da inclusão social (RAMOS, 2023).

O autor, Ramos (2023), destaca que ao contrário do ensino convencional, a EJA reconhece a bagagem de conhecimento que os alunos trazem consigo, promovendo uma abordagem mais centrada no aluno. Dessa forma, ela se alinha com princípios pedagógicos que valorizam a participação ativa dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como evidenciado por Cunha (1999) e reiterado pela legislação vigente, apresenta uma evolução intrínseca às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais do país. Desde seus primórdios na colonização brasileira, onde a alfabetização tinha como foco a doutrinação religiosa, até a moderna legislação que assegura o direito à educação para todos, independente da idade, percebe-se uma expansão significativa em seu escopo e intenção.

Com uma análise crítica, o trabalho de Cunha (1999) destaca a fragilidade inicial da educação brasileira, focada mais na religiosidade do que na formação integral do indivíduo. Esta análise sugere uma lacuna histórica na consideração das necessidades educacionais reais da população, em detrimento de objetivos colonizadores. A perspectiva religiosa predominante pode ser interpretada como um reflexo das intenções políticas e culturais da época, o que implica uma visão limitada de educação.

No entanto, a Constituição Federal de 1988 marca uma mudança significativa, de modo a assegurar o direito à educação para todos, uma evolução destacada por Balsanelli (2021). Este marco legal representa uma abordagem mais inclusiva e democrática, evidenciando um progresso social relevante. No entanto, percebe-se uma lacuna na pesquisa sobre a efetividade e a implementação prática dessas políticas, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A legislação brasileira, em particular o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96), desempenha um papel fundamental na estruturação da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este artigo não apenas reconhece a importância de fornecer educação aos que não tiveram acesso na idade apropriada, mas também enfatiza a necessidade de adaptar oportunidades educacionais às circunstâncias de vida dos estudantes adultos. Tal abordagem reflete um entendimento progressista de educação, considerando fatores como as características, interesses e condições de vida e de

trabalho do aluno (BRASIL, 1996).

Além disso, o artigo 1º da mesma lei (BRASIL, 1996) amplia a definição de educação, de forma a abarcar processos formativos que ocorrem em diversos contextos, desde a vida familiar até as instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e manifestações culturais. Esta visão holística ressalta a educação como um processo contínuo e integrado à vida cotidiana, não se limitando apenas ao ambiente escolar.

Neste contexto, as ideias de Paulo Freire ganham relevância especial. Freire, um dos mais influentes educadores do Brasil, defendia que a educação deveria ser uma ferramenta para a libertação e a transformação social. Para ele, a educação vai além do simples domínio das técnicas de leitura e escrita; é um meio para que indivíduos se tornem sujeitos ativos em suas histórias e na sociedade. Seu foco na leitura crítica do mundo e na conscientização dos estudantes é particularmente pertinente para a EJA, onde os alunos geralmente trazem uma rica experiência de vida para o processo educacional.

Conforme Freire:

A educação deve, portanto, incluir uma avaliação da realidade. Portanto o educador deve lutar por uma sociedade melhor. Construir uma nova realidade deveria ser a utopia de um educador. A utopia encoraja-nos à procura e, ao condenar uma determinada realidade, procuramos também outra. Nosso desafio é organizar um procedimento utópico sem suprimir a capacidade utópica (FREIRE, 2002, p. 3).

A filosofia educacional de Paulo Freire, centrada na conscientização e no diálogo, é extremamente pertinente e aplicável à Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente quando consideramos contextos específicos como o da agricultura. Freire enfatiza a importância de entender a educação como um processo de leitura do mundo que precede a leitura da palavra. Esta abordagem é fundamental para os agricultores, que devem ser encorajados a ver a educação não apenas como um meio para adquirir conhecimentos técnicos, mas também como uma ferramenta para entender e transformar suas realidades.

O papel do educador, conforme proposto por Freire (2002), é guiar o aluno na compreensão de seu contexto histórico, social e ambiental. Este enfoque é vital no contexto agrícola, onde os agricultores devem ser capazes de ler e interpretar as nuances de seu ambiente, incluindo as dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas que impactam sua vida e trabalho. Ao valorizar o conhecimento prático e experiencial que os agricultores trazem, o processo educativo torna-se mais relevante e enriquecedor.

A análise da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, em consonância com a

evolução da legislação educacional e as realidades sociais do país, revela um panorama complexo e desafiador. A legislação, como destacado, evoluiu significativamente desde a Constituição de 1988, passando pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e as subsequentes emendas e alterações. Estas mudanças refletem um reconhecimento crescente da importância de garantir o acesso à educação em todas as idades e condições sociais (BRASIL, 1988, 1996).

O artigo 37 da LDB, reformulado pela Lei nº 13.632 de 2018 (BRASIL, 2018), e o artigo 214 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009 (BRASIL, 2009), são marcos legais que demonstram o comprometimento do Estado brasileiro com a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade do ensino. Esses marcos legais também refletem a preocupação com a inclusão e a integração da educação profissional na EJA, reconhecendo a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada para a educação de jovens e adultos.

No entanto, a realidade prática dessas políticas educacionais, especialmente no que tange à EJA, apresenta desafios significativos. A análise de Maria Clara De Pierro (2010) sugere que, historicamente, a EJA no Brasil tem sido mais um meio para a obtenção de diplomas do que uma oportunidade genuína de educação e aprendizado. Esta crítica é agravada pelo contexto atual, onde questões de raça, gênero, e condição socioeconômica continuam a desempenhar um papel crucial na acessibilidade e na qualidade da educação.

A publicação de Neres e Batista (2019) sobre a situação das mulheres afrodescendentes e pobres na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ilustra como a educação, muitas vezes, perpetua desigualdades estruturais ao invés de agir como um vetor de mudança social. As dificuldades enfrentadas por alunos da EJA em zonas rurais e periféricas, particularmente em termos de infraestrutura e recursos, destacam a necessidade urgente de políticas mais eficazes e inclusivas.

Araújo (2015) ressalta a falta de profissionais adequadamente preparados para o ensino na EJA, destaca a necessidade de melhor formação e incentivo para educadores nesta área. Essa lacuna na formação de professores é um obstáculo significativo para a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos.

Em suma, a EJA no Brasil, apesar de avanços legislativos, enfrenta desafios estruturais e práticos profundos. Para superar esses desafios, é necessário um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade educacional, a formação de educadores, e a implementação de políticas que verdadeiramente atendam às necessidades diversas da população adulta em busca de educação.

A erradicação das disparidades socioeconômicas, raciais e de gênero no sistema educacional é crucial para o sucesso da EJA e para a realização do direito à educação para todos os cidadãos brasileiros, bem como fundamental para a inclusão social e para o desenvolvimento regional.

Esta modalidade educacional proporciona oportunidades essenciais para aqueles que não tiveram acesso à educação formal na idade ideal. Ao promover a igualdade educacional, a EJA contribui significativamente para a formação integral dos indivíduos, independente da idade.

Focando na pedagogia, a EJA, conforme destacado por Di Pierro em (2015), adota uma abordagem centrada no aluno. Esta metodologia valoriza as experiências de vida e os conhecimentos prévios dos estudantes, facilitando uma aprendizagem mais significativa e inclusiva.

Do ponto de vista legal, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 enfatizam o papel da EJA como um direito fundamental à educação. A legislação estabelece a necessidade de oferecer educação escolar gratuita a jovens e adultos, promovendo assim a inclusão educacional e o acesso contínuo ao aprendizado ao longo da vida. Inspirado pelas ideias de Paulo Freire, a EJA é vista como um instrumento de transformação social, capacitando uma visão crítica do mundo e promovendo uma sociedade mais justa (BRASIL, 1988, 1996).

Apesar dos desafios significativos relacionados à infraestrutura e financiamento, a EJA é essencial para combater as desigualdades sociais e estimular o desenvolvimento integral de indivíduos e comunidades. Ela transcende a mera reparação social, representando um caminho para a cidadania ativa e plena, e um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equitativa.

Di Pierro (2014) enfatiza como a EJA difere do ensino convencional ao reconhecer e valorizar a experiência de vida dos estudantes. Este enfoque promove uma participação ativa e consciente no aprendizado, resultando em um ambiente educacional mais eficaz e inclusivo.

A EJA também atua como um instrumento na redução das disparidades educacionais, oferecendo aos adultos oportunidades para desenvolver habilidades pessoais e profissionais. Além de impactar o intelecto, ela fortalece a autoconfiança e empodera os indivíduos para uma participação mais plena na sociedade. Através da EJA, adultos se tornam agentes de mudança, contribuindo ativamente para a construção de sociedades mais justas.

Segundo Ramos (2023) no Brasil, a EJA faz parte do esforço governamental para erradicar o analfabetismo e capacitar a população adulta. Os manuais governamentais

salientam a importância da aprendizagem interdisciplinar e o desenvolvimento de questões sociais críticas, embora, na prática, muitos busquem a EJA principalmente por um certificado básico para melhor adaptação profissional.

Além de combater a exclusão social, a EJA é garantida como um direito humano e social. Ela exige a cooperação entre diferentes setores para assegurar uma rede de direitos historicamente negados, atuando como uma forma de exercício da cidadania consciente e ativa.

1.4 PLANEJAMENTO CURRICULAR DA EJA

O Planejamento Curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) reflete um compromisso com a inclusão, a diversidade e a equidade, atendendo às necessidades específicas de um público com vasta heterogeneidade de experiências, expectativas e necessidades educacionais. Este enfoque visa proporcionar uma educação significativa e transformadora, adaptada às realidades dos adultos que buscam na EJA não apenas a aquisição de conhecimento, mas também a oportunidade de reconstruir suas trajetórias educacionais e profissionais.

A legislação brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), reconhece a importância de adaptar as oportunidades educacionais às circunstâncias de vida dos estudantes adultos, ressaltando a necessidade de uma educação que promova o desenvolvimento humano em sua plenitude. Tal diretriz sublinha a importância de um planejamento curricular que esteja em consonância com as políticas públicas de educação e trabalho, garantindo assim que os alunos da EJA tenham acesso a oportunidades de formação continuada e aperfeiçoamento profissional (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Operacionais das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino para 2023, emitidas pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC/GO), delineiam critérios específicos para o planejamento e a execução da EJA (SEDUC/GO, 2023). Estas diretrizes destacam a necessidade de uma formação específica para os coordenadores e docentes envolvidos, enfatizando competências em pedagogia e um profundo comprometimento com a aprendizagem dos estudantes. Essa ênfase reforça a relevância de um corpo docente capacitado e dedicado a criar um ambiente de aprendizado acolhedor e estimulante, que valorize as experiências de vida dos alunos e promova o desenvolvimento de competências para uma participação social e econômica plena.

Para alcançar esses objetivos, o planejamento curricular da EJA deve ser orientado por

princípios de inclusão, diversidade e equidade, assegurando que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas de forma eficaz. Isso implica a utilização de metodologias ativas e participativas, a integração de tecnologias educacionais e a oferta de conteúdos que estejam diretamente relacionados com as realidades e os interesses dos alunos (SEDUC/GO, 2023). Além disso, é crucial que existam estratégias proativas para manter os alunos engajados e apoiados em sua jornada educacional, incluindo a realização de reuniões pedagógicas, o acompanhamento da prática docente, a análise de dados de aprendizagem e a proposição de metodologias diversificadas.

Em suma, o Planejamento Curricular da EJA requer uma abordagem holística e adaptativa que reconheça a diversidade de seus estudantes e as especificidades de seu contexto de aprendizagem. As diretrizes da SEDUC/GO para 2023 estabelecem um marco importante na orientação de práticas pedagógicas que visam não apenas a transmissão de conhecimento, mas também o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida e o trabalho. Este planejamento curricular é um testemunho do compromisso com uma educação de qualidade, acessível e inclusiva para todos os jovens e adultos, promovendo um desenvolvimento humano pleno e integrado (SEDUC/GO, 2023).

Finalizando, é importante reconhecer que a EJA não só fortalece indivíduos, mas também transforma comunidades. Ela é uma ferramenta poderosa para promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

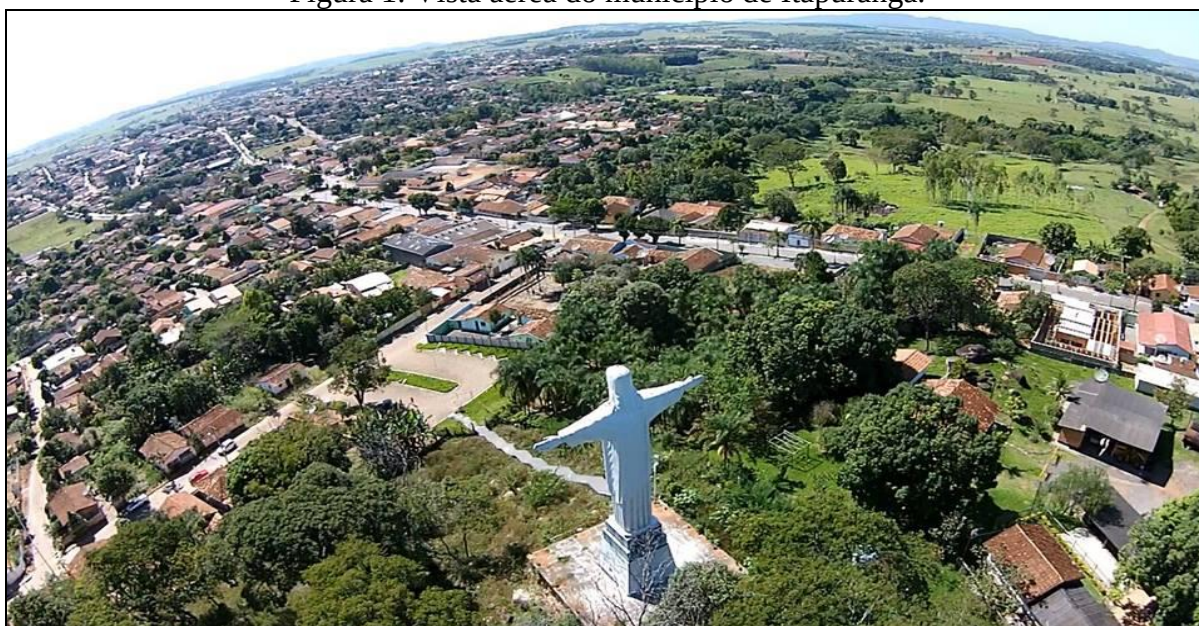
Conhecer o município de Itapuranga, desde sua criação até os dias atuais e explorar seu desenvolvimento histórico, a evolução da educação na região, nos proporcionará um entendimento melhor da EJA como fator de desenvolvimento regional.

2 O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA

Itapuranga, enraizada em uma rica herança cultural, foi profundamente influenciada por ondas migratórias de mineiros e nordestinos, conforme destacado por Gomes e Neto (1993). Essas migrações enriqueceram a composição populacional e cultural da região, trazendo consigo tradições e costumes que se entrelaçaram com a identidade local.

Itapuranga se destaca no cenário goiano não apenas pela sua relevância econômica, mas também como um centro de fusão cultural, onde a rica herança das ondas migratórias se entrelaça com a vida contemporânea. Este município, emblemático pela sua capacidade de integrar novos habitantes sem perder sua essência, reflete um microcosmo da dinâmica social brasileira, onde a tradição e a modernidade coexistem. A pesquisa de Gomes e Neto (1993) destaca a singularidade de Itapuranga nesse aspecto, de forma a enfatizar como a chegada de mineiros e nordestinos enriqueceu a textura social e cultural do município, de modo a contribuir para uma identidade local que é tanto diversificada. A Figura 1 abaixo captura a extensão do município nos dias atuais, 2024, com vista para o ícone religioso da cidade, que destaca a interação entre urbanização e a preservação do verde natural.

Figura 1: Vista aérea do município de Itapuranga.

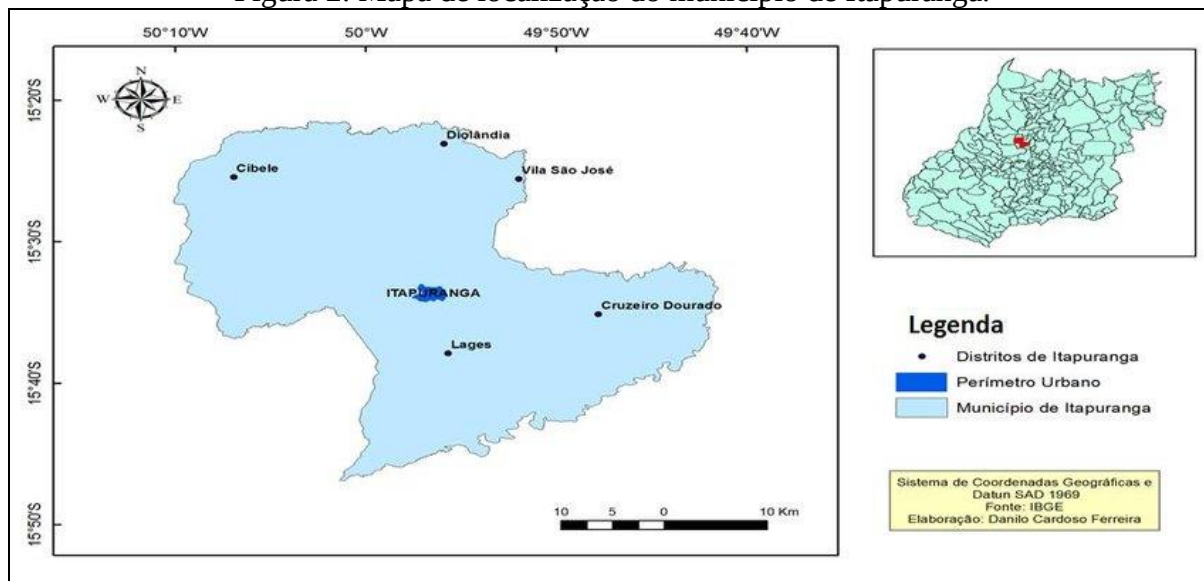


Fonte: autora - arquivo pessoal (2024)

De acordo com o IBGE (2022), Itapuranga está situada a 153 km da capital Goiânia, integra a mesorregião Centro Goiano e a microrregião de Ceres, localizando-se no Vale do São Patrício. Em 2022, o município registrou uma população de 26.113 habitantes, com uma

densidade demográfica de 20,38 hab/km². Esses indicadores posicionam Itapuranga como o 45º município em população e o 61º em densidade demográfica entre os 246 municípios do estado de Goiás. No contexto nacional, ocupa as posições 1289 e 3152 em população e densidade demográfica, respectivamente, dentre 5570 municípios, refletindo sua importância demográfica e socioeconômica na região. Abaixo a Figura 2 com a localização do município.

Figura 2: Mapa de localização do município de Itapuranga.



Fonte: Santos e Lima (2016).

O processo de colonização e ocupação de Itapuranga iniciou-se com a migração de mineiros e goianos, segundo Costa ([s.d.]), atraídos pela fertilidade do solo, após enfrentarem desafios no processo de ocupação de terras através da política do Estado Novo, no programa da Marcha para o Oeste, e com a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG, situada no município de Ceres, próximo à Itapuranga.. Estes pioneiros estabeleceram as primeiras comunidades agrícolas, lançando as fundações para o futuro desenvolvimento do município.

A formação da cidade de Itapuranga teve início no contexto histórico da década de 1930, durante a Revolução, período marcado por várias mudanças no cenário nacional que levaram à procura por terras ainda não ocupadas na região Centro-Oeste.

Em 1932, registra-se a trajetória de Braz Camilo, que demarcou um local para a fundação de uma capela dedicada a São Sebastião, simbolizada por uma cruz. Braz Camilo, capitão de folia, conseguiu doações para a compra de um terreno onde foi estabelecido o povoado inicialmente chamado de Xixá, devido à abundância de árvores conhecidas como Xixazeiros, a exemplo da Figura 3 abaixo, e situado às margens do Rio Canastra.

Figura 3: Xixazeiro



Fonte: SEPLAN (2006).

Em 1934, defronte à pequena capela de São Sebastião, foi realizada a primeira missa campal à sombra de uma árvore frondosa, típica da região e denominada Xixá, que teve seu nome emprestado ao povoado em razão de fatos históricos. As terras do povoado atraíam famílias de outros estados, especialmente de Minas Gerais, devido à sua qualidade comparada à "deusa da fertilidade e produtividade", conforme relata Lemos (1990, p. 2), incentivando a agricultura e a criação de gado e suínos. Isso resultou no desenvolvimento do povoado como grande produtor de arroz, feijão, algodão, pecuária e suinocultura, atraindo investimentos e novos moradores.

Xixá tornou-se conhecido em Goiás pela maneira como seus moradores enfrentavam o trabalho, acolhiam as pessoas na comunidade e cultivavam um forte sentimento de amor pela região e de reciprocidade entre si. Esses fatores contribuíram para o crescimento populacional e o reconhecimento do povoado. A emancipação do então povoado teve início em 1952, com a formação de uma comissão pró-emancipação, culminando na criação do município de Itapuranga em 09 de julho de 1953, conforme estabelecido pela Lei nº 748 de 03 de julho de

1953 (LEMOS, 1990, p. 04-05).

A fundação do vilarejo de Xixá, precursor de Itapuranga, é um testemunho da influência da fé católica na área. A construção da primeira capela católica serviu não apenas como um marco físico, mas também como um símbolo de união para a comunidade, onde desempenhou um papel central na formação da identidade coletiva. Conforme ilustrado na Figura 4, a Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima é um marco histórico significativo de Itapuranga, remontando ao antigo Xixá, hoje conhecido como Xixazão.

Figura 4: Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Facebook (2024)

A emancipação de Itapuranga em 1953, como evidenciado por Campos (2017), marcou uma mudança significativa na demografia e na configuração urbana do município, dividindo-se entre o bairro histórico Xixazão e o moderno Xixazinho, que emergiu como um centro comercial vital para as cidades vizinhas, conforme mostra a Figura 5 que segue.

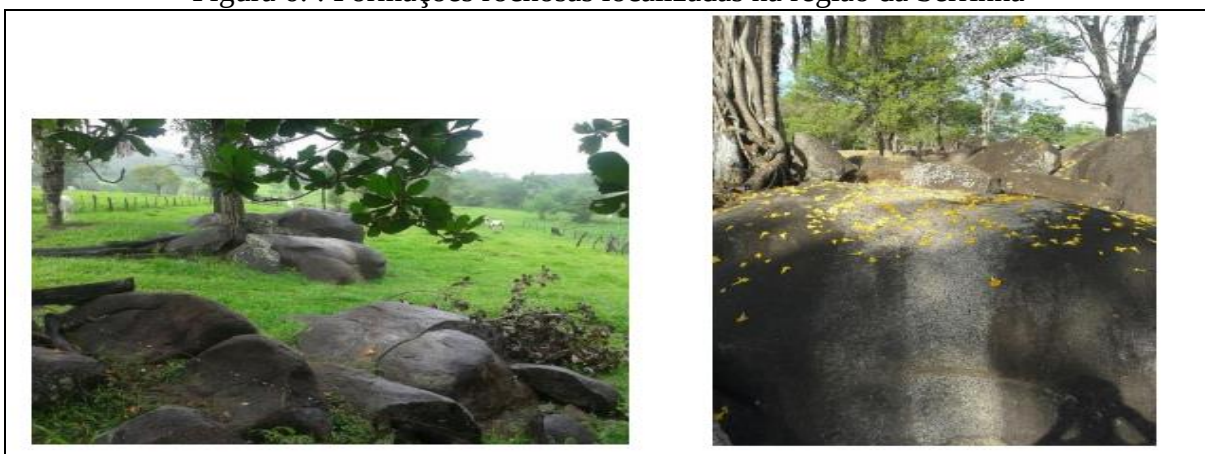
Figura 5: Aspecto do município de Itapuranga década de 60.



Fonte: Câmara Municipal (2017).

A origem do nome Itapuranga, derivado da língua Tupi, tem como significado o "lugar de pedras bonitas" (IBGE, 2016), o que reflete as características geológicas e a beleza natural da região. Esta riqueza é visível na paisagem que se estende de Itapuranga até Morro Agudo, especialmente nas fazendas da região conhecida como Serrinha, onde a paisagem inspiradora reforça a conexão da comunidade com sua terra.

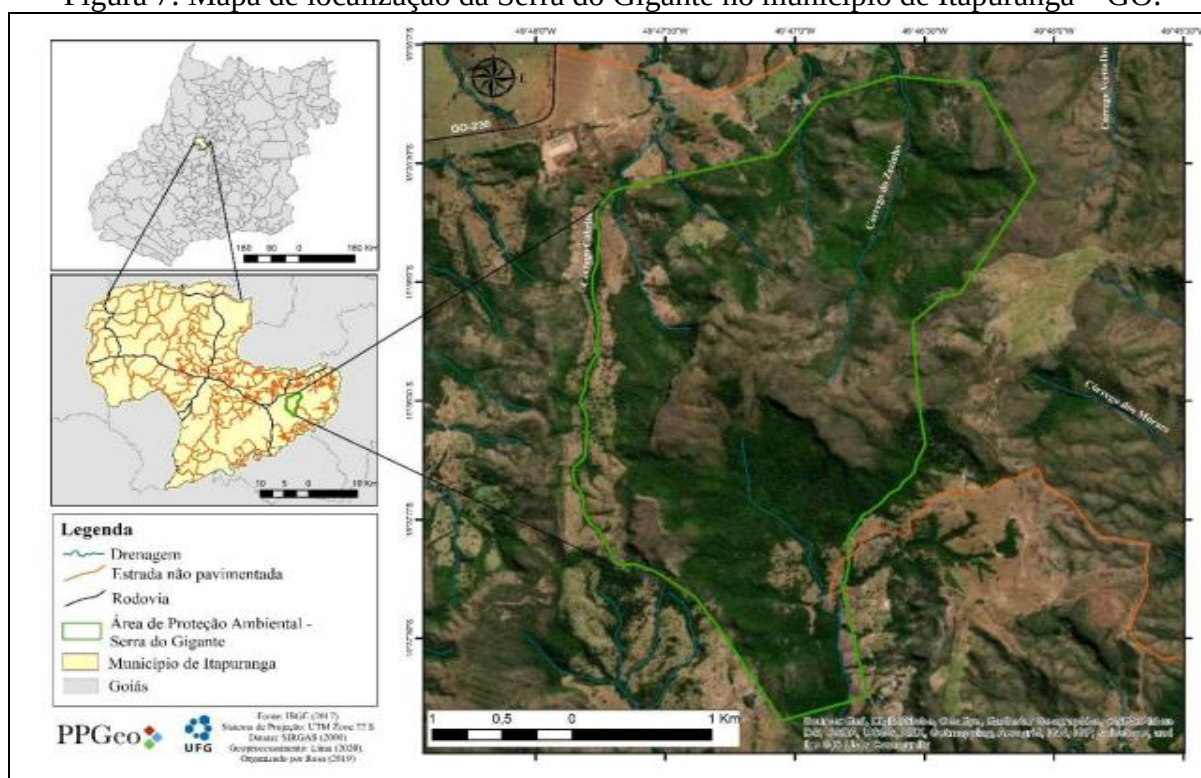
Figura 6: : Formações rochosas localizadas na região da Serrinha



Fonte: Eliandro Pires Correa – arquivo pessoal.

De acordo com Rosa (2020), o município apresenta uma paisagem rica em diversas belezas naturais, como cachoeiras, serras, rios, afloramentos rochosos e fragmentos de cerrado. Um dos pontos mais marcantes dessa paisagem está situado no sudeste do município, conhecido como Serra do Gigante, Figura 7 abaixo, com uma área de 9,26 km² e um perímetro de 13.692,525 metros. Destaca-se um braço da Serra Dourada que se assemelha à imagem de um gigante adormecido, "como se estivesse protegendo a cidade", tornando-se assim nosso guardião.

Figura 7: Mapa de localização da Serra do Gigante no município de Itapuranga – GO.



Fonte: Rosa (2020).

A transição econômica de Itapuranga, teve início com a agricultura e evoluiu para a pecuária e, mais tarde, marcada pela instalação de uma usina de álcool, ilustra um padrão de desenvolvimento comum no interior de Goiás. Esta mudança não só diversificou a base econômica do município, mas também estimulou o comércio e refletiu um período de expansão e modernização que transformou a região.

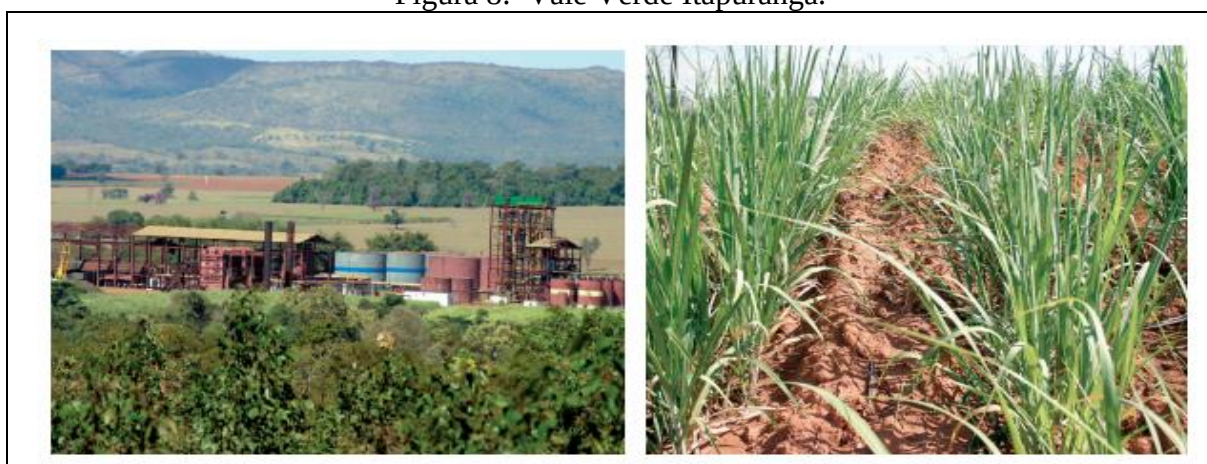
O advento da usina de álcool em Itapuranga simboliza um marco decisivo no seu desenvolvimento econômico, que representou um direcionamento para a industrialização e ofereceu novas perspectivas de emprego e crescimento.

Este empreendimento, conforme documentado por Carvalho (2008), não apenas trouxe prosperidade e diversificação econômica, mas também desafiou o município a adaptar-se às novas realidades econômicas e sociais. A instalação da usina reflete a resposta de Itapuranga às dinâmicas de mercado e às políticas de desenvolvimento nacional, destacando a importância de inovações sustentáveis e de uma economia diversificada para o futuro do município.

Transformando-se em um polo econômico regional, Itapuranga exerce influência sobre vários municípios vizinhos, apesar de sua localização distante dos principais eixos rodoviários. Esta condição isolada, paradoxalmente, contribuiu para a estruturação de um robusto setor comercial e de serviços, complementado por 185 unidades industriais e 985 estabelecimentos comerciais registrados até 2006. A economia local, embora diversificada, ainda se apoia fortemente na agricultura e na pecuária, com destaque para a produção leiteira, criação de bovinos e suinocultura, demonstrando uma sinergia entre as práticas tradicionais e a inovação (SEPLAN, 2006).

A reabertura da agroindústria canavieira em 2005, pela Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda., conforme a Figura 8 abaixo, simbolizou um novo capítulo na economia de Itapuranga, de forma a refletir nas oportunidades bem como nos desafios enfrentados pelo município. A expansão da cana-de-açúcar, ocupando significativa parcela do território, ressalta a complexidade da interação entre a agricultura familiar e as dinâmicas de mercado impulsionadas pelas políticas agroenergéticas globais e nacionais (CARVALHO, 2008).

Figura 8: Vale Verde Itapuranga.



Fonte: SEPLAN (2006)

Antes da ascensão da usina de álcool e da diversificação industrial, Itapuranga já estava no caminho da inovação agrícola, com a introdução de práticas sustentáveis e o cultivo

de frutas como pilares de seu desenvolvimento econômico.

Essas iniciativas, destacadas nos trabalhos de Campos (2008) e Matos (2007), não só reforçaram a resiliência econômica de Itapuranga diante das flutuações do mercado, mas também enfatizaram o compromisso do município com a sustentabilidade ambiental.

A fruticultura, em particular, tornou-se um vetor de mudança, promovendo a diversificação da paisagem econômica e oferecendo novas oportunidades para os agricultores locais. Essa transição para uma agricultura mais diversificada e sustentável marca um capítulo importante na história de Itapuranga, refletindo as tendências globais de desenvolvimento sustentável e a busca por soluções ecológicas.

A agricultura familiar, constituinte vital da comunidade agrária de Itapuranga, ocupa 58,4% da área rural com 1.854 das 2.020 propriedades identificadas pelo IBGE (1996), praticando uma agricultura diversificada que abrange desde lavouras de subsistência até cultivos comerciais especializados como fruticultura, impulsionados pelas crises econômicas e adaptações ao mercado (MATOS, 2007; CAMPOS, 2008).

O desenvolvimento da fruticultura, particularmente o cultivo de maracujá, Figura 9, banana e mamão, ressalta o dinamismo agrícola de Itapuranga. Apoiado por iniciativas como a COOPERAFI e projetos financiados pelo CNPq e pela Petrobrás, o município tem avançado em direção à agroecologia e à produção orgânica, estabelecendo uma agroindústria local para processamento de polpas de frutas e outros vegetais (CAMPOS, 2008).

Figura 9: Produção de maracujá em Itapuranga-GO.



Fonte: SEPLAN (2006).

Itapuranga, portanto, se apresenta como um microcosmo da experiência brasileira no século XX, refletindo as tensões e transformações sociais, econômicas e culturais que definiram o país. Suas histórias de migração, desenvolvimento econômico e resistência cultural são testemunhos da resiliência e adaptabilidade de sua comunidade, marcando

Itapuranga como um lugar de significado histórico e contemporâneo profundamente enraizado na paisagem de Goiás.

Ao analisar Itapuranga nos dias atuais, a mesma apresenta destacada influência na região de Goiás, considerada uma capital subregional se coloca de forma atrativa para as regiões próximas, na procura de bens e serviços menores que os oferecidos pelas grandes capitais. Assim, Itapuranga exerce uma influência significativa sobre seu entorno, atraindo visitantes e fomentando o comércio e os serviços educacionais (IBGE, 2022).

A análise econômica de Itapuranga revela um quadro de evolução constante, com o Produto Interno Bruto (PIB), que atingiu R\$ 21.625,79 por habitante em 2021. Esse valor, que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país, estado ou cidade, indica um crescimento moderado quando comparado aos dados de períodos anteriores. Embora esse crescimento sugira avanços, o salário médio mensal dos trabalhadores formais, equivalente a 1,7 salários mínimos, destaca os desafios econômicos ainda presentes no município, relacionados tanto ao desenvolvimento econômico quanto à melhoria das condições de vida da população, sendo esta uma análise conforme os dados do IBGE (2022).

Este panorama econômico de Itapuranga, portanto, reflete uma realidade onde o progresso e os obstáculos coexistem. O PIB per capita é um indicativo de potencialidade econômica, ao passo que o nível salarial médio sinaliza a necessidade de políticas que fomentem não apenas o crescimento, mas também a distribuição equitativa da riqueza gerada, visando elevar a qualidade de vida e o bem-estar dos habitantes de Itapuranga. Dessa forma, o município demonstra um compromisso com a infraestrutura e a sustentabilidade, evidenciado por 72,9% dos domicílios com acesso a esgotamento sanitário adequado, uma métrica que reflete o investimento em saúde pública e qualidade de vida conforme dados do IBGE (2022).

Um pilar para o desenvolvimento regional de Itapuranga é o compromisso com a educação, evidenciando a valorização do conhecimento como chave para o progresso, uma história marcada por esforços persistentes da comunidade para criar um sistema educacional que atenda a todos. A taxa de escolarização de crianças e adolescentes entre 6 a 14 anos alcançou 99,2% em 2010, de acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), de forma a sinalizar um alcance quase universal da educação básica dentro do município. Esse dado, por si só, destaca Itapuranga como um exemplo de comprometimento com a inclusão educacional.

Além disso, a estrutura educacional de Itapuranga é composta por 13 estabelecimentos de ensino fundamental e 5 de ensino médio, com um total de 3.006 matrículas no ensino

fundamental e 1.058 no ensino médio em 2021. Este quadro é complementado por 146 docentes no ensino fundamental e 63 no ensino médio, garantindo um suporte pedagógico robusto para os estudantes (IBGE, 2022).

Desde as primeiras escolas nas áreas rurais até a adoção de políticas públicas e programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvimentos significativos que influenciaram a educação no município, através da superação de desafios e as soluções encontradas para promover um ensino inclusivo e de qualidade para a população de Itapuranga.

2.1 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ITAPURANGA

A trajetória da educação em Itapuranga é um espelho das diversas lutas e conquistas enfrentadas pela comunidade local em sua incessante busca por um sistema educacional que seja inclusivo e de alta qualidade. Desde as fundações das primeiras escolas nas zonas rurais, passando pela implementação de políticas públicas educacionais, até a introdução de programas inovadores como a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Marcos significativos delinearam a evolução da educação em Itapuranga. As transformações políticas, exigências sociais e movimentos culturais moldaram a disponibilidade e qualidade da educação no município, bem como os desafios enfrentados e as soluções adotadas para assegurar a educação para todos (SILVA e PINHEIRO, 2020).

No contexto atual, as instituições educacionais do município são constituídas pela Rede Municipal e Estadual de ensino público, somadas a algumas instituições privadas. O município oferece ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, anos iniciais. Por sua vez, o Estado oferece ensino a partir do Ensino Fundamental para os anos finais até o Ensino Médio, além de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) (IBGE, 2022).

Desde os primórdios da formação do povoado, a educação tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento da sociedade em Itapuranga. Originalmente, as aulas ocorriam nas fazendas, nas casas dos próprios proprietários de terras. Uma distinção clara entre os gêneros marcava os conteúdos ensinados: enquanto os meninos eram educados na leitura e escrita, preparando-os para a vida profissional e cívica, as meninas eram instruídas em habilidades domésticas e artesanais, uma prática que reflete as normas sociais da época (SILVA e PINHEIRO, 2020).

No início da história educacional de Itapuranga, Kênia Cristina, autora e ex-secretária de educação municipal, relata que o ensino era predominantemente realizado nas fazendas,

onde professores eram contratados por famílias abastadas para educar as crianças. Posteriormente, essas crianças eram enviadas à cidade de Goiás para prosseguir com seus estudos avançados.

A emancipação da região e a luta pela educação culminaram na inauguração da primeira escola em Itapuranga, marcando um esforço significativo para garantir o acesso à educação para os filhos daqueles que não tinham recursos para enviar seus filhos para estudar em outras cidades. As escolas rurais, estabelecidas para servir à população do campo, eram caracterizadas por turmas multisseriadas e uma notável falta de infraestrutura, refletindo a intenção de vincular a população à sua terra natal (DIAS, 2019).

Silva e Pinheiro (2020), corroboram com estes dados descrevendo o crescimento populacional e o subsequente desenvolvimento urbano, especialmente acentuado pelo êxodo rural observado a partir da década de 1970, fato este que impulsionou a criação das primeiras escolas urbanas em Itapuranga.

Enquanto as famílias mais abastadas tinham a opção de enviar seus filhos para estudos avançados na cidade de Goiás, notadamente para o Liceu, às famílias com menos recursos restava a alternativa de fundar espaços educacionais locais. Esse esforço coletivo culminou na inauguração da primeira escola urbana de Itapuranga, um marco importante que simboliza a democratização do acesso à educação na região, que permitiu aos filhos daquelas famílias que permaneceram no município, tivessem a oportunidade de estudar sem necessidade de deslocamento.

Conforme Dias (2019), para atender à população das zonas rurais, foram estabelecidas escolas com turmas multisseriadas e infraestrutura básica, seguindo a lógica de manter o homem no campo. No entanto, este período também foi marcado pela influência dos governos militares, que impuseram um sistema educacional que refletia suas políticas autoritárias. Os estudantes eram frequentemente mobilizados em desfiles cívico-militares, uma prática que visava inculcar uma imagem de unidade nacional e ordem, alinhada aos ideais do regime (SILVA e PINHEIRO, 2020).

Segundo Reis (2017), corrobora que as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para estudar na cidade de Goiás, enquanto aquelas com menos recursos precisavam improvisar locais para a educação de seus filhos.

A primeira escola construída foi o grupo escolar Coronel Virgílio José de Barros, que ofereceu ensino do primeiro ao quarto ano primário.

Ainda Reis:

Este grupo escolar apesar de suas dificuldades caracterizava o processo educacional, mas já não atendia a demanda devido ao crescimento do distrito, com isto os fazendeiros juntamente com a população concretizaram a campanha para arrecadação de fundos para a construção do prédio da escola Grupo Escolar Coronel Virgílio José de Barros, que contou com a participação da população com donativos de materiais e mão de obra, por isso a construção foi realizada em etapas iniciando-se em 1943 e finalizando-se em 1947. (REIS, 2017, p. 25)

A complexidade da história educacional de Itapuranga, especialmente no que tange à sua reconstrução e preservação, revela uma lacuna significativa. A Universidade Estadual de Goiás (UEG), através do seu curso de História em Itapuranga, tem se esforçado para documentar e vocalizar as experiências dos indivíduos que foram protagonistas dessa história, oferecendo uma nova perspectiva sobre os eventos que moldaram a educação no município (SILVA e PINHEIRO, 2020).

Libânio (2013) defende que a educação deve ser entendida como um conjunto complexo de influências e interações que contribuem para a formação da personalidade social e do caráter do indivíduo. Este conjunto abrange diversas concepções de mundo, ideologias, valores morais e políticos, além de modos de agir diante dos desafios da vida cotidiana. A partir dessa perspectiva, a educação é destacada não apenas como um direito fundamental, mas também como um elemento crucial para a formação integral do indivíduo e para a sua preparação para a vida em sociedade.

Assim, de acordo com os relatos dos autores citados e as argumentações de Libânio (2013), fica evidente que a educação em Itapuranga, desde suas origens até o presente, tem sido uma força motriz para o desenvolvimento social e pessoal, enfatizando a necessidade de uma abordagem educacional que reconheça e valorize a complexidade da formação humana.

Os resultados alcançados por Itapuranga no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2021 sublinham a qualidade do ensino oferecido no município. Itapuranga não apenas supera as médias nacionais, mas também se destaca no cenário educacional de Goiás.

A análise do desempenho de Itapuranga nos anos iniciais do ensino fundamental como exposto na Figura 10 abaixo, de acordo com os dados do IBGE (2022) revelam que o município alcançou um IDEB de 5,5. Este número reflete o esforço contínuo do município em manter um padrão de qualidade educacional, consolidando-se na 159ª posição entre os municípios do estado de Goiás. Tal posição, ilustra um comprometimento com a educação que merece reconhecimento e serve de incentivo para a continuidade de políticas educacionais bem-sucedidas.

Figura 10: IDEB, Ensino Fundamental, Anos Iniciais na Rede Pública

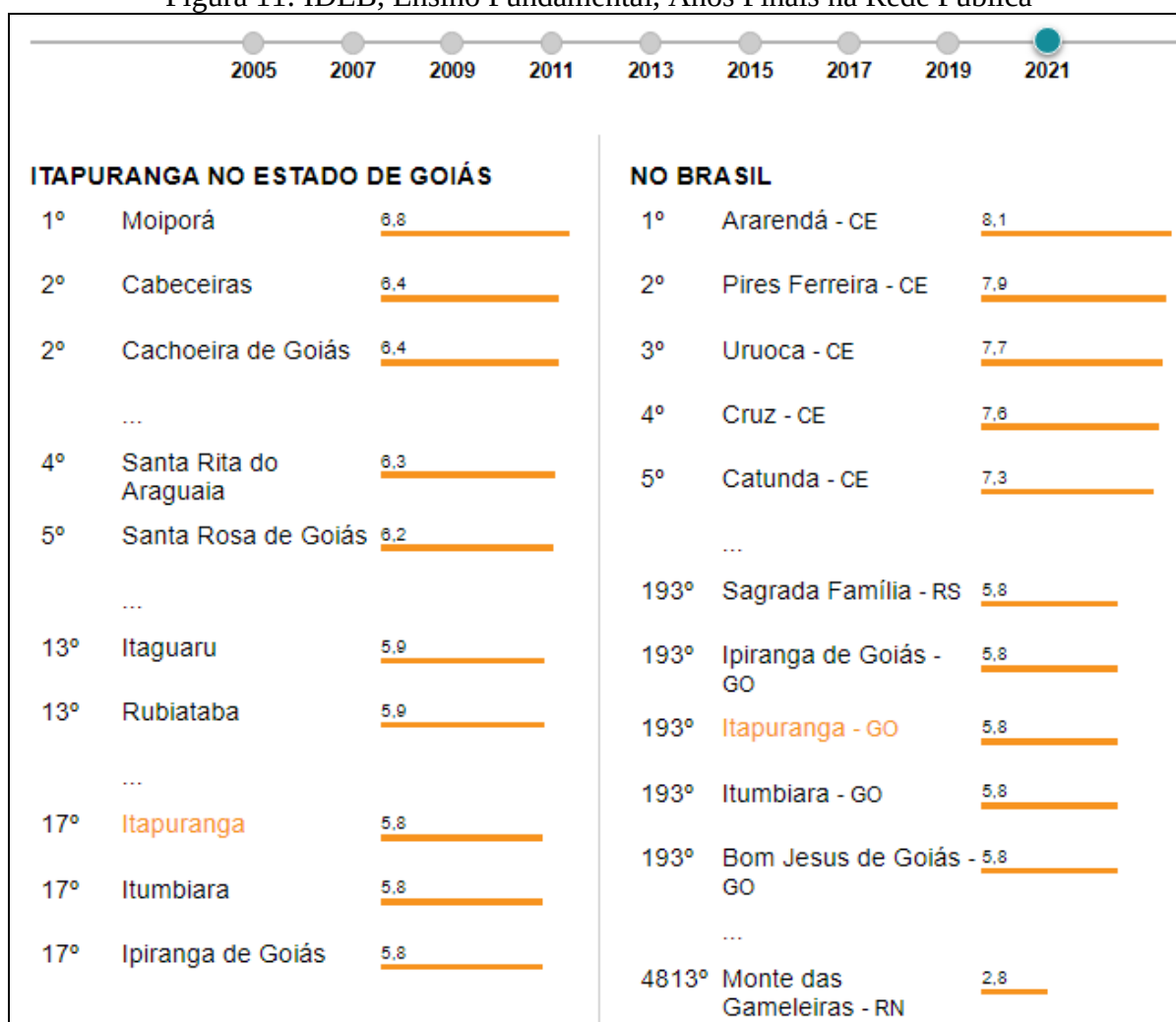


Fonte: IBGE (2022).

Em um panorama mais amplo, ao considerar o cenário educacional brasileiro, Itapuranga se classifica na 193ª posição, também de acordo com o IBGE (2022), em uma análise nacional que abrange mais de cinco mil municípios. Esses resultados sugerem uma análise positiva das políticas e práticas pedagógicas implementadas, que parecem estar alinhadas com o objetivo de otimizar a qualidade do ensino na fase final do ensino fundamental.

O desempenho educacional de Itapuranga, agora com relação nos anos finais do ensino fundamental conforme a Figura 11 abaixo, reflete um quadro de progresso do município com um alcance percentual de 5,8 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2021 (IBGE, 2022). No contexto estadual, essa pontuação coloca Itapuranga na 17ª colocação, de modo a indicar uma melhoria significativa no padrão de educação proporcionada aos estudantes.

Figura 11: IDEB, Ensino Fundamental, Anos Finais na Rede Pública

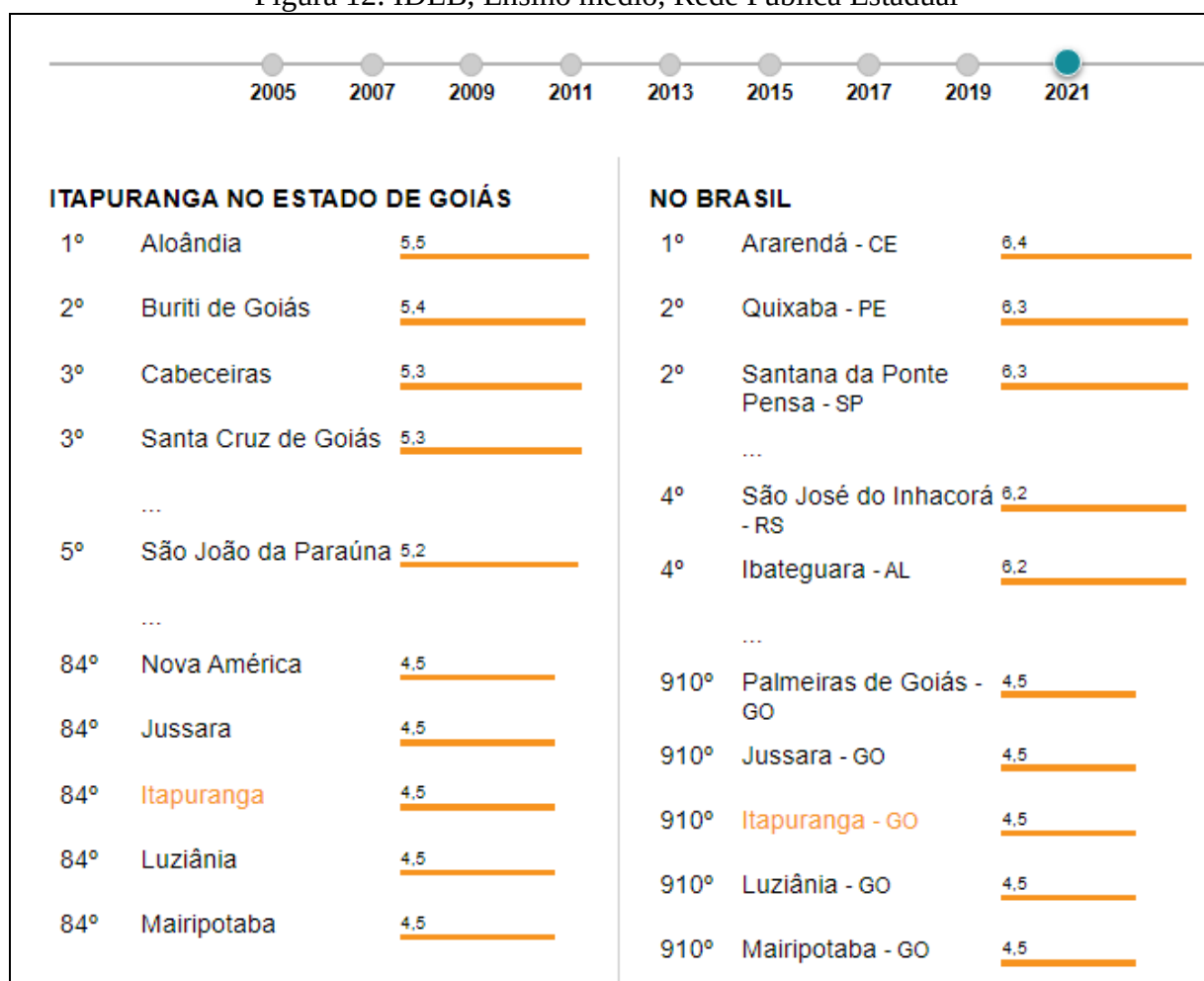


Fonte: IBGE (2022).

Ao verificar os indicadores do ensino médio, conforme os dados apontados pelo IBGE (2022) e demonstrados na Figura 12 abaixo, o município atingiu um IDEB de 4,5 para o ensino médio em 2021. Esta pontuação coloca Itapuranga na 84ª posição dentro do estado de Goiás, uma colocação que desafia o município a buscar estratégias de melhoria. No âmbito nacional, a posição de Itapuranga é a de 910ª, o que revela uma margem para crescimento e aprimoramento das práticas educativas para este nível de ensino. A comparação com outros municípios brasileiros mostra que, apesar de haver um caminho a ser percorrido para alcançar os líderes educacionais, Itapuranga mantém uma base sólida sobre a qual pode melhorar. Assim, o foco deve ser direcionado para o desenvolvimento de políticas educacionais inovadoras e eficazes que possam impulsionar o desempenho do ensino médio,

harmonizando-o com os resultados promissores observados no nível do ensino fundamental, tanto nos anos iniciais e nos finais.

Figura 12: IDEB, Ensino médio, Rede Pública Estadual



Fonte: IBGE (2022).

O município contava com 3.006 matrículas no ensino fundamental e 1.058 no ensino médio em 2021, além de 146 docentes no ensino fundamental e 63 no ensino médio. O número de estabelecimentos de ensino fundamental e médio era de 13 e 5, respectivamente, destacando o investimento em infraestrutura educacional (IBGE, 2022).

A obtenção de índices educacionais satisfatórios por Itapuranga reflete uma firme adesão aos princípios de uma educação qualitativa, consolidando-se como um resultado direto das políticas públicas implementadas. A infraestrutura do município, marcada pela adequação numérica de instituições de ensino e a dedicação de um corpo docente qualificado, em conjunto com os notáveis índices alcançados no IDEB, denota o êxito das políticas educacionais adotadas.

Após um período marcado pelo expressivo crescimento e desenvolvimento tanto da cidade quanto de suas instituições educacionais, Itapuranga enfrentou um novo desafio no caminho do progresso: uma parcela significativa de sua população não havia iniciado ou concluído a educação formal. Diante dessa realidade, emergiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma resposta estratégica para superar tal barreira, de forma a proporcionar a essa parcela da população uma nova oportunidade de acesso à educação.

A EJA representa um componente crucial no esforço de inclusão educacional, oferecendo a jovens e adultos a chance de retomar seus estudos, preenchendo lacunas deixadas por trajetórias educacionais interrompidas. Este programa não apenas abre portas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, mas também contribui significativamente para o avanço social e econômico do município como um todo, ou seja, para o próprio desenvolvimento regional. Ao reconhecer e atender às necessidades educacionais de jovens e adultos, Itapuranga dá um passo importante na direção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

2.2 O INÍCIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM ITAPURANGA, GOIÁS

A implementação da EJA em Itapuranga desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e na construção de um ambiente educacional acessível para todas as faixas etárias. O município, conhecido por sua rica diversidade cultural e histórica, busca garantir que a educação seja um direito universal, estendendo-se também àqueles que buscam aprendizado em diferentes estágios da vida.

No contexto educacional de Itapuranga, a EJA se destaca como um instrumento de transformação social, oferecendo oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos que interromperam seus estudos ou desejam continuar sua jornada educacional. Os desafios enfrentados por esse público são abordados com programas e métodos específicos, adaptados para atender às suas necessidades individuais, levando em consideração suas experiências de vida e trajetórias educacionais únicas.

Conforme destacado em documentos oficiais da EJA e em pesquisas sobre o tema, o objetivo principal da EJA é qualificar adultos para a vida pessoal, profissional e participação social dos jovens. A educação é vista como uma ferramenta essencial para alcançar a cidadania na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a educação de jovens e adultos representa a promessa de desenvolvimento para todas as pessoas, independente da idade.

Adolescentes, jovens, adultos e idosos podem atualizar seus conhecimentos, demonstrar suas habilidades, compartilhar experiências e explorar novos horizontes no mundo do trabalho e da cultura (BRASIL/CNE, 2000).

A oferta de cursos e atividades extracurriculares na EJA é diversificada, visando não apenas à aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também ao desenvolvimento de habilidades práticas e à promoção da cidadania ativa. O município reconhece a importância de uma educação holística, que vai além da sala de aula, preparando os alunos para os desafios do mundo real.

Neste contexto inclusivo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental, proporcionando oportunidades de aprendizado para aqueles que interromperam seus estudos ou desejam continuar sua jornada educacional em estágios posteriores da vida. A escola busca adaptar programas e métodos específicos para atender às necessidades individuais dos alunos, considerando suas experiências de vida e trajetórias educacionais únicas.

O Colégio Estadual José Pereira de Faria, inaugurado em 1964, está localizado no coração do município de Itapuranga, Goiás, na rua 50-A, esquina com a rua 43, nº 960, no Setor Vila Nova (SANTOS *et al.*, 2021). Com uma área total de 2.415,42 m², a escola possui uma estrutura física de 924,06 m², distribuída em dois blocos. Este ambiente espaçoso e bem iluminado oferece diversas instalações, incluindo salas de aula, biblioteca, cantina, banheiros, laboratórios, quadra de esportes e jardim.

Conforme Santos *et al.* (2021) no que diz respeito à proposta curricular, elaborada em fevereiro de 2020 e atualizada anualmente, a escola tem como objetivo formar estudantes e cidadãos críticos, preparando-os para os desafios da sociedade moderna. Esta proposta visa garantir um ensino de qualidade, respeitando as diferenças individuais e promovendo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos.

Desde o ano 2000, o Colégio Estadual José Pereira de Faria aderiu ao Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva, executado pela Secretaria da Educação. A escola se tornou uma Escola Inclusiva, atendendo à diversidade que inclui deficiências auditivas, mentais, físicas, múltiplas e distúrbios emocionais, provenientes de desajustes familiares.

Em 2001, o Colégio Estadual José Pereira de Faria, em Itapuranga, Goiás, obteve autorização para oferecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) através da Portaria 4549 (GOIÁS, 2001). A EJA foi implementada nos níveis de Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e Ensino Médio. O processo de matrícula exigia dos alunos a apresentação de

documentos, sendo uma foto 3x4, comprovante de endereço e comprovante de escolaridade. Para aqueles que não possuíam documento de comprovação de escolaridade anterior, a instituição aplicava uma Prova de Classificação (GOIÁS, 2001). Aprovados nesta avaliação, os alunos ingressavam na série inicial de cada etapa de acordo com seu grau de desenvolvimento e conhecimentos já adquiridos, tanto de forma formal quanto informal.

Durante 21 anos, o Colégio Estadual José Pereira de Faria ofertou a EJA e assegurou um ensino que promoveu o pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento integral dos alunos. Neste tempo vários jovens e adultos tiveram suas vidas transformadas.

Em 2024, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ofertada na Escola Municipal Vera Cruz em nível fundamental e no Colégio Estadual de Itapuranga em nível médio, ampliando ainda mais as oportunidades de acesso à educação para jovens e adultos no município de Itapuranga, Goiás. Essa expansão reflete o compromisso contínuo da comunidade em proporcionar oportunidades educacionais inclusivas e relevantes para todas as faixas etárias.

Ao analisar a educação de Itapuranga com uma lente voltada para o progresso no início do século XXI, observamos que o aumento do percentual de adultos com ensino fundamental completo evidencia uma evolução notável na educação. Segundo dados do Atlas Brasil (2010), o percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo subiu de 27,94% em 2000 para 43,84% em 2010, um crescimento que superou a média do estado de Goiás, que também apresentou um aumento de 37,25% para 54,97% no mesmo período.

Esta tendência de crescimento educacional é ainda mais notória ao considerar os níveis de analfabetismo entre a população com 25 anos ou mais. Em Itapuranga, esse índice era de 17,52% em 2010, representando uma diminuição significativa em relação a períodos anteriores. Além disso, o município demonstrou avanços nos níveis de educação mais elevados, com 25,59% da população alcançando o ensino médio completo e 7,23% completando o ensino superior (ATLAS BRASIL, 2010).

Esses dados ressaltam o compromisso de Itapuranga com a melhoria contínua da educação e a importância da implementação de políticas públicas eficazes. O aumento da escolaridade da população adulta reflete o impacto positivo das intervenções educacionais ao longo do tempo, que contribuiu para o fortalecimento do capital humano e para o desenvolvimento socioeconômico do município.

Logo, a Educação de Jovens e Adultos do Município, reflete o compromisso da comunidade em proporcionar oportunidades educacionais inclusivas e relevantes para todas as idades. Por meio de uma abordagem centrada no aluno, parcerias com a comunidade e um

currículo abrangente, o município busca capacitar seus cidadãos, promovendo o desenvolvimento pessoal e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e educada.

Diante disto, uma metodologia bem elaborada permite uma melhor compreensão dos dados e informações da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Itapuranga, para compreendermos a importância desta formação para as pessoas inseridas no município, bem como para entendermos de que forma ela colabora para a própria sociedade como também para o desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA

Para uma análise de excelência é crucial adotar uma abordagem que não só responda às questões de pesquisa de forma rigorosa, mas que também reflita sobre o contexto humano e social no qual a pesquisa está inserida. Ao investigar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Itapuranga-GO, como um vetor de inclusão social e desenvolvimento regional, este estudo se propõe a adentrar no universo dos ex-alunos da EJA, buscando compreender, a partir de suas experiências, percepções e trajetórias, os impactos e significados atribuídos a essa modalidade de ensino.

De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa se destaca por sua capacidade de explorar as dimensões profundas do ser humano, suas relações sociais e o significado que atribuem às suas experiências. Neste sentido, optou-se pela abordagem qualitativa, considerando-a a mais adequada para alcançar uma compreensão holística das experiências dos participantes envolvidos neste estudo. Esse método permite uma imersão no cotidiano dos sujeitos, facilitando a emergência de entendimentos profundos sobre as realidades vivenciadas por eles, fundamentais para atender aos objetivos deste estudo.

Guerriero (2023) enfatiza que a ética em pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais transcende o simples cumprimento de normativas formais como o consentimento informado. A autora argumenta que os pesquisadores devem adotar uma conduta que respeite e seja sensível às experiências vividas pelos participantes, honrando suas histórias e garantindo sua proteção.

Em alinhamento com essas considerações, este estudo adere estritamente aos princípios éticos, assegurando o anonimato, a confidencialidade e protegendo os participantes contra quaisquer situações de constrangimento ou exposição a vulnerabilidades. Este compromisso ético está alinhado com as diretrizes estipuladas pela Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regula a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, reiterando o compromisso deste trabalho com a realização responsável e ética da pesquisa (BRASIL, 2012).

A análise dos dados coletados, por sua vez, segue o método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), que permite categorizar e interpretar as manifestações verbais dos sujeitos de forma sistemática e objetiva. Esta técnica é particularmente útil na identificação de padrões e na extração de significados dos discursos, contribuindo para uma análise rigorosa que respeita a complexidade e a riqueza dos dados qualitativos.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA MAPEAMENTO NA PESQUISA

Mesmo considerando a amplitude e a diversidade de contextos nos quais a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se insere, é imprescindível estabelecer parâmetros claros que norteiem a investigação neste campo. No Brasil, a EJA é direcionada a um público que não teve acesso ou não pôde concluir sua formação básica na idade considerada regular. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/2020), a EJA destina-se a jovens e adultos a partir dos 15 anos, constituindo uma política educacional crucial para a inclusão social e o desenvolvimento pessoal.

A pesquisa direciona a atenção para indivíduos que concluíram o ensino médio através dos programas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Itapuranga-GO, em períodos diferentes, ou seja, no decorrer dos anos do próprio programa no município. A abordagem abrange participantes na faixa etária de 25 a 62 anos. Esta escolha justifica-se pela compreensão de que, nesta faixa etária, a EJA pode representar um processo de continuidade na construção do desenvolvimento dos indivíduos, oferecendo não apenas uma formação educacional, mas também oportunidades de reinserção social e profissional.

A escolha do município de Itapuranga-GO como cenário para esta pesquisa é profundamente justificada pela experiência direta e vivencial da pesquisadora junto aos alunos da EJA na região. Esta escolha não é meramente geográfica ou conveniente, ela se baseia na rica compreensão e no envolvimento como pesquisadora com a comunidade educacional local.

Através do trabalho e interações com os alunos da EJA em Itapuranga-GO, percepções valiosas sobre os desafios foram acumuladas, necessidades e aspirações desses indivíduos, tornando o município um espaço significativo para investigar as dinâmicas da educação de jovens e adultos. Esta conexão pessoal e profissional com o local e seus habitantes proporciona uma base sólida para a pesquisa, permitindo uma abordagem mais empática, informada e contextualizada dos temas em estudo e, de forma segura, apesar da proximidade com o tema, mantendo a imparcialidade e a neutralidade na condução da pesquisa.

A aproximação com os participantes da pesquisa deu-se por meio de colaboração com educadores e coordenadores locais da EJA, que facilitaram o contato inicial. Este estudo contou com a participação ativa de 20 egressos da EJA, sendo 11 mulheres e 9 homens, com idades variando entre 25 a 62 anos, representando uma ampla faixa etária que reflete a diversidade da população atendida pela EJA em Itapuranga-GO. A seleção desses participantes baseou-se na disponibilidade e no interesse em contribuir com suas experiências

e percepções sobre o programa EJA, através de seus consentimentos. Essa diversidade de participantes enriquece a pesquisa, permitindo uma análise abrangente dos impactos sociais e educacionais da EJA no município.

Os participantes, após concordarem voluntariamente com sua inclusão na pesquisa e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1), foram convidados a responder a um questionário detalhado preparado para promover a compreensão sobre como a EJA influencia na vida dos indivíduos, considerando as particularidades do contexto de Itapuranga-GO e as perspectivas dos próprios participantes sobre suas trajetórias educacionais.

Gil (2011), Fachin (2005) e Joseph Hair Jr. et al. (2005) destacam a relevância do questionário no levantamento de informações que envolvem percepções, opiniões, crenças e sentimentos, enfatizando a aplicabilidade dessa técnica em estudos que buscam entender fenômenos sociais e educacionais a partir da perspectiva dos participantes.

Essencialmente, a elaboração do questionário foi planejada para garantir que as perguntas estivessem intrinsecamente conectadas com os objetivos específicos deste estudo, a problemática central e as hipóteses delineadas, conforme sugerido por Santos (2017). Tal abordagem assegura não apenas a relevância das informações coletadas, mas também a sua contribuição efetiva para a análise e compreensão das dinâmicas educacionais e sociais que envolvem os egressos da EJA.

A pertinência do questionário como técnica de pesquisa neste contexto se justifica também pela sua eficácia em alcançar participantes dispersos geograficamente, permitindo um alcance abrangente dentro do município de Itapuranga-GO, ou que já residem em outras localidades. Além disso, o anonimato garantido aos respondentes favorece a obtenção de respostas genuínas, essenciais para a fidedignidade dos dados coletados (MARCONI e LAKATOS, 2008; GIL, 2011; BOAVENTURA, 2007).

Composto por 69 questões, o questionário foi meticulosamente dividido em eixos que refletem as diferentes dimensões da vida dos participantes. O primeiro eixo aborda o Perfil do Egresso EJA, o segundo o Perfil Sócioeconômico, o terceiro a Conscientização Política e Cidadania, o quarto eixo as Perspectivas de Vida Futura, e por último, a EJA e a Formação. Essa estruturação permite uma abordagem holística, abrangendo desde aspectos básicos de identificação até reflexões profundas sobre consciência política, cidadania, vida futura e o próprio impacto da EJA como forma de ensino.

As questões de 1 a 13 constante no primeiro eixo focam o Perfil do Egresso EJA, buscando compreender quem são esses indivíduos em termos de suas identidades básicas e

contextos imediatos. Essa seção revela não apenas dados demográficos, mas também nuances do cotidiano e da configuração familiar dos participantes, permitindo um entendimento inicial de suas realidades. A importância dessa compreensão inicial é ecoada por autores como Freire (1996), que destaca a relevância de conhecer profundamente os educandos para uma prática educativa significativa.

No segundo eixo, questões de 14 a 33, é dedicado ao Perfil Sócioeconômico, o território das condições materiais e das estruturas de vida dos egressos. Essas perguntas são essenciais para mapear o contexto socioeconômico em que os indivíduos estão inseridos, oferecendo entendimentos sobre as barreiras e os facilitadores de sua jornada educacional. A literatura em educação de adultos, incluindo trabalhos de Paiva (2005), ressalta a importância de considerar o contexto socioeconômico dos alunos para a efetividade dos programas de EJA.

A Conscientização Política e Cidadania, pertencente ao terceiro eixo com as questões 34 até a 44, propõe uma reflexão sobre o engajamento cívico e político dos egressos. Através dessas perguntas, busca-se explorar a relação dos indivíduos com o espaço público e sua participação ativa na sociedade. Este aspecto é fundamental como discutido por Gohn (2012), que segundo o autor para compreender a educação de adultos não basta apenas como uma busca por qualificação formal, mas, também, como um processo de empoderamento e conscientização cidadã.

As questões 45 a 56, enquadradas no eixo Perspectivas de Vida, mergulham nas expectativas e planos futuros dos egressos. Essas perguntas visam capturar os sonhos, desejos e projetos de vida dos participantes, de forma a refletir sobre como a experiência na EJA pode ter remodelado ou influenciado suas visões de futuro. A abordagem a essas questões ressoa com os estudos de Arroyo (2001), que enfatiza a necessidade de a educação de adultos dialogar com os projetos de vida dos educandos.

Por fim, o último eixo, a EJA e a Formação, que abrange as questões de 57 a 69, direciona o foco para a experiência educacional propriamente dita, investigando os motivos que levaram os indivíduos a buscar a EJA, os impactos percebidos em suas vidas e suas avaliações sobre o programa. Esse eixo é crucial para entender a eficácia e o significado da EJA na vida dos participantes, em linha com as reflexões de Soares (2014), que destaca a importância de avaliar os programas de EJA a partir das perspectivas dos próprios educandos.

Cada resposta coletada através deste questionário não é apenas um dado isolado, mas informações que possibilitam compreendermos a importância da história desses egressos da EJA em Itapuranga-GO. Ao entrelaçar esses dados, este estudo não só busca contribuir para o

aprimoramento da EJA, mas também conhecer as trajetórias de vida, lutas e conquistas desses indivíduos. Assim, a metodologia adotada neste trabalho reafirma o compromisso com uma pesquisa acadêmica, que proporciona também uma visão das realidades e aspirações dos sujeitos envolvidos.

Através desta abordagem metodológica, o estudo se alinha com a perspectiva de que a educação é um direito humano fundamental, capaz de transformar vidas e sociedades. A EJA, nesse contexto, emerge não apenas como uma modalidade educacional, mas como um espaço de reivindicação de direitos, de reconhecimento e de reconstrução de identidades. Portanto, cada questão do questionário foi pensada para compreendermos as características dos participantes, as suas experiências, seus desafios e conquistas.

Além disso, a análise detalhada das respostas ao questionário oferece uma oportunidade única para refletir sobre as políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a EJA.

Portanto, a utilização do questionário como ferramenta de coleta de dados sobre a EJA em Itapuranga-GO revela-se não apenas como uma metodologia eficaz, mas também permite uma visão mais aprofundada dessa forma de educação. Os dados coletados proporciona um melhor entendimento sobre as múltiplas dimensões que compõem a experiência educacional de adultos, de modo a contribuir para um entendimento mais rico e complexo da EJA e de seu papel na sociedade contemporânea.

Este estudo ancorado nas respostas aos questionários, representa um esforço para compreender a Educação de Jovens e Adultos e os resultados nas vivências e aspirações dos egressos da EJA em Itapuranga-GO.

Por fim, busca-se não apenas ampliar o conhecimento acadêmico sobre a educação de adultos, mas também fomentar discussões e ações que possam efetivamente melhorar a qualidade e o impacto da EJA na vida dos indivíduos. São através desses estudos que podemos pensar em sociedade, emancipação e desenvolvimento regional sustentável.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise dos dados coletados nos questionários através do exame detalhado das informações nos permite compreender como a EJA contribui para o progresso educacional, social e econômico dos indivíduos e, conseqüentemente, da região como um todo. Esse esforço analítico é crucial para identificar os benefícios e os desafios enfrentados pelo programa, delineando assim, o papel fundamental da EJA no contexto local.

Para estruturar essa análise, a pesquisa foi organizada em eixos temáticos que permitem uma investigação detalhada e coerente com os objetivos propostos. Cada eixo temático possui uma relevância particular, justificando sua inclusão e apresentando perguntas norteadoras que guiam a interpretação dos dados.

O primeiro eixo, Perfil do Egresso EJA, é essencial para identificar as características dos alunos em termos de faixa etária, ocupação e nível educacional anterior. Este eixo é fundamental para entender a diversidade do público atendido pela EJA e como suas experiências e contextos influenciam suas trajetórias educacionais. A pergunta norteadora para este eixo é: "Qual o perfil dos alunos da EJA em termos de faixa etária, ocupação e nível educacional anterior?" Conforme Freire (1996) destaca, conhecer profundamente os educandos é crucial para uma prática educativa significativa .

O segundo eixo, Perfil Socioeconômico, foca em avaliar como a EJA contribui para a melhoria das condições de vida dos participantes, especialmente no que tange à empregabilidade e à renda. Este eixo é relevante para demonstrar o impacto socioeconômico da EJA e como ela auxilia na mobilidade social e na inserção no mercado de trabalho. A pergunta correspondente é: "De que maneira a EJA tem contribuído para a melhoria das condições de vida dos participantes, especialmente no que tange à empregabilidade e à renda?" Paiva (2005) ressalta a importância de considerar o contexto socioeconômico dos alunos para a efetividade dos programas de EJA .

O terceiro eixo, Conscientização Política e Cidadania, aborda os desafios enfrentados pelos alunos durante o processo educacional e como a EJA promove a conscientização cidadã e o empoderamento. Este eixo é crucial para compreender como a educação de adultos vai além da formação acadêmica, fomentando a participação ativa na sociedade. A pergunta norteadora aqui é: "Quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos da EJA durante o processo educacional?" Gohn (2012) argumenta que analisar o processo de empoderamento e conscientização cidadã é essencial para compreender a educação de adultos .

O quarto eixo, Perspectivas de Vida Futura, examina como a estrutura e os recursos

oferecidos pela EJA influenciam o desempenho e a motivação dos alunos. Avaliar a adequação desses recursos é importante para identificar áreas de melhoria e fortalecer a eficácia do programa. A pergunta norteadora é: "Como a estrutura e os recursos oferecidos pela EJA influenciam o desempenho e a motivação dos alunos?" Arroyo (2001) enfatiza a necessidade de a educação de adultos dialogar com os projetos de vida dos educandos .

O quinto e último eixo, EJA e a Formação, investiga os impactos observados na comunidade local decorrentes da educação de jovens e adultos. Este eixo é vital para demonstrar como a EJA contribui para o desenvolvimento regional e para a criação de uma sociedade mais educada e economicamente estável. A pergunta correspondente é: "Quais são os impactos observados na comunidade local decorrentes da educação de jovens e adultos?" Soares (2014) destaca a importância de avaliar os programas de EJA a partir das perspectivas dos próprios educandos .

Estes eixos permitem uma visão holística do impacto da EJA, a investigação dos dados permite a criação de um panorama que nos mostre as realidades e as transformações vivenciadas pelos estudantes da EJA. Ao explorar as trajetórias educacionais e as aspirações dos alunos, bem como os resultados alcançados, este capítulo busca ilustrar a interconexão entre a oferta educacional para adultos e o desenvolvimento das capacidades que sustentam o crescimento regional. A análise focará em evidenciar como a educação de adultos fomenta a inclusão social e a capacitação profissional, elementos-chave para a evolução socioeconômica de Itapuranga.

A análise não somente ressalta as histórias individuais de sucesso e superação, mas também fornece uma visão crítica sobre as limitações e oportunidades para melhoria do programa EJA. O objetivo é apresentar uma discussão fundamentada que possa servir de alicerce para futuras políticas educacionais e iniciativas de desenvolvimento regional, garantindo que a EJA continue a ser uma ferramenta poderosa para a transformação e o progresso da comunidade de Itapuranga.

4.1 PERFIL DO EGRESSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM ITAPURANGA

Ao iniciar a análise de dados do presente estudo, focamos na primeira parte do questionário, que compreende as questões de 1 a 13, centradas no Perfil do Egresso da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Itapuranga. O Quadro 01 abaixo sintetiza as principais características demográficas e sociais dos participantes, proporcionando um

panorama abrangente sobre os indivíduos que concluíram o programa EJA e sua integração no contexto regional. Este primeiro conjunto de dados é fundamental para compreendermos o perfil inicial dos egressos e lançar luz sobre os desafios e oportunidades que enfrentam após sua participação na EJA.

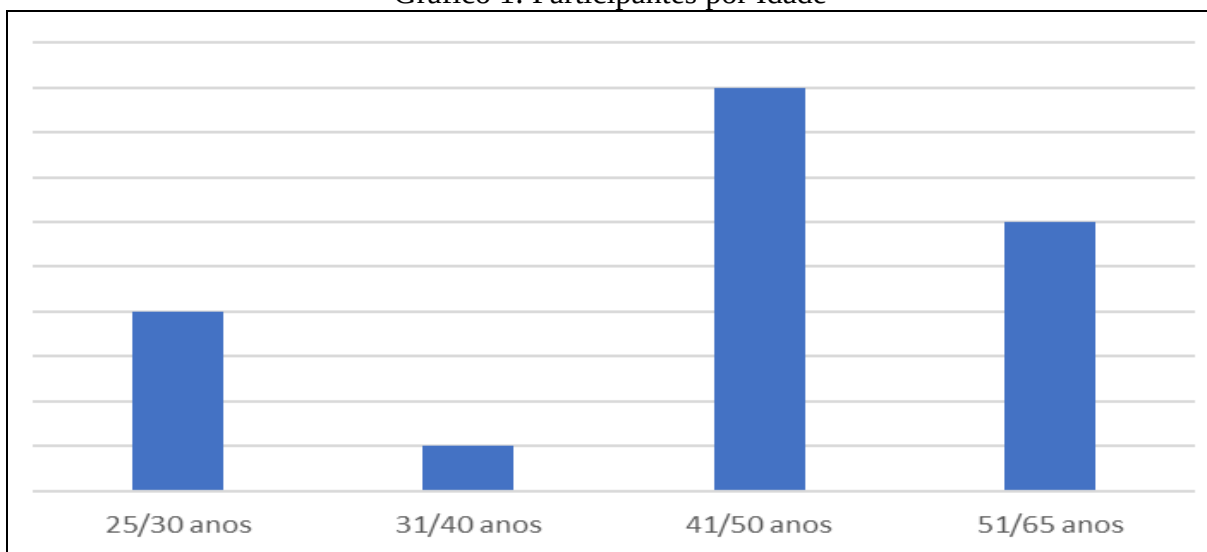
Quadro 1: Identificação e caracterização dos participantes

Participante	Gênero	Idade	Natural de	Estrangeiro	Residência	Estado Civil
1	Masculino	53	Itapuranga, Goiás	Não	Itapuranga	Solteiro
2	Feminino	49	Itapuranga, Goiás	Não	Itapuranga	Casada
3	Feminino	51	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casada
4	Feminino	41	Itapuranga	Não	Região Rural, Guaraíta	Casada
5	Feminino	41	Itapuranga	Não	Brasília	Casada
6	Feminino	51	Petrolina	Não	Goiânia	Casada
7	Masculino	50	Uruana	Não	Itapuranga	Divorciado
8	Masculino	62	Itapuranga	Não	Itapuranga	Viúvo
9	Feminino	50	Guaraita -GO	Não	Itapuranga	Casada
10	Masculino	28	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casado
11	Masculino	29	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casado
12	Masculino	25	Itapuranga	Não	Itapuranga	Solteiro
13	Masculino	53	Itapuranga	Não	Itapuranga	Solteiro
14	Feminino	47	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casada
15	Feminino	42	Goiânia	Não	Aruanã	Divorciado
16	Feminino	31	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casada
17	Feminino	45	Itapuranga	Não	Itapuranga	Divorciada
18	Feminino	47	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casada
19	Feminino	28	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casada
20	Feminino	53	Itapuranga	Não	Itapuranga	Casada

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme observado no Quadro 01, a faixa etária dos egressos varia significativamente, abrange dos 25 aos 62 anos como exposto no Gráfico 1 abaixo, o que demonstra a capacidade da EJA em atender a um público amplo de idades. Esta variação etária enfatiza a flexibilidade e a relevância do programa em oferecer oportunidades educacionais que se moldam às diferentes fases da vida adulta, proporcionando uma chance de retomada e conclusão dos estudos. Segundo Di Pierro (2010), a diversidade etária nos programas de EJA reflete não apenas a demanda por educação em diferentes estágios da vida adulta, mas também a adaptação desses programas às necessidades variadas de aprendizagem e desenvolvimento profissional dos adultos.

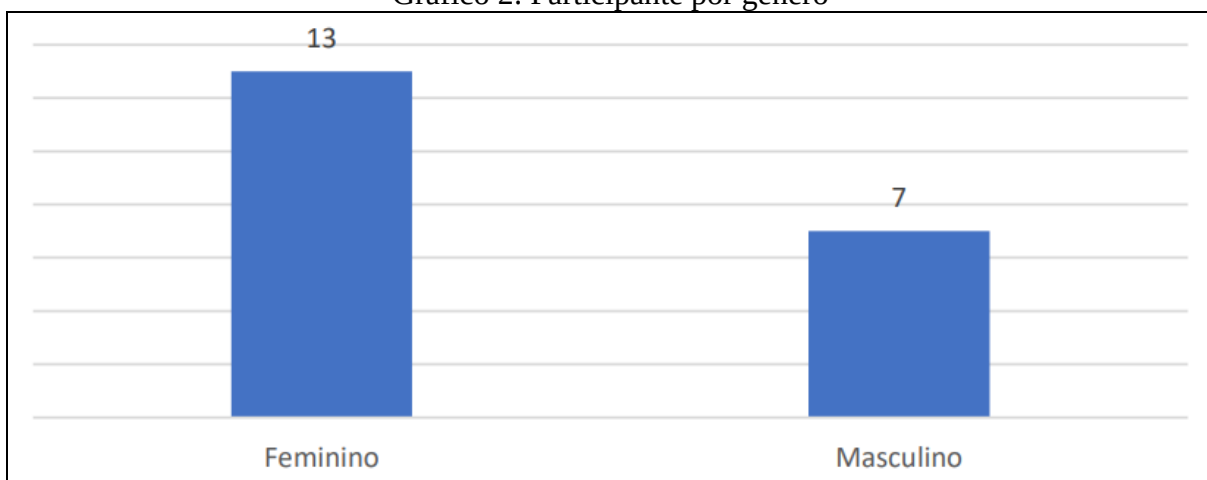
Gráfico 1: Participantes por Idade



Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 2, a seguir, a distribuição de gênero é majoritariamente feminina com 13, e 7 para o gênero masculino constantes na amostra, que sugere uma tendência de maior procura pelo programa EJA entre as mulheres. Este aspecto pode ser interpretado como reflexo das dinâmicas sociais que influenciam as decisões educacionais das mulheres, incluindo a busca por melhorar suas qualificações para o mercado de trabalho ou a realização pessoal através da educação. Moraes, Araújo e Negreiros (2020) destacam que a participação feminina nos programas de EJA está frequentemente associada à busca por autonomia e melhores oportunidades de emprego, refletindo o papel da educação como um catalisador para a mudança social e econômica.

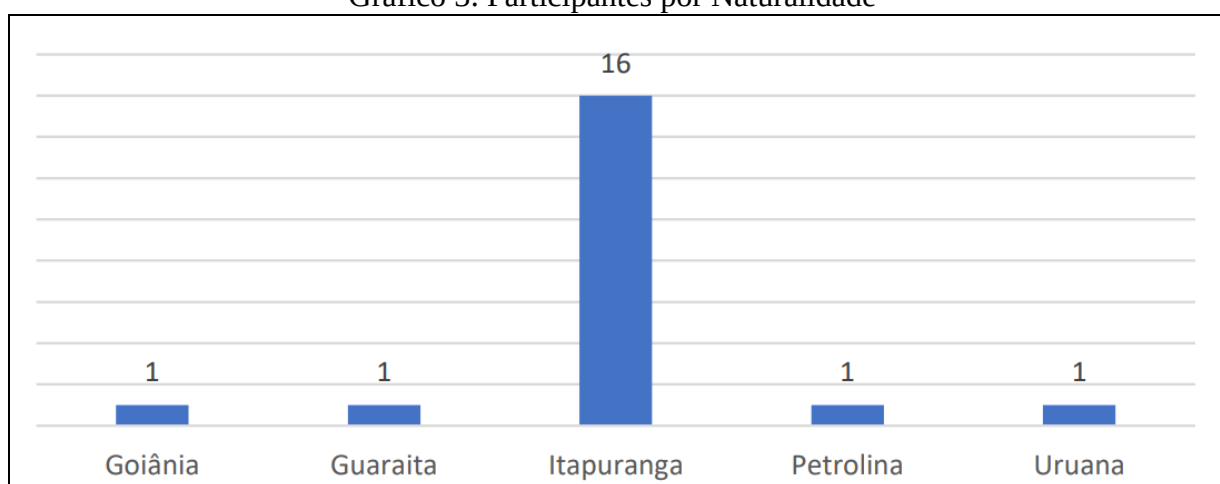
Gráfico 2: Participante por gênero



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 3 abaixo expõe a predominância de participantes naturais de Itapuranga e regiões adjacentes, de forma a destacar o papel fundamental da EJA no atendimento às necessidades educacionais locais, contribuindo para o desenvolvimento regional ao capacitar a população adulta. Moraes, Araújo e Negreiros (2020) enfatizam a importância dos programas de EJA na promoção do desenvolvimento local, argumentando que ao elevar o nível educacional dos adultos, esses programas contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento da economia regional.

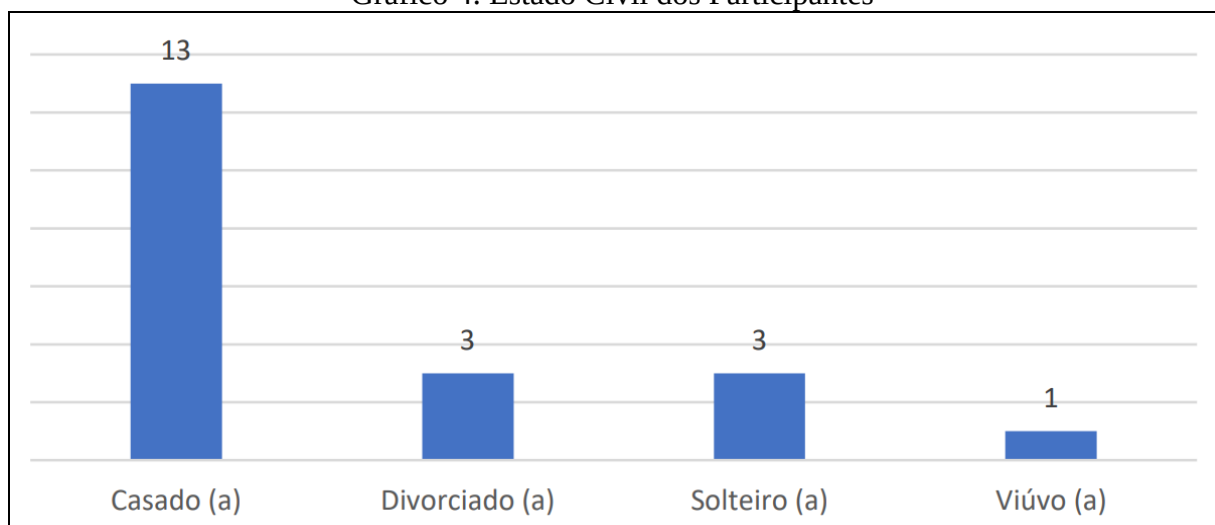
Gráfico 3: Participantes por Naturalidade



Fonte: Dados da pesquisa

O estado civil variado dos egressos ilustra a diversidade do público-alvo da EJA, conforme o Gráfico 4 abaixo, abrangendo solteiros, casados, divorciados e viúvos, o que reitera a inclusividade do programa. Esta heterogeneidade evidencia que a EJA é procurada por indivíduos com diferentes experiências de vida e responsabilidades, reforçando sua capacidade de adaptar-se às necessidades específicas de cada adulto. Conforme discutido por Santos (2016), a capacidade de atender a uma ampla gama de perfis de alunos é um dos aspectos mais valiosos da EJA, permitindo que ela desempenhe um papel crucial na redução das desigualdades educacionais.

Gráfico 4: Estado Civil dos Participantes



Fonte: Dados da pesquisa

A análise desses dados revela aspectos importantes sobre o perfil dos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que participaram da pesquisa. Observa-se uma diversidade em termos de grau de instrução e formação profissional, indicando que a EJA atende a uma ampla gama de necessidades educacionais e aspirações profissionais (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020). A presença significativa de indivíduos que já possuem alguma formação superior ou técnica sugere que a busca pela educação de jovens e adultos pode ser motivada tanto pela conclusão da educação básica quanto pelo desejo de avanço ou mudança de carreira (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020).

A composição educacional dos participantes da pesquisa reflete um alto nível de instrução. Ao examinar a distribuição do grau de instrução como demonstrado no Quadro 2 que segue abaixo, observa-se que uma proporção substancial 14 de 20 possui ensino superior, seja completo ou incompleto, indicando que a formação universitária é comum dentro do grupo. Uma análise detalhada da formação educacional adicional revela que uma maioria expressiva dos participantes buscou qualificações além da sua educação básica. As formações adicionais são diversas e incluem Contabilidade, Técnica de Enfermagem, Pedagogia, Administração, Direito, Teologia, História e Gestão em Segurança Pública e Privada.

Quadro 2: Grau de formação adicional

Participante	Formação
1	Contabilidade
2	Técnico(a) de Enfermagem
3	Pedagogia
4	Administração

5	Pedagogia
6	Não
7	Direito
8	Não
9	Teologia
10	História
11	Gestão em Segurança Pública e Privada
12	Técnico(a) de Enfermagem
13	[não preenchido]
14	Pedagogia
15	Pedagogia
16	Cursando enfermagem
17	Pedagogia
18	História
19	Direito
20	Ensino Superior Incompleto

Fonte: Dados da pesquisa

Este perfil sugere um engajamento ativo com a educação continuada, seja para aprimoramento pessoal ou avanço profissional. No entanto, é importante notar que uma minoria dos participantes, representada por aqueles que responderam 'Não' ou deixaram a resposta 'não preenchido', não reportou formação educacional adicional. Este contraste pode indicar diferenças no acesso a oportunidades de educação continuada ou na percepção de sua importância.

A análise dos dados das respostas coletas referentes a Questão 9 revela que 60% dos participantes da pesquisa não estão envolvidos em atividades de estudo atualmente, o que pode sugerir que uma parte significativa desse grupo já alcançou seus objetivos educacionais ou enfrenta barreiras para continuar sua educação. Tais barreiras podem incluir a falta de tempo, recursos financeiros limitados ou a ausência de programas educacionais adequados às suas necessidades específicas, como apontam estudos anteriores sobre os desafios enfrentados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020).

Por outro lado, o fato de 40% dos entrevistados estarem engajados em estudos no momento da pesquisa indica uma persistência na busca pelo desenvolvimento educacional e pessoal, refletindo o compromisso contínuo com a aprendizagem ao longo da vida, conforme destacado na literatura (SILVA, 2017; PEREIRA e OLIVEIRA, 2018).

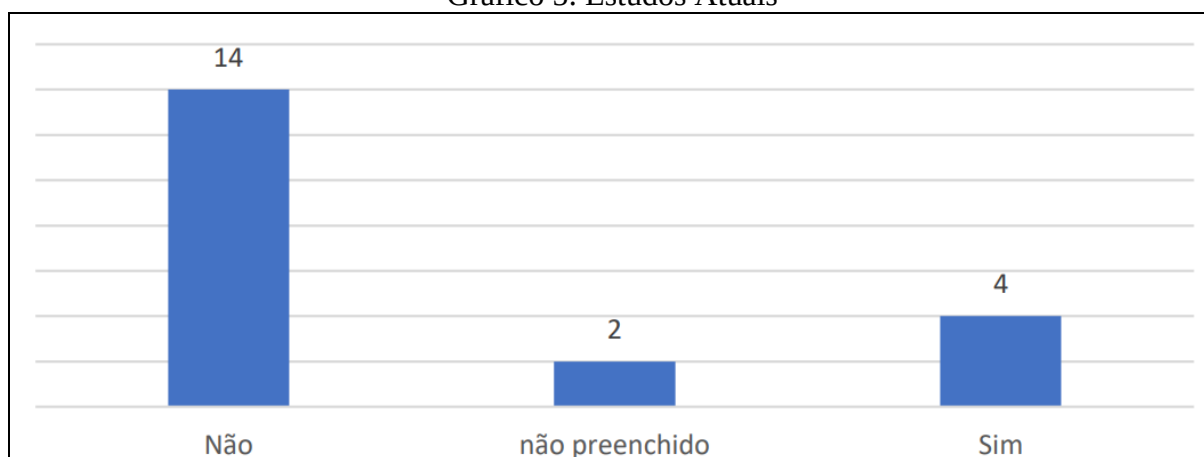
Este compromisso com a educação e o desenvolvimento pessoal, evidenciado pelos 40% dos participantes que atualmente estudam, ressalta a importância de se criar e manter acessíveis programas educacionais que sejam flexíveis e adaptados às realidades desses

adultos (SILVA, 2017). A necessidade de programas que considerem as particularidades do público adulto é crucial para facilitar a inclusão e o sucesso educacional dessa população, conforme discutido por Pereira e Oliveira (2018). A educação de adultos, portanto, deve ser vista como uma ferramenta de empoderamento e transformação social, capaz de superar as barreiras que impedem o acesso e a continuidade dos estudos.

Portanto, a situação atual dos participantes da EJA, com uma parcela significativa não envolvida em estudos e outra parte ativamente buscando educação, destaca a complexidade dos desafios enfrentados na educação de adultos, conforme Gráfico 5 abaixo.

Essa dualidade aponta para a necessidade de políticas públicas e iniciativas educacionais que abordem as barreiras ao acesso e permanência na educação, promovendo oportunidades de aprendizagem que sejam relevantes e acessíveis a esse público (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020; SILVA, 2017). A implementação de estratégias que considerem as diversas realidades dos alunos da EJA é fundamental para garantir que a educação continue a ser uma força motriz para o desenvolvimento pessoal e profissional.

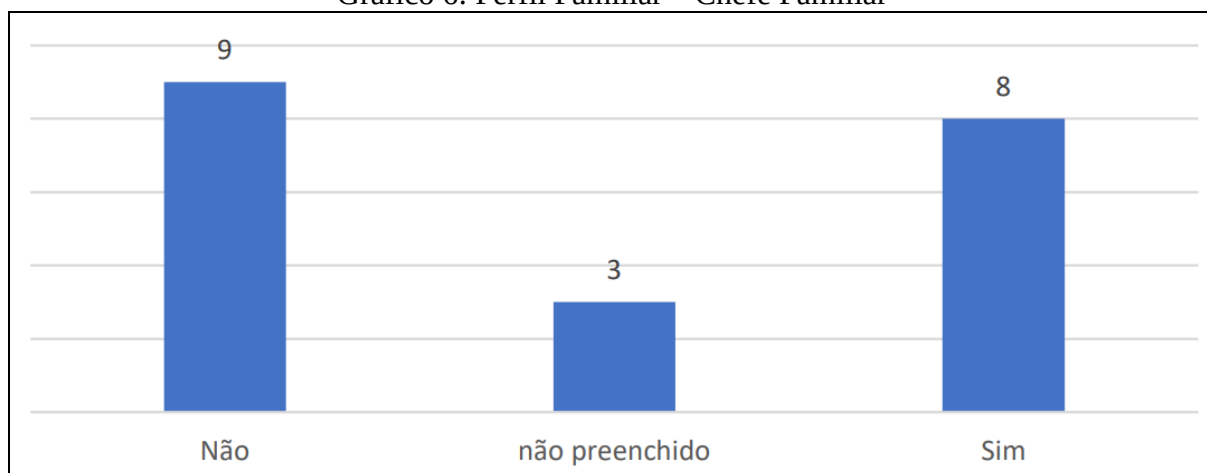
Gráfico 5: Estudos Atuais



Fonte: Dados da pesquisa

A investigação sobre a estrutura familiar dos participantes revela que uma parcela menor, correspondendo a 40% dos entrevistados (8 de 20 participantes), se identifica como chefe ou responsável por suas famílias, de acordo com o Gráfico 6 adiante. Por outro lado, a maioria, ou 45% (9 de 20 participantes), indicou não ocupar a posição de chefe de família. Ademais, 15% dos participantes (3 de 20) não forneceram essa informação, um dado que também merece atenção ao considerar a dinâmica familiar no contexto analisado.

Gráfico 6: Perfil Familiar – Chefe Familiar



Fonte: Dados da pesquisa

A heterogeneidade observada nas ocupações profissionais e no número de integrantes nas famílias dos participantes espelha a diversidade desse grupo, enfatizando que os alunos da EJA formam um segmento diversificado da população, conforme discutido por Silva (2017) e Pereira e Oliveira (2018).

Este panorama sugere que a EJA desempenha um papel fundamental na sociedade, não somente atendendo às necessidades educacionais dos adultos, mas também contribuindo para a estabilidade e o desenvolvimento socioeconômico de suas famílias. A inclusão de adultos no processo educacional por meio da EJA tem potencial para transformações significativas, propiciando não apenas o crescimento pessoal, mas também impactando positivamente o ambiente familiar e, por extensão, a comunidade como um todo (SILVA, 2017; PEREIRA e OLIVEIRA, 2018).

Ao cruzar os dados do Gráfico 6 com o Gráfico 2, observa-se uma predominância de mulheres participantes da EJA que também são chefes de família. Este dado é particularmente relevante, pois indica que muitas dessas mulheres enfrentam a dupla jornada de cuidar da família e buscar a continuidade de seus estudos. Essa responsabilidade adicional pode impactar significativamente a continuidade e o sucesso nos estudos, evidenciando a necessidade de políticas educacionais que considerem essas especificidades (Silva, 2017; Pereira e Oliveira, 2018).

Portanto, é imperativo reconhecer e valorizar a EJA como um instrumento de mudança social, que vai além do alcance educacional, influenciando positivamente a dinâmica familiar e promovendo um ciclo virtuoso de educação e melhorias sociais. A adaptação dos programas de EJA para atender às necessidades complexas e variadas de seus alunos, considerando suas responsabilidades familiares e profissionais, é crucial para o

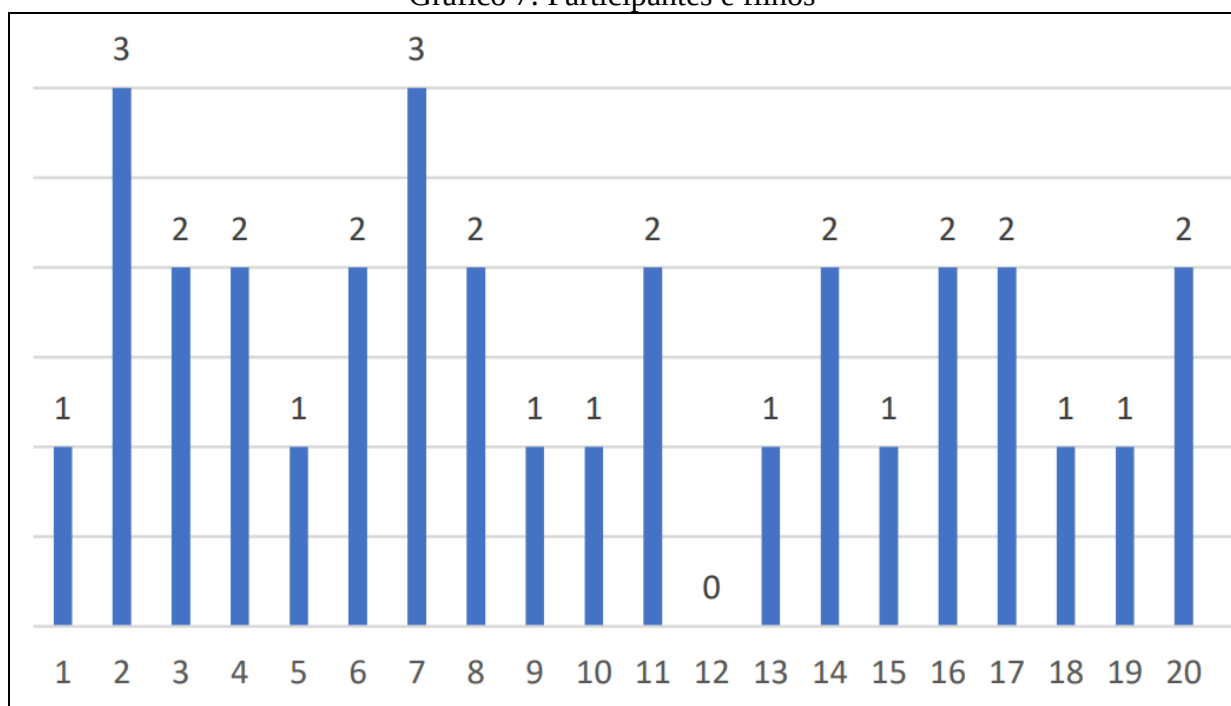
sucesso dessa modalidade educacional (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020; SILVA, 2017).

Esta análise sublinha a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade educacional adaptável, capaz de responder às necessidades de uma população diversificada, que se encontra em diferentes estágios da vida e possui uma variedade de metas profissionais e pessoais.

Adicionalmente, destaca-se que 95% dos entrevistados têm filhos conforme Gráfico 7 abaixo, ressaltando a relevância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não apenas para o desenvolvimento pessoal, mas também como um veículo para a promoção do bem-estar familiar e a melhoria da qualidade de vida (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020).

A inclusão dessas variáveis revela que o perfil dos alunos da EJA é complexo e multifacetado, exigindo uma abordagem educacional que seja inclusiva e sensível às diversas realidades dos participantes. A presença de muitas mulheres chefes de família, por exemplo, reforça a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte adicional, como creches e programas de apoio financeiro, para garantir que essas estudantes possam continuar seus estudos sem sobrecarga excessiva.

Gráfico 7: Participantes e filhos



Fonte: Dados da pesquisa

A EJA se estabelece, portanto, como um instrumento crucial para a inclusão social e econômica, oferecendo caminhos para o progresso e o aprimoramento daqueles que, por

múltiplas razões, foram privados da oportunidade de completar sua formação educacional no período considerado convencional (MORAES; ARAÚJO; NEGREIROS, 2020).

A predominância de atividades classificadas como "Outros" entre as ocupações dos participantes, conforme Quadro 03 destaca a diversidade dos campos profissionais representados e sublinha a relevância da EJA como um meio de promoção do desenvolvimento pessoal e profissional. A EJA, portanto, não só facilita a conclusão da educação básica, mas também serve como um catalisador para o avanço socioeconômico, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária (LEITE, 2007; DI PIERRO, 2005).

Quadro 3: Ocupação/Trabalho Principal

Participante	Ocupação/Trabalho Principal
1	Construção
2	[Não Preenchido]
3	Trabalhos Domésticos
4	Outros, Loja
5	Trabalhos Domésticos
6	Outros, Comerciante e Massoterapia
7	Agricultura
8	Outros
9	Outros, Cuidadora de Idoso
10	Pecuária, Transporte
11	Outros, Policial Militar
12	Outros, Comércio
13	Agricultura
14	Outros, Secretária
15	Outros, Vendas
16	Trabalhos Domésticos
17	Outros
18	Pecuária
19	Outros, Costureira e Doméstica,
20	Agricultura, Trabalhos Domésticos e Rural

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o perfil dos ex-alunos participantes da pesquisa sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificamos uma diversidade significativa tanto em termo pessoal quanto profissional, refletindo a ampla gama de necessidades e aspirações que a EJA busca atender. Esta modalidade de educação, destinada a jovens e adultos que por diversos motivos não concluíram sua educação básica no tempo regular, emerge como uma ferramenta vital para a inclusão social e econômica, promovendo oportunidades de crescimento e

desenvolvimento para aqueles que foram marginalizados pelo sistema educacional tradicional (BRASIL, 2010; MOSCOVICI, 2007).

Ao cruzar os dados de ocupação/trabalho principal (Quadro 3) com a formação adicional posterior à EJA (Quadro 2), observamos que muitos dos ex-alunos conseguiram avançar em suas carreiras ou ingressar em novos campos profissionais. Por exemplo, participantes que inicialmente trabalhavam em ocupações de baixa qualificação, como trabalhos domésticos e agrícolas, conseguiram alcançar posições mais qualificadas após completarem a EJA e continuarem seus estudos em áreas como contabilidade, enfermagem, pedagogia e administração. Este avanço evidencia a eficácia da EJA em proporcionar não apenas uma segunda chance educacional, mas também em habilitar os indivíduos para novas oportunidades profissionais.

Além disso, a formação adicional adquirida após a EJA reflete um engajamento contínuo com a educação, indicando que muitos ex-alunos não pararam após concluir a EJA, mas buscaram seguir adiante com suas formações acadêmicas e profissionais. Este dado é crucial, pois reforça a ideia de que a EJA serve como um trampolim para a educação continuada e o desenvolvimento profissional, ampliando significativamente as perspectivas de vida dos participantes e contribuindo para o capital cultural e econômico das suas famílias e comunidades conforme afirma Negreiros et al. (2017).

Essa análise ressalta o papel significativo da EJA na transformação de vidas, destacando seu impacto não apenas em termos de qualificações profissionais, mas também na promoção de valores como autoestima, autonomia e engajamento cívico. Portanto, ao considerar a heterogeneidade dos ex-alunos, reconhecemos a capacidade da EJA de responder às variadas demandas de uma população diversificada, reafirmando seu papel fundamental no esforço contínuo para construir uma sociedade inclusiva e capacitada (NEGREIROS *et al.*, 2017; PEREIRA e OLIVEIRA, 2018).

Importante agora, analisarmos o Perfil Socioeconômico dos participantes, que nos proporcionará uma visão mais detalhada das condições sociais e econômicas dos egressos da EJA.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO

O estudo do perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, centrado nas respostas correspondentes às questões de 14 a 33 do questionário, emerge como uma ferramenta essencial para analisar as complexas interseções entre educação, desenvolvimento

pessoal e progresso social. A análise do estado atual desses ex-alunos, que já concluíram o programa, oferece uma visão esclarecedora do impacto significativo dessa experiência educacional em suas vidas.

Conforme sugerido por Bourdieu (1998), a posse de bens culturais e o acesso a formas diversificadas de capital são cruciais para a mobilidade social, refletindo a complexa dinâmica entre educação e estrutura social. A abordagem de Freire (1996), que concebe a educação como um ato de liberdade com o poder de reestruturar realidades, revela-se particularmente relevante ao contexto dos participantes desta pesquisa. Suas respostas ao questionário fornecem uma análise atual das influências e, em alguns casos, transformações em suas vidas decorrentes da experiência educacional. No entanto, é importante ressaltar que essa análise não pode ser diretamente atribuída à conclusão do ensino médio na EJA, que é o foco deste estudo. Apesar disso, esses dados continuam sendo fundamentais para a compreensão do tema em estudo.

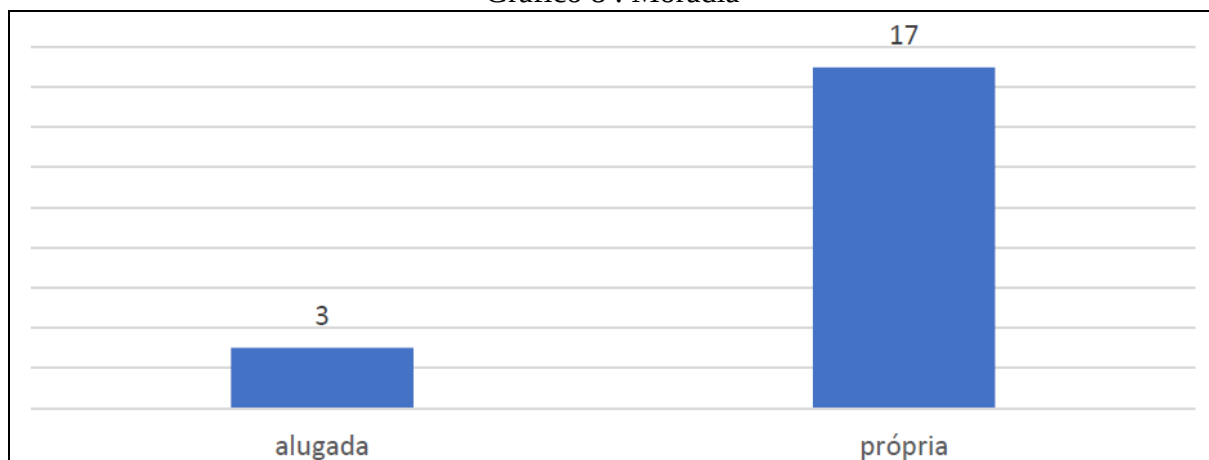
A relevância desta análise é embasada pelas contribuições de Arroyo (2006) e Sen (1999), que respectivamente destacam a educação de adultos como um meio de mitigar desigualdades e promover o desenvolvimento humano, ampliando as liberdades individuais e coletivas. Este estudo, ao focar nos participantes que já completaram o programa EJA, busca captar o impacto dessa educação nas dimensões socioeconômicas e culturais de suas vidas, destacando a educação como um direito humano fundamental e um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, mesmo na ausência de um comparativo direto entre os períodos pré e pós-EJA, a análise das condições atuais dos egressos oferece informações valiosas sobre os efeitos transformadores da educação de adultos.

O perfil socioeconômico detalhado, derivado das respostas às perguntas de 14 a 33 do questionário, não apenas lança luz sobre as condições de vida desses indivíduos, mas também destaca o papel da EJA como um instrumento de emancipação e desenvolvimento humano, reafirmando a importância de políticas públicas que garantam o acesso contínuo e qualitativo à educação para todos.

Adentrando nas especificidades do perfil socioeconômico dos egressos da EJA em Itapuranga, a atenção se volta para a questão 14 do questionário. De acordo com o Gráfico 8 abaixo, dos 20 participantes do questionário, 17 possuem casa própria e 3 residem em moradias alugadas. Isso significa que 85% dos respondentes têm moradia própria, enquanto os restantes 15% estão em residências alugadas.

Gráfico 8 : Moradia



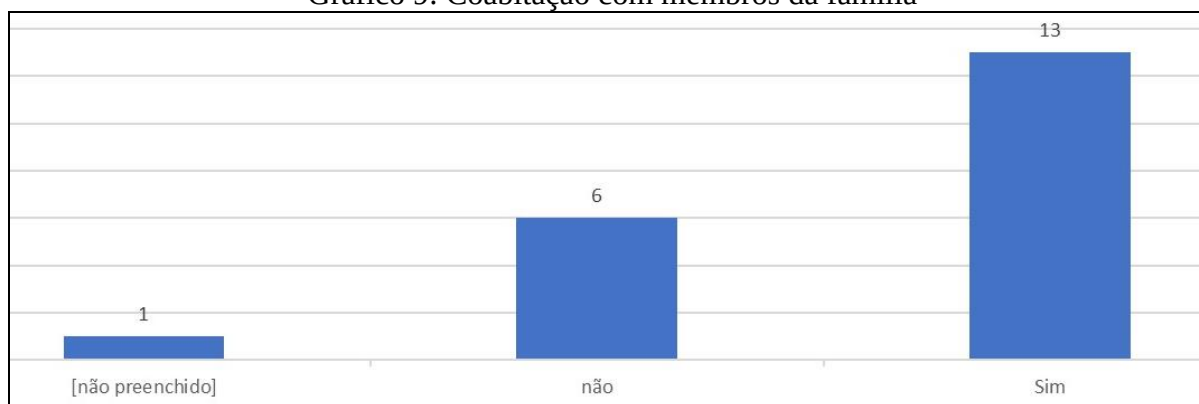
Fonte: Dados da pesquisa

Refletindo sobre o Gráfico 8, notamos uma predominância significativa de residências próprias entre os participantes. Este dado, ainda que não estabeleça um nexos causal direto com a educação recebida, insinua um retrato de estabilidade habitacional que merece atenção. A propriedade residencial, como sugere Bourdieu (1989), transcende sua função utilitária e converte-se em um marcador de status, inserindo-se nas dinâmicas de poder e prestígio social.

A predominância de moradias próprias entre os respondentes está alinhada com o que Azevedo e Andrade (2007) descrevem como o sonho de consumo do trabalhador brasileiro, significando não só a conquista de um objetivo de vida, mas também um sentimento de segurança e tranquilidade. Nesse contexto, as moradias próprias refletidas no gráfico podem indicar uma situação de relativa segurança econômica desses indivíduos.

Continuando a análise do perfil socioeconômico dos egressos da EJA em Itapuranga, o Gráfico 9 abaixo oferece uma visão sobre outra dimensão da vida dos participantes: a composição residencial familiar. Verificamos a contagem de respostas sobre a coabitação com membros da família. A maioria dos respondentes, representada por 13 indivíduos, indica que vive com familiares. Seis respondentes afirmam não viver com familiares, e houve um caso em que a resposta não foi preenchida.

Gráfico 9: Coabitação com membros da família



Fonte: Dados da pesquisa

A questão 16, relata a quantidade e a variedade de bens duráveis nas residências dos participantes. Esses itens, que incluem televisão, aparelho de som, DVD, geladeira, entre outros, são mais do que meros objetos; refletem aspectos do padrão de vida, do acesso a tecnologias e da capacidade de consumo dos indivíduos e as respostas coletadas estão dispostas nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1: Bens duráveis

ID	TV	Som	DVD	Geladeira	Freezer	Computador	Telefone Fixo
1	1	0	0	1	0	0	0
2	1	1	0	1	1	0	0
3	1	0	0	1	0	0	0
4	2	1	0	1	1	1	0
5	1	0	0	1	1	0	0
6	1	0	0	1	1	1	0
7	1	1	1	1	1	1	1
8	1	0	0	1	1	1	0
9	1	1	0	1	0	1	0
10	1	1	0	1	1	1	0
11	1	0	0	1	0	1	0
12	2	0	0	1	0	1	0
13	1	1	1	1	1	1	0
14	1	1	0	1	0	1	0
15	3	2	0	2	1	2	0
16	1	1	0	1	0	1	0
17	3	3	0	1	1	2	0
18	1	0	0	1	1	1	0

19	1	0	0	1	0	0	0
20	2	1	0	1	1	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2: Bens duráveis (continuação)

ID	Telefone celular	Automóvel	Motocicleta	Bicicleta	TV por assinatura	Máquina de lavar roupa
1	1	0	1	1	0	0
2	1	0	1	1	0	1
3	2	1	1	0	0	0
4	3	2	1	0	0	1
5	2	1	0	0	0	0
6	1	1	0	1	1	1
7	1	1	1	1	1	1
8	2	1	1	3	0	1
9	1	1	0	1	0	1
10	1	0	1	1	1	1
11	2	1	1	1	0	1
12	3	1	1	1	0	1
13	1	1	1	1	1	1
14	1	1	0	1	1	1
15	3	1	0	2	1	1
16	3	1	1	2	1	1
17	4	2	1	1	1	1
ID	3	2	1	1	1	1
1	1	1	1	0	0	1
2	2	2	2	0	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

As Tabelas 1 e 2 revelam uma distribuição desigual de bens duráveis nos domicílios dos participantes da pesquisa. Observa-se que a televisão, um bem culturalmente enraizado nos lares, está presente em todos os domicílios, evidenciando sua presença universal nas moradias dos entrevistados. Além disso, alguns participantes possuem mais de uma televisão, com pelo menos três lares reportando a posse de três televisões, e dois outros com duas televisões, indicando que em certos casos, a presença deste aparelho é plural, o que pode refletir um maior poder aquisitivo ou uma valorização intensificada de entretenimento e mídia televisiva. Este dado reforça o papel da televisão como principal meio de entretenimento e informação nas residências dos participantes da pesquisa.

A distribuição de aparelhos de som nos domicílios, mostra que ainda é um item comum em muitas casas, com a maioria dos participantes possuindo um aparelho. No entanto,

a variação na quantidade de equipamentos não indica somente diferentes níveis de interesse por música e áudio em que alguns lares demonstram um maior apreço, possuindo múltiplos dispositivos, mas é importante ressaltar que muitos desses aparelhos foram substituídos por smartphones, que agora integram diversas funcionalidades que antes eram providas por dispositivos separados.

Em contraste, a posse de DVDs é significativamente baixa, com apenas dois domicílios reportando ter um aparelho. Este dado sublinha uma transição cultural em direção ao consumo de conteúdo digital, alinhando-se com o avanço dos serviços de *streaming* e a conveniência das mídias digitais sobre as físicas. A escassez de aparelhos de DVD nos domicílios reflete uma mudança nas preferências de entretenimento e a adoção de novas tecnologias.

Ao analisar os dados coletados sobre a posse de geladeiras pode-se afirmar que demonstram ser um item fundamental nos lares dos participantes, com uma presença universal nas residências. Este eletrodoméstico essencial destaca-se pela sua indispensabilidade na conservação de alimentos e na rotina diária de todas as famílias, sublinhado por um domicílio que dispõe de duas unidades, sugerindo um uso intensivo ou necessidade de maior capacidade de armazenamento.

Ao comparar os dados os freezers têm uma presença muito mais limitada em que apenas 12 dos 20 participantes possuem, o que pode ser atribuído à sua natureza de bem secundário ou à adequação do compartimento de congelamento das geladeiras para as necessidades da maioria dos participantes. A escassez de freezers independentes nas residências aponta para uma priorização de eletrodomésticos considerados essenciais, com o freezer sendo uma adição menos crítica.

Em contraste com a televisão, a adoção de computadores, que atualmente funcionam como ferramentas cruciais de acesso à informação e educação, não é universal entre os participantes da pesquisa. A Tabela 1 mostra que computadores estão ausentes em alguns domicílios, estando presentes em 75% deles, ou seja, entre 15 participantes num total de 20. A maioria dos lares possui apenas um computador, sugerindo um uso compartilhado, enquanto dois domicílios dispõem de dois computadores, possivelmente refletindo a necessidade de múltiplos usuários ou a distinção entre equipamentos para trabalho e lazer. Embora a presença do computador em três quartos ou seja 15 de 20 dos domicílios seja significativa, a ausência nos domicílios restantes acende a discussão sobre a lacuna digital e o acesso às tecnologias essenciais para a participação efetiva na sociedade da informação.

O uso dos telefones celulares nos domicílios dos participantes é notavelmente alta,

com 100% dos participantes possuindo pelo menos um. A presença de múltiplos dispositivos em certos lares, onde algumas residências contam com até quatro celulares, sublinha a importância da mobilidade e das multifuncionalidades que os smartphones oferecem na vida cotidiana moderna. A comunicação, acesso à internet, redes sociais, trabalho e lazer, são facilitados pelo uso generalizado de telefones celulares, enfatizando a sua essencialidade na sociedade atual.

Em contrapartida, o telefone fixo mostra uma presença quase nula, com apenas um dos domicílios possuindo tal aparelho. Este dado reflete uma mudança cultural significativa nas práticas de comunicação, onde o telefone fixo perde seu espaço para as opções mais versáteis e convenientes oferecidas pelos celulares.

A ampla adoção do automóvel entre os participantes também pode ser interpretada como um reflexo dos padrões socioeconômicos da população estudada. A posse de pelo menos um veículo, e em alguns casos de mais de um, pode ser indicativa de um maior poder aquisitivo ou acesso a crédito.

Além disso, a preferência pelo transporte motorizado pode estar associada a necessidades de deslocamento para o trabalho, educação ou lazer, sugerindo uma dependência significativa desse meio de transporte na vida cotidiana. Esses dados também podem apontar para desafios em termos de mobilidade urbana e acesso a transportes públicos eficientes, especialmente em áreas onde a infraestrutura viária não é adequadamente desenvolvida. As motocicletas, embora menos prevalentes do que os automóveis, ainda são uma escolha popular de transporte para alguns participantes. A presença de mais de uma motocicleta em um lar destaca sua funcionalidade e potencial custo-benefício.

Já a bicicleta exibe uma posse diversa, aparecendo como uma escolha de transporte para alguns, enquanto outros a utilizam para atividades recreativas ou esportivas. A variação na quantidade de bicicletas por residência sugere diferentes usos e preferências entre os participantes, desde uma ferramenta de exercício até uma alternativa sustentável de mobilidade.

Ao destacar os dados referentes a TV por assinatura, apesar de disponível, mostra um uso limitado, estando presente em 50% dos domicílios pesquisados. Tal proporção reflete uma divisão no que tange às escolhas de entretenimento televisivo, com uma metade dos participantes optando por esse serviço, enquanto a outra metade pode estar recorrendo a alternativas como mídias digitais ou conteúdo televisivo gratuito. Isso indica uma diversidade de preferências e possíveis considerações de custo-benefício relacionadas ao consumo de mídia televisiva.

Por fim, a Tabela 2 mostra que os dados dos participantes referente a máquina de lavar roupas que demonstra ser um item quase onipresente nos domicílios dos participantes, com uma adoção abrangente que reflete sua importância nas atividades domésticas diárias. A posse desse aparelho em 85% das residências pesquisadas sublinha seu papel central na facilitação de tarefas do lar, representando a valorização da eficiência e do conforto proporcionados por esses eletrodomésticos modernos. A raridade de sua ausência reforça a ideia de que a máquina de lavar é um componente vital na estrutura de uma casa contemporânea.

Os dados apresentados revelam uma ampla gama de padrões de posse de bens duráveis nos domicílios dos participantes, refletindo não apenas suas preferências individuais, mas também fatores socioeconômicos e culturais subjacentes. A presença universal de certos itens, como televisões e telefones celulares, destaca sua importância na vida cotidiana, enquanto a variação na posse de outros, como computadores e automóveis, sugere diferenças nos recursos disponíveis e nas necessidades de mobilidade. Além disso, a transição para tecnologias digitais e móveis é evidente em alguns aspectos, como a baixa posse de aparelhos de DVD e telefones fixos.

A análise das questões 17 e 18 do questionário aplicado aos egressos da EJA em Itapuranga aborda uma dimensão essencial da qualidade de vida dos indivíduos, a assistência médica. A atenção à saúde é um direito fundamental e um indicador crucial de bem-estar social, cuja acessibilidade é determinada por políticas públicas e estruturas sociais complexas, conforme pode ser observado no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4: Assistência Médica

ID	Assistência médica	Assistência médica quando útil
1	Pública	SUS e Posto de Saúde
2	Privada	SUS
3	Privada	SUS
4	Privada	Outros
5	Publica	SUS e Posto de Saúde
6	Publica	SUS
7	Publica	SUS e Posto de Saúde
8	Publica	SUS e Posto de Saúde
9	Publica	Posto de Saúde
10	Publica	SUS
11	Privada	Outros, Ipasgo
12	Pública	SUS
13	Pública	SUS, Posto de Saúde
14	Pública	SUS,
15	Pública e privada	SUS, Posto de Saúde e outros, Ipasgo
16	Pública	SUS, Posto de Saúde

17	Pública e privada	SUS, Posto de Saúde
18	privada	Privada
19	pública	SUS e Posto de Saúde
20	Pública	SUS e Posto de Saúde

Fonte: Dados da pesquisa

Na questão 17, os dados indicam que entre os 20 entrevistados representados no Quadro 3, a maioria, que corresponde a 13 indivíduos, tem acesso a assistência médica por meio de serviços públicos. Há também um grupo de 5 pessoas que utilizam serviços privados de saúde. Além disso, 2 dos entrevistados relataram ter acesso tanto à assistência médica pública quanto à privada. Essa distribuição é ecoada na literatura que investiga as políticas de saúde no Brasil, bem como nos impactos dessas políticas sobre a estrutura e a disponibilidade dos serviços de saúde no país. O estudo conduzido por Carvalho et al. (2017) conclui que, embora haja um processo contínuo de regionalização e descentralização no SUS, com o objetivo de garantir o direito ao acesso resolutivo e equitativo à saúde, existem desafios substanciais na agenda de gestão do sistema. Esses desafios incluem a necessidade de uma gestão mais cooperativa e a imperatividade de uma discussão ampliada sobre o financiamento do SUS, a fim de melhorar a governança e fortalecer a capacidade de resposta às necessidades de saúde da população.

A questão 18 destaca a abordagem abrangente da saúde dos participantes, revelando que a maioria daqueles que dependem de serviços de saúde pública opta pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou pelos postos de saúde locais para assistência médica. Essa tendência não é simplesmente uma preferência aleatória, mas está intrinsecamente ligada ao contexto socioeconômico e à infraestrutura de saúde disponível em áreas como Itapuranga, especialmente em cidades do interior que tipicamente têm menor acesso a serviços médicos privados.

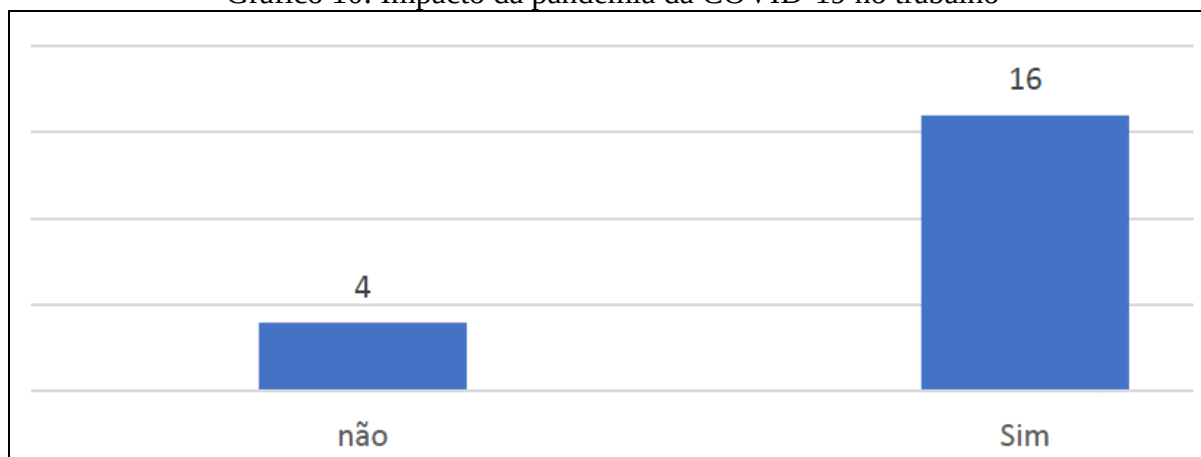
Adicionalmente, a divisão entre o uso de serviços públicos e privados de saúde pode revelar não apenas as escolhas individuais dos participantes, mas também padrões mais amplos de acesso e disponibilidade de recursos na comunidade. Essa dicotomia pode refletir não apenas questões econômicas, mas também aspectos culturais e estruturais que influenciam as decisões de busca por assistência médica.

Em muitos casos, a preferência pelo SUS ou pelos postos de saúde locais pode ser moldada pela confiança no sistema público, pela proximidade geográfica dos serviços ou pela falta de opções viáveis no setor privado. Esses fatores devem ser considerados ao interpretar os dados sobre o uso de serviços de saúde, fornecendo entendimentos importantes sobre as necessidades e os desafios enfrentados pela população em relação ao acesso aos cuidados

médicos.

Conforme o Gráfico 10 abaixo, a questão da pandemia da COVID-19 na continuidade da atividade laboral dos egressos da EJA em Itapuranga dos participantes da pesquisa. Observa-se que a maioria dos participantes, que corresponde a 80% ou 16 de 20 entrevistados, conseguiu preservar seus empregos durante o período crítico da pandemia. Por outro lado, uma minoria de 20%, ou seja, 4 entrevistados, enfrentou interrupções em suas atividades laborais devido aos efeitos da crise sanitária.

Gráfico 10: Impacto da pandemia da COVID-19 no trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

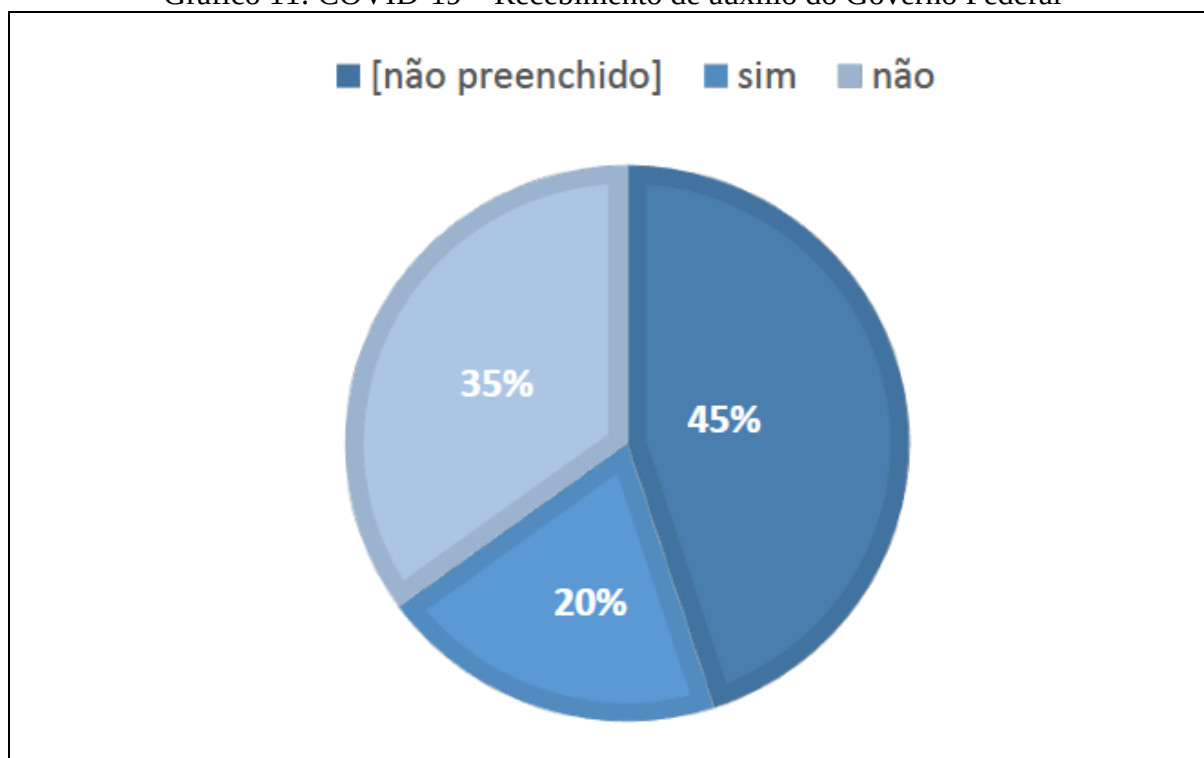
Esse dado ganha significado quando inserido no contexto das discussões sobre trabalho e resiliência econômica durante a pandemia, que afetou desproporcionalmente os setores e regiões (CAJNER et al., 2020). A manutenção do emprego para a maioria dos participantes deste estudo pode ser um indicativo de setores resilientes ou de empregos essenciais que não foram interrompidos durante o *lockdown*. Estudos como os de Blustein e Guarino (2020) ressaltam a importância do trabalho para a saúde mental e o bem-estar durante períodos de crise, implicando que a continuidade no emprego pode ter mitigado os impactos psicossociais adversos da pandemia para esses indivíduos.

Por outro lado, para os 4 respondentes que não continuaram trabalhando, a pandemia pode ter representado um período de vulnerabilidade econômica e incerteza, refletindo o panorama mais amplo de desemprego e precariedade laboral que se intensificou nesse contexto global (NICOLA et al., 2020).

Em síntese, o Gráfico 10 apresenta não apenas uma contagem de respostas, mas um panorama das condições de empregabilidade durante um dos momentos mais críticos da história recente, destacando a relevância de se investigar as interseções entre educação, trabalho e crises sociais na contemporaneidade.

Ao comparar os dados relativos ao emprego durante a pandemia com o recebimento de auxílio federal, encontramos uma narrativa de autonomia e desafios como demonstrado no Gráfico 11 logo abaixo. Dos 20 indivíduos que responderam ao questionário, a grande maioria, representando 80%, continuou a trabalhar durante o período, o que reflete diretamente na minoria de apenas 20% (4 pessoas) que indicaram ter recebido auxílio do Governo Federal. Por outro lado, 35% (7 pessoas) não receberam assistência, enquanto uma porção significativa de 45% (9 pessoas) optou por não divulgar essa informação.

Gráfico 11: COVID-19 – Recebimento de auxílio do Governo Federal



Fonte: Dados da pesquisa

Estes dados ilustram a complexidade da interação entre os mecanismos de suporte social e a realidade econômica dos cidadãos, aludindo à pertinência das discussões levantadas por Soares (2020) sobre a cobertura e a eficácia das políticas de auxílio emergencial. A continuidade no emprego para muitos dos respondentes sugere uma rede de segurança econômica que prescinde da necessidade imediata de auxílio emergencial, mas também evidencia a potencial precariedade daqueles que foram desassistidos pelo estado em tempos de crise (SOARES, S. et al., 2020).

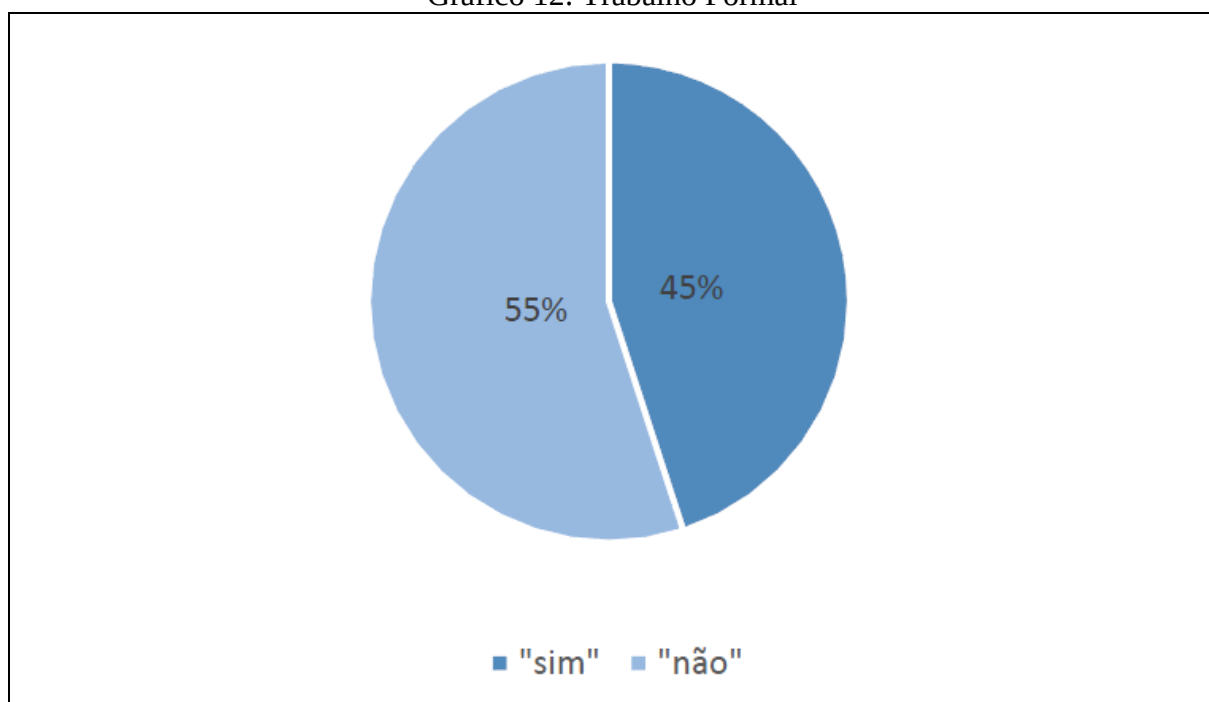
A abstenção de quase metade dos participantes em reportar o recebimento ou não de auxílio pode indicar questões mais profundas de estigma social ou desinformação, aspectos destacados na literatura sobre políticas de proteção social no Brasil (LAVINAS, 2018).

Reconhecer e entender as barreiras que impedem o acesso completo aos programas de suporte torna-se essencial para direcionar ações governamentais mais efetivas e inclusivas.

O cruzamento dos dados aponta para uma reflexão sobre como as medidas de apoio governamental podem ser calibradas para melhor atender àqueles cuja segurança econômica é sacudida por crises globais. Os resultados obtidos neste estudo ressaltam a importância de uma política de proteção social mais abrangente e sensível às dinâmicas do mercado de trabalho, especialmente para aqueles que se em setores vulneráveis à volatilidade econômica.

Considerando a questão do trabalho formal entre os egressos da EJA em Itapuranga, participantes do estudo, observamos que 45% (9 em 20) confirmaram ter carteira assinada, enquanto 55% (11 em 20) indicaram não possuir essa forma de vínculo empregatício como demonstrado no Gráfico 12. Essa divisão, no entanto, requer uma interpretação cuidadosa, pois a ausência de carteira assinada não implica necessariamente em desemprego. Dentro desse grupo, pode haver empresários ou profissionais liberais que contribuem para a economia de outras formas.

Gráfico 12: Trabalho Formal



Fonte: Dados da pesquisa

Esses percentuais desenham um cenário em que a informalidade prevalece, refletindo as características do mercado de trabalho brasileiro, conforme apontado por autores como Barbosa *et al.* (2016), que discute os desafios persistentes da informalidade laboral no país.

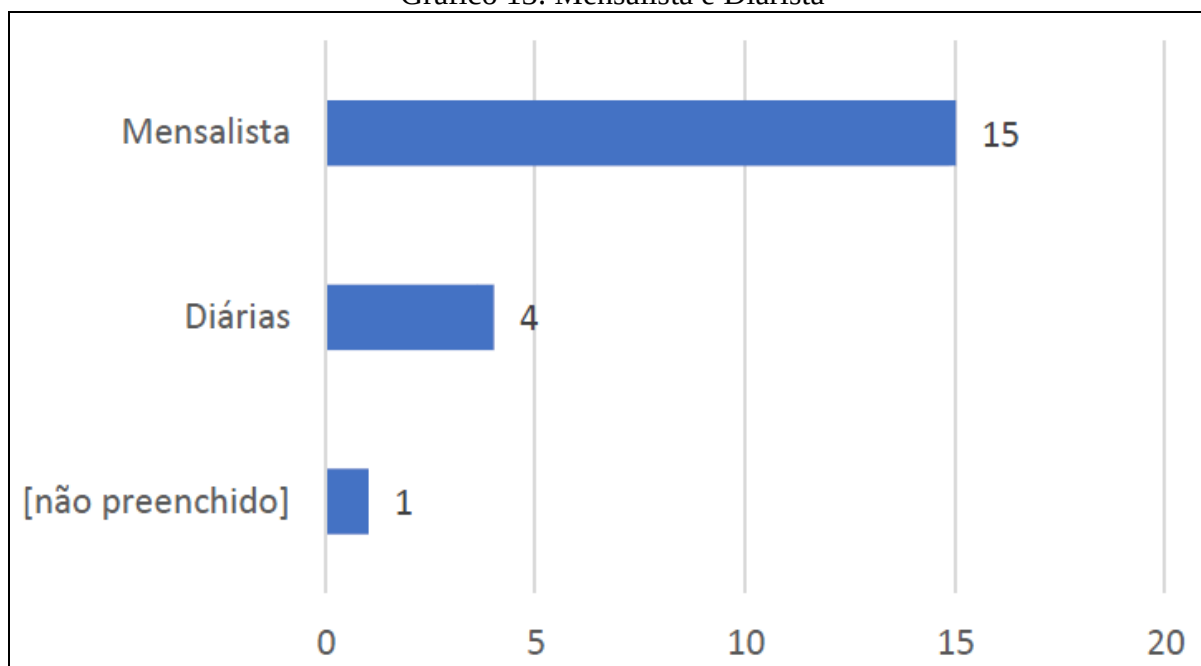
A predominância da informalidade entre os participantes pode ter implicações

significativas. Trabalhadores informais muitas vezes enfrentam maior insegurança no emprego, ausência de benefícios trabalhistas e de proteção social, conforme evidenciado nos estudos de Barbosa *et al.* (2016). Essa realidade é especialmente relevante em contextos de crise, a exemplo da pandemia de COVID-19, onde a falta de amparo formal pode levar a uma vulnerabilidade econômica aguda.

Isso sugere que, além da oferta de educação para adultos, são necessárias políticas complementares que abordem a transição para o mercado de trabalho, garantindo que a formalização não seja apenas um privilégio, mas uma realidade acessível para todos, como também discutido por Baltar *et al.* (2020).

No Gráfico 13 abaixo com referência as respostas da questão 22, temos a contagem das formas de trabalho presente nos questionários aplicados, com uma clara predominância do trabalho mensalista, onde 15 dos 20 participantes indicaram essa modalidade de trabalho, correspondendo a 75% da amostra. Em contraste, as diárias são mencionadas por 4 participantes, equivalendo a 20%. Notavelmente, apenas 1 participante, representando 5%, não forneceu informação sobre o tipo de trabalho que realiza.

Gráfico 13: Mensalista e Diarista



Fonte: Dados da pesquisa

A significativa representação do trabalho mensal entre os egressos aponta para uma estrutura de trabalho mais estável e, possivelmente, mais formalizada. Isso pode estar correlacionado com os 45% que reportaram ter carteira assinada, como discutido anteriormente. A estabilidade do emprego mensalista pode refletir uma continuidade na vida

profissional após a conclusão da EJA, proporcionando uma renda regular e benefícios trabalhistas associados.

Por outro lado, aqueles que trabalham por diárias podem enfrentar maior instabilidade no emprego e menor segurança financeira. Esta situação é explorada na literatura, como no estudo de Suzuki *et al.* (2022), que analisa a vulnerabilidade dos trabalhadores diaristas em contextos de crises econômicas e sanitárias, onde a falta de proteção social e benefícios legais pode resultar em riscos amplificados de precariedade.

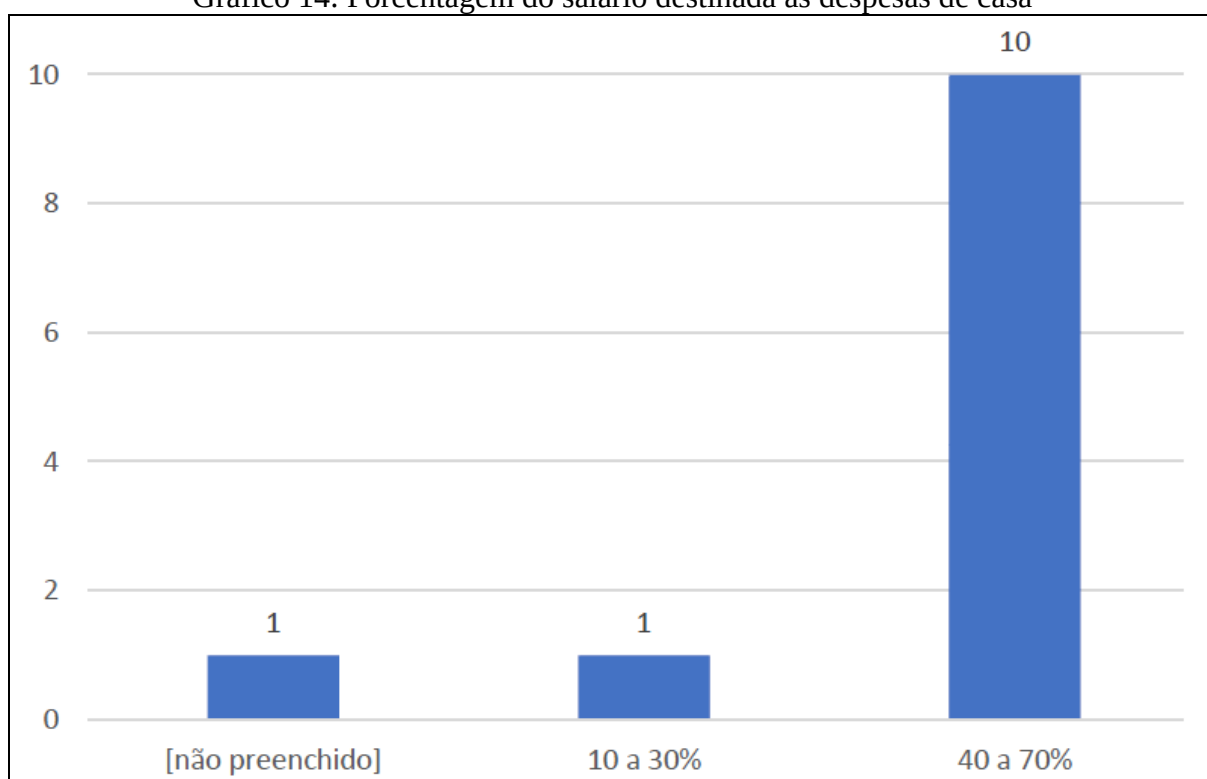
A resposta não fornecida por um dos participantes pode ser um indicativo de uma diversidade de situações de trabalho, incluindo trabalho autônomo ou informal, que não se enquadram nas categorias de mensalista ou diarista.

Os resultados deste Gráfico 13 reforçam a necessidade de políticas públicas e programas de educação de adultos que não apenas forneçam habilidades educacionais, mas que também preparem os indivíduos para uma integração mais segura e produtiva no mercado de trabalho. Ainda que a EJA possa desempenhar um papel significativo na capacitação dos trabalhadores, é imperativo que se considere a criação de pontes entre a educação e o emprego que considerem as realidades econômicas e as preferências dos egressos.

Ao analisarmos a questão 23 representada no Gráfico 14 abaixo, que indaga sobre a porcentagem do salário destinada às despesas de casa, o gráfico reflete uma realidade financeira desafiadora para os egressos da EJA em Itapuranga. Observamos que a maior parte dos respondentes, 10 em 20, gasta entre 40 a 70% do salário com as despesas domésticas, o que pode indicar um orçamento apertado e um espaço limitado para poupança e investimento. Esta situação é consistente com as pesquisas de Barros, Foguel e Ulyssea (2006), que discutem a distribuição do orçamento familiar entre as classes trabalhadoras no Brasil, onde um alto percentual da renda é comumente destinado a necessidades básicas.

Apenas 1 respondente relatou um gasto de 10 a 30% do salário com as despesas de casa, sugerindo uma margem maior para a gestão financeira flexível. Além disso, um participante não forneceu informação, o que pode representar uma relutância em divulgar informações financeiras pessoais ou uma falta de conhecimento sobre suas próprias finanças, uma lacuna que a educação financeira dentro da EJA poderia endereçar.

Gráfico 14: Porcentagem do salário destinada às despesas de casa



Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados levantam questões importantes sobre a segurança financeira dos egressos da EJA e o papel que a educação econômica pode desempenhar em programas voltados para adultos. Conforme destacado por Lima (2018), a inclusão de educação financeira básica nos currículos pode ser uma ferramenta poderosa para capacitar os indivíduos a fazerem escolhas financeiras mais informadas e sustentáveis.

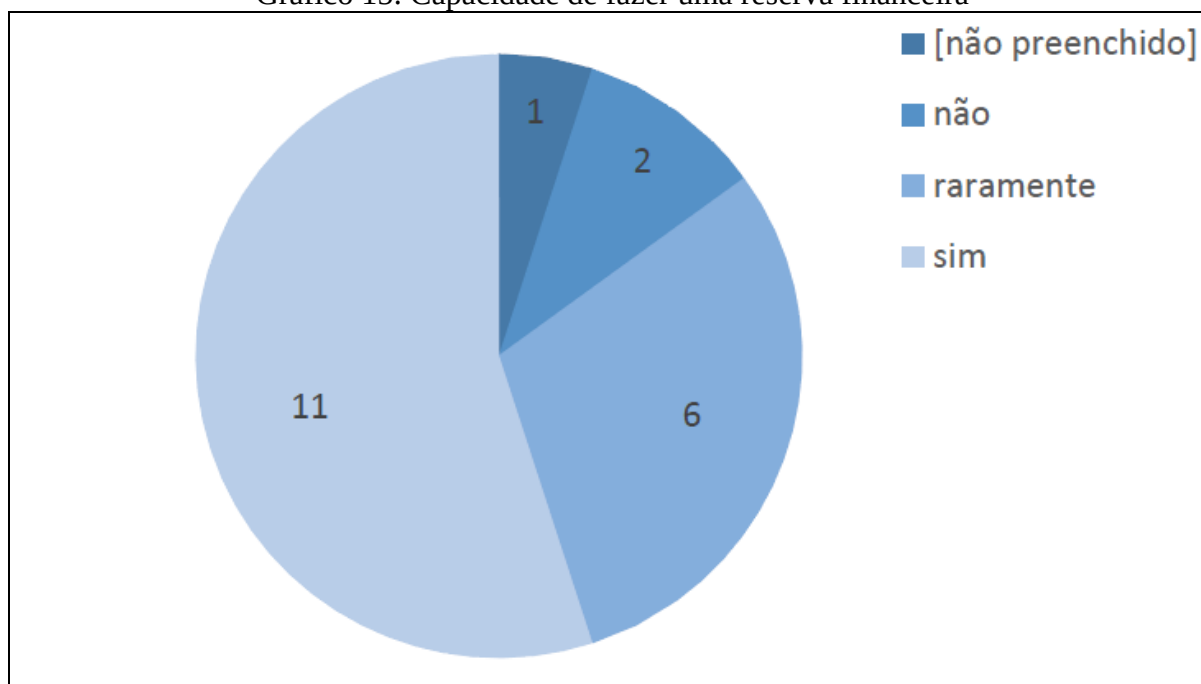
A considerável parte da renda comprometida com as despesas domésticas também aponta para a necessidade de políticas que aumentem os salários reais ou reduzam o custo de vida, permitindo assim que trabalhadores e suas famílias não apenas sobrevivam, mas prosperem. Este aspecto está alinhado com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que enfatiza a importância de um salário digno para garantir uma qualidade de vida adequada (OIT, 2020).

Ao olharmos para além dos números, as histórias dos egressos da EJA sobre o manejo de suas finanças domésticas tornam-se um reflexo vívido das realidades econômicas enfrentadas pela classe trabalhadora e destacam a importância da educação continuada como um meio de equipar os cidadãos com as ferramentas necessárias para navegar pela complexidade da economia moderna.

Continuando com a análise do perfil socioeconômico dos questionários aplicados, o Gráfico 15 aborda a capacidade de poupança, uma dimensão fundamental da saúde financeira

individual. Observamos que a maior parte dos respondentes, 11 de 20, afirmaram raramente conseguir guardar dinheiro, o que representa 55% da amostra. Apenas 6 participantes, ou 30%, conseguem fazê-lo com regularidade, enquanto 2 participantes, equivalendo a 10%, indicaram não conseguir poupar. Um respondente, correspondendo a 5%, não forneceu informação sobre sua capacidade de poupança.

Gráfico 15: Capacidade de fazer uma reserva financeira



Fonte: Dados da pesquisa

Essa distribuição sugere que, para a maioria dos participantes, há uma margem estreita entre a renda e as despesas, deixando pouco espaço para a poupança. Isso se alinha com as discussões no campo da economia comportamental sobre as dificuldades enfrentadas por indivíduos em acumular poupança, especialmente em contextos de baixa renda (THALER & SUNSTEIN, 2008).

O cenário destacado pelos participantes da pesquisa ressalta a relevância de estratégias financeiras que promovam a poupança e o planejamento financeiro a longo prazo, aspectos sublinhados por Carvalho *et al.* (2022) em seus estudos sobre escassez e gestão financeira. Além disso, a incapacidade de poupar pode refletir não apenas restrições financeiras imediatas, mas também uma falta de acesso a produtos financeiros adequados ou conhecimento sobre gestão de recursos, um campo onde a educação financeira pode desempenhar um papel vital (CARVALHO *et al.*, 2022).

A implementação de programas de educação financeira direcionados aos egressos da

EJA poderia, portanto, auxiliar na criação de uma cultura de poupança e no desenvolvimento de competências para tomar decisões financeiras informadas. A baixa taxa de poupança entre os egressos também pode ter implicações para políticas públicas, uma vez que a ausência de uma reserva financeira torna os indivíduos mais vulneráveis a choques econômicos, como os causados pela pandemia de COVID-19, e pode aumentar a dependência de programas de assistência social (CARVALHO et al., 2022).

Portanto, fomentar a capacidade de poupança é essencial não apenas para a segurança individual, mas também para a estabilidade econômica mais ampla e a redução da pressão sobre sistemas de segurança social.

A análise das respostas referentes ao transporte utilizado representadas no Quadro 5 logo abaixo sugere que a maioria usufrui de meios próprios para o deslocamento até o trabalho. Isso pode refletir uma série de fatores, incluindo a escassez ou inadequação do transporte público, aspectos já discutidos na literatura acadêmica. Por exemplo, em estudos sobre a mobilidade no Brasil, Araújo *et al.* (2011) discutem a importância do transporte público coletivo na acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida dos cidadãos, destacando a relevância desse aspecto para a promoção de uma melhor qualidade de vida urbana.

Quadro 5: Transporte utilizado

ID	Se utiliza condução para o trabalho, qual seria?	Quantas conduções utiliza por dia para o trabalho?
1	própria	1
2	própria	1
3	própria	1
4	própria	1
5	público	1
6	própria	[não preenchido]
7	própria	1
8	público	1
9	[não preenchido]	não
10	própria	3 ou mais
11	própria	1
12	própria	2
13	própria	1
14	própria	1
15	própria	1
16	própria	1
17	própria	1
18	própria	1
19	própria	1
20	própria	1

Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 16 abaixo, que ilustra a contagem de renda mensal dos participantes, observamos uma distribuição que nos permite inferir diversos níveis de poder aquisitivo dentro do grupo estudado.

Notamos que a maior parte dos respondentes, totalizando 8 indivíduos, situa-se acima da faixa de 3 salários mínimos mensais, indicando uma condição financeira relativamente confortável, que possivelmente oferece mais estabilidade e segurança econômica que pode refletir diretamente em uma maior capacidade de investimento em educação, saúde e qualidade de vida, alinhando-se com as observações de autores como Sen (1999) sobre a importância do capital econômico para o desenvolvimento pessoal e social.

Interessante notar a presença de dois respondentes na faixa dos 3 salários mínimos, posicionando-os em uma situação econômica que pode ser considerada razoável, dependendo de outros fatores como custo de vida local e tamanho do núcleo familiar.

Por outro lado, três participantes relatam uma renda equivalente a 2 salários mínimos e outros três indicam ganhar exatamente 1 salário mínimo, o que sugere uma gestão financeira mais ajustada às necessidades básicas e menos espaço para gastos discricionários, onde a priorização das despesas pode ser uma necessidade, possivelmente limitando o acesso a bens culturais e serviços que não são considerados essenciais. Isso está em concordância com Bourdieu (1998), que associa a posse de capital econômico à mobilidade social e ao acesso a diferentes formas de capital, como o cultural e o social.

A existência de um indivíduo com renda abaixo do salário mínimo destaca as disparidades dentro do grupo e aponta para a necessidade de políticas públicas focadas na garantia de condições de vida dignas, ressaltando a educação como um meio de emancipação e ascensão social, conforme discutido por Freire (1996).

A existência de um participante com renda abaixo de 1 salário mínimo revela um cenário de vulnerabilidade econômica, que requer atenção especial tanto em políticas públicas quanto em programas de suporte social. Adicionalmente, a ausência de informação de renda por um dos respondentes impede uma análise completa do espectro econômico do grupo, podendo também indicar uma possível resistência à divulgação de dados pessoais financeiros.

Esse perfil de renda delineado pelo Gráfico 16 fornece uma visão crucial para entender as condições socioeconômicas dos participantes, permitindo associações com outros dados do estudo para uma compreensão mais abrangente dos impactos da educação e das políticas públicas em suas vidas.

Gráfico 16: Renda Mensal



Fonte: Dados da pesquisa

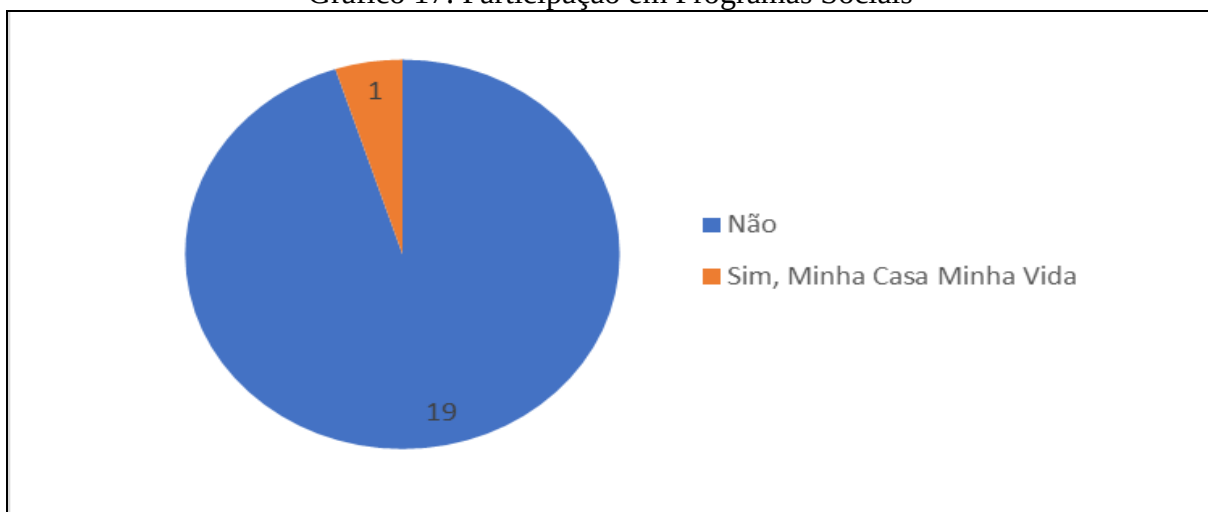
O Gráfico 16 reflete não apenas a distribuição da renda entre os egressos do programa EJA em Itapuranga, mas também serve de base para outras reflexões, a exemplo da correlação entre renda e acesso a direitos básicos, incluindo a educação continuada, que se configura como um direito humano fundamental e um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como proposto por Arroyo (2006). Esses entendimentos são fundamentais para o desenho de políticas educacionais inclusivas e adaptadas à realidade dos adultos que buscam na educação, como a EJA, a chance de transformar suas vidas.

No gráfico abaixo que apresenta os dados coletados referentes à participação em programas sociais, identificamos que, dentre os 20 participantes do estudo, 19 não são contemplados por nenhum programa social, e apenas 1 é beneficiário do programa "Minha Casa Minha Vida". Este dado, comparado com a distribuição de renda mensal previamente analisada acima, onde uma parcela significativa dos indivíduos possui renda acima de 3 salários mínimos, sugere que a maioria dos participantes pode estar acima do limiar de qualificação para programas de assistência do governo, que comumente visam a população de baixa renda.

Contudo, a ausência de participantes em programas sociais, apesar da presença de indivíduos com renda de 1 e 2 salários mínimos, levanta questões sobre o alcance e a

efetividade das políticas de assistência social. Esses programas são desenhados para auxiliar famílias com menor renda, e a baixa adesão como observado nos dados obtidos pelo questionário que foram descritos no Gráfico 17 pode indicar lacunas no sistema de apoio ou mesmo um desconhecimento dos programas disponíveis por parte da população.

Gráfico 17: Participação em Programas Sociais



Fonte: Dados da pesquisa

Na análise dos dados apresentados no Quadro 5 abaixo sobre as atividades de lazer dos participantes do estudo em Itapuranga, observamos que a escolha por atividades ao ar livre como "sítios e chácaras", "esportes", "parques", "clubes" e "praças" predomina. Essa preferência é evidenciada pela predominância de 68.42% dos participantes que optam por "sítios e chácaras", seguidos por 21.05% que escolhem "esportes" e 15.79% que usam os "parques" como suas atividades de lazer. "Clubes" e "praças" aparecem como opções para 10.53% e 5.26% dos entrevistados, respectivamente, enquanto "viagens" são relatadas por 5.26%, refletindo uma diversidade de interesses e o caráter não exclusivo das preferências de lazer.

Quadro 6: Lazer e suas preferências

ID	Você tem lazer?	Se tem lazer, qual você mais utiliza?
1	Sim	sítios e chácaras
2	Não	sítios e chácaras
3	Sim	sítios e chácaras
4	Sim	sítios e chácaras e outros
5	Sim	sítios e chácaras
6	Sim	sítios e chácaras, parques, clubes
7	Sim	sítios e chácaras
8	Sim	Esportes

9	Sim	sítios e chácaras
10	Sim	sítios e chácaras, clube e esportes
11	Sim	Esportes
12	Sim	Esportes
13	Sim	parques, sítios e chácaras
14	Sim	sítios e chácaras
15	Sim	parques e clube
16	[Não Preenchido]	parques, sítios e chácaras
17	Sim	parques, praças e viagens
18	Sim	Clube
19	Sim	praças, sítios e chácaras
20	Sim	sítios e chácaras, clube, praças

Fonte: Dados da pesquisa

Este cenário pode ser interpretado à luz das contribuições de acadêmicos como Veal (2017), que posiciona o lazer como uma dimensão crítica da qualidade de vida, intrinsecamente ligada ao contexto político e social que influencia o acesso e o tipo de atividades de lazer disponíveis. O lazer ao ar livre destacado pelos participantes pode ser um reflexo de uma preferência cultural, além de ser uma escolha influenciada pela acessibilidade econômica e pelo planejamento urbano local, que oferece espaços abertos e atividades físicas como formas acessíveis e valorizadas de entretenimento.

Coalter (2013) reforça que as atividades esportivas, comumente incorporadas ao lazer, estendem seus benefícios para além da diversão, contribuindo significativamente para o bem-estar físico e psicológico e para a coesão social. A inclusão do esporte nas atividades de lazer escolhidas pelos participantes pode ser um indicador de sua busca por esses benefícios, que são amplamente reconhecidos como essenciais para o desenvolvimento pessoal e social.

Portanto, a análise detalhada das preferências de lazer destaca como as escolhas individuais dos participantes estão enraizadas em um contexto mais amplo, moldado por suas realidades socioeconômicas e culturais. Esses entendimentos são valiosos para o planejamento de políticas públicas focadas em promover um lazer inclusivo e significativo, que apoie a qualidade de vida e complemente as iniciativas de desenvolvimento social e pessoal, alinhando-se com uma perspectiva que considera o lazer como um elemento vital para o bem-estar e a qualidade de vida.

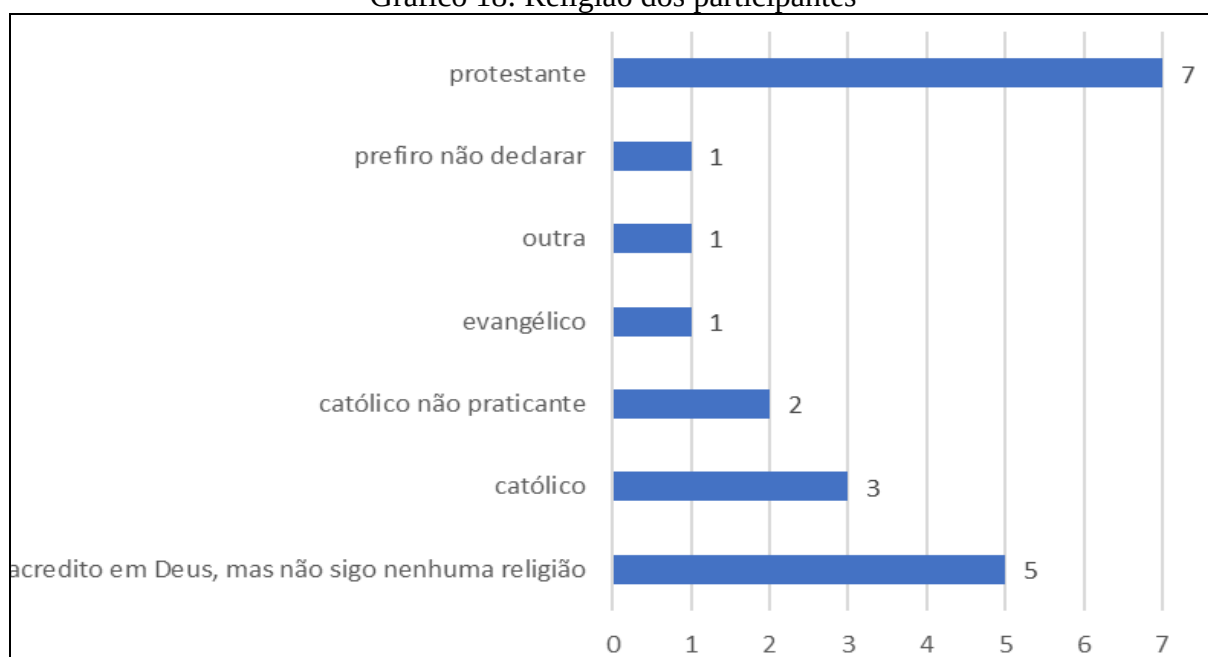
O Gráfico 18 que retrata os dados sobre as religiões dos participantes do estudo revela um espectro diversificado de crenças e práticas religiosas. Observamos que 7 pessoas se identificam como protestantes, configurando a maior fração do grupo com 35%. Isso pode refletir a crescente presença e influência do protestantismo no Brasil, como documentado por

Mariano (1999), que examina o dinamismo do pentecostalismo no país.

Outro aspecto notável é a representatividade significativa, de 25%, dos participantes que acreditam em Deus, mas não se filiam a uma religião, indicativo de uma tendência de espiritualidade personalizada e menos institucionalizada, alinhada com as observações de Arribas e Toniol (2013) sobre a transição da religiosidade nas cidades brasileiras, que demonstrou uma crescente preferência por formas de espiritualidade mais personalizadas e menos vinculadas a estruturas religiosas formais, refletindo uma busca individual por significado espiritual que transcende as organizações tradicionais.

Os católicos formam 15% dos participantes, complementados por um grupo de 10% que se declara católico não praticante. Esses números apontam para uma complexa relação com a religião institucionalizada, onde a identidade cultural católica se mantém, mas nem sempre se traduz em prática religiosa regular. As categorias Evangélico, Outra e Prefiro não declarar ilustram uma diversidade mais ampla dentro da amostra, ressaltando a pluralidade do cenário religioso brasileiro, em especial de Itapuranga.

Gráfico 18: Religião dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o Quadro 6 abaixo no que diz respeito ao uso da internet, 18 dos 20 participantes acessam a rede diariamente, isso representa 90% do grupo. Esse alto índice de uso diário da internet pode indicar que a maioria dos participantes possui não só acesso a dispositivos eletrônicos e conexões de internet, mas também habilidades digitais para utilizar

esses recursos, o que é um indicador positivo de inclusão digital e engajamento com a sociedade da informação.

Quanto à televisão, 15 dos 20 participantes assistem diariamente, o que equivale a 75% do total. Isso sugere que a televisão continua sendo uma fonte primária de entretenimento e informação para a maioria dos participantes, alinhando-se com um perfil socioeconômico onde a mídia tradicional ainda detém um papel central no cotidiano.

A leitura de jornais e revistas mostra um consumo menos frequente, com o consumo inferior ao da internet e da televisão. Isso pode ser reflexo de uma transição para o digital, onde as notícias *online* podem estar substituindo a mídia impressa.

O hábito de leitura de livros, embora presente, não é tão prevalente quanto o uso da internet e da televisão, o que pode estar associado a diversos fatores, incluindo disponibilidade de tempo, preferências pessoais e, potencialmente, o nível de educação.

Quadro 7: Consumo de mídia dos participantes

ID	JORNAIS	REVISTAS	TELEVISÃO	INTERNET	LIVROS	RÁDIO AM/FM
1	diariamente	às vezes	diariamente	diariamente	às vezes	raramente
2	[não preenchido]	[não preenchido]	[não preenchido]	diariamente	[não preenchido]	[não preenchido]
3	quase diariamente	raramente	diariamente	quase diariamente	às vezes	raramente
4	diariamente	às vezes	diariamente	diariamente	quase diariamente	às vezes
5	quase diariamente	às vezes	diariamente	diariamente	às vezes	raramente
6	[não preenchido]	[não preenchido]	diariamente	diariamente	diariamente	[não preenchido]
7	raramente	às vezes	às vezes	diariamente	diariamente	raramente
8	diariamente	raramente	diariamente	às vezes	às vezes	diariamente
9	diariamente	raramente	diariamente	diariamente	quase diariamente	diariamente
10	diariamente	raramente	quase diariamente	diariamente	às vezes	às vezes
11	diariamente	raramente	diariamente	diariamente	às vezes	nunca
12	raramente	nunca	raramente	diariamente	raramente	raramente
13	diariamente	às vezes	diariamente	diariamente	às vezes	raramente
14	às vezes	às vezes	diariamente	diariamente	diariamente	às vezes
15	diariamente	[não preenchido]	diariamente	diariamente	[não preenchido]	[não preenchido]
16	raramente	nunca	raramente	diariamente	diariamente	nunca
17	quase diariamente	às vezes	quase diariamente	diariamente	quase diariamente	quase diariamente
18	às vezes	às vezes	diariamente	diariamente	às vezes	às vezes
19	[não preenchido]	[não preenchido]	diariamente	diariamente	às vezes	raramente

20	diariamente	às vezes	diariamente	diariamente	às vezes	diariamente
----	-------------	----------	-------------	-------------	----------	-------------

Fonte: Dados da pesquisa

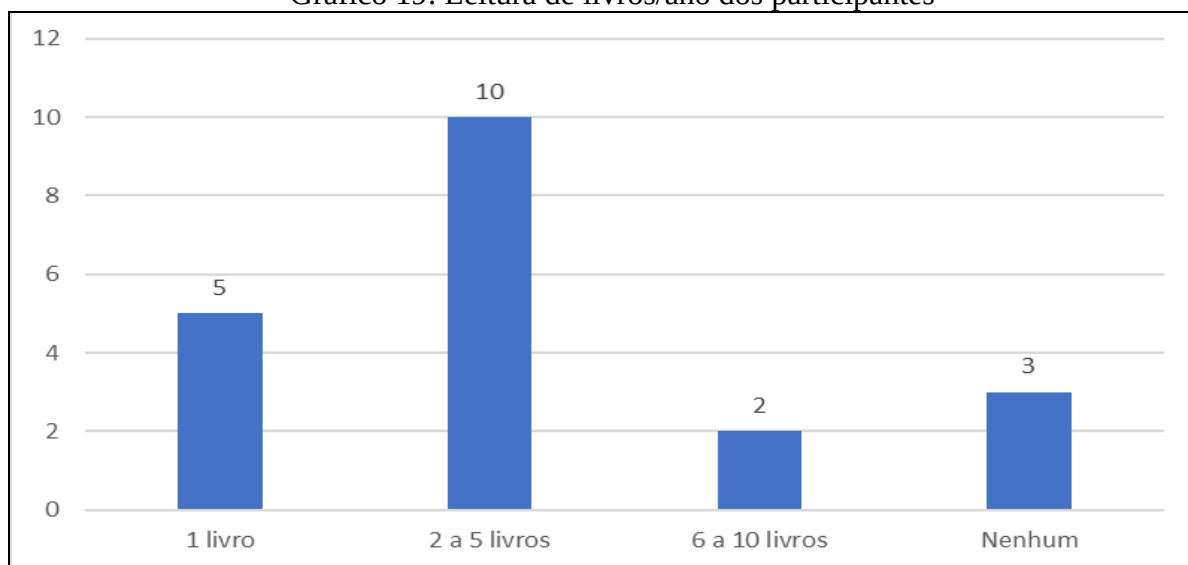
A análise do consumo de literatura pelos participantes do estudo evidencia a relação intrínseca entre os hábitos de leitura e o contexto socioeconômico dos indivíduos em Itapuranga. A partir do Gráfico 19 fornecido abaixo, identifica-se que uma parcela significativa, ou seja, 50%, reporta a leitura de 2 a 5 livros por ano, indicativo de um engajamento moderado com o ato de ler, que pode ser interpretado como uma busca por lazer intelectual e desenvolvimento cultural pessoal dentro das possibilidades que sua condição socioeconômica permite.

Esse dado é corroborado por Martins (2008) que examina as práticas culturais na sociedade brasileira, que oferece um panorama sobre como as camadas sociais interagem com e são moldadas pelas atividades culturais. A leitura de livros, enquanto índice de consumo cultural, pode ser vista como um reflexo direto do capital cultural dos indivíduos, conforme postulado por Bourdieu (MARTINS, 2008).

Por outro lado, a constatação de que 25% dos entrevistados restringem a leitura a apenas um livro anualmente e que 15% não engajam na leitura de nenhum livro, salienta questões estruturais que vão além da escolha individual, mergulhando em discussões sobre acessibilidade, disponibilidade de tempo e priorização de recursos que podem estar atreladas a limitações econômicas.

O contingente que evidencia um maior consumo literário, lendo de 6 a 10 livros por ano, apesar de minoritário (10%), reafirma a importância da leitura como ferramenta de acesso a conhecimento e como prática de desenvolvimento intelectual contínuo, que Marisa Lajolo (2001) defende ser essencial para a formação de uma cidadania crítica e ativa.

Gráfico 19: Leitura de livros/ano dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa

Encerrando a análise do perfil socioeconômico dos participantes, os dados revelaram nuances significativas em relação à moradia, composição familiar, posse de bens duráveis, assistência médica, impacto da pandemia de COVID-19 no trabalho e emprego, assim como hábitos de leitura e consumo de mídia.

Observamos que, embora a maioria dos egressos do programa possua moradia própria e mantenha um nível moderado de posse de bens duráveis, há variações nos hábitos de leitura e no acesso e uso de diferentes tipos de mídia. Essas variações refletem a diversidade de experiências e de contextos socioeconômicos dos participantes, que por sua vez influenciam suas escolhas e oportunidades de lazer, consumo cultural e participação social.

Entender, também, a conscientização política e cidadania, nos permite explorar como os participantes da pesquisa se envolvem com as próprias questões políticas e como exercem seus papéis de cidadãos.

4.3 CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E CIDADANIA

No que se refere às questões 34 a 44 do questionário aplicado aos egressos da EJA, participantes desta pesquisa, abrange uma variedade de tópicos que são fundamentais para avaliar o nível de engajamento cívico e a consciência social dos indivíduos.

A abrangência das questões percorre desde a filiação partidária, passando pelo envolvimento em organizações como sindicatos e associações de bairro até o conhecimento e a avaliação das leis trabalhistas. O questionário também explora a experiência de buscar

justiça para assegurar direitos trabalhistas, a participação em processos eleitorais e vivências de discriminação e violência no ambiente de trabalho.

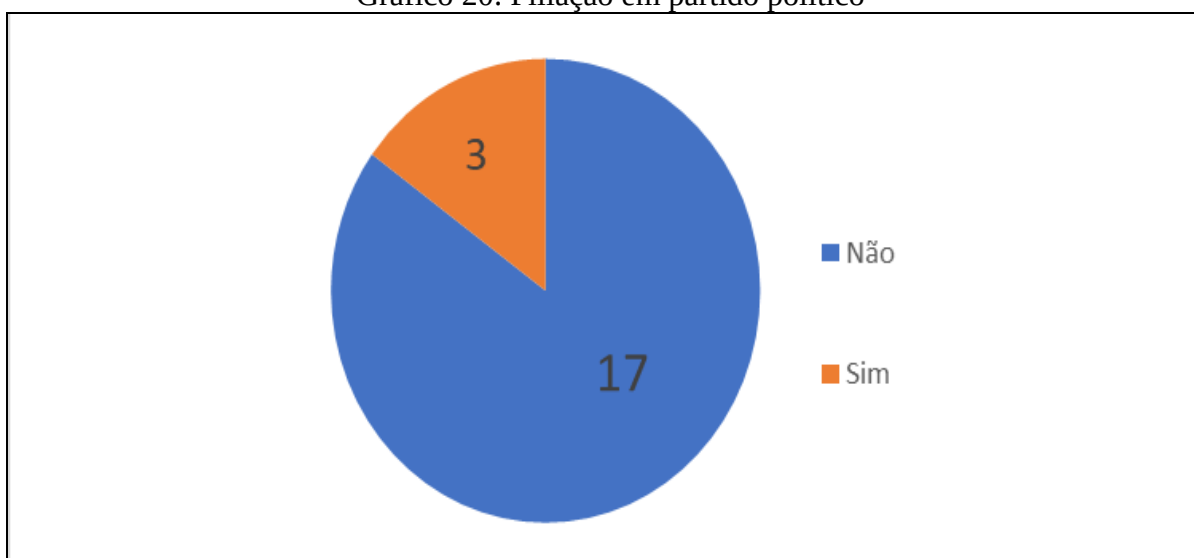
A seleção dessas questões é intencional e estratégica, com o objetivo de uma reflexão e compreensão de que a educação é um direito humano essencial e um pilar de sociedades democráticas. Autores como Gadotti (2009) e Freire (1987) argumentam que a educação deve ser uma ferramenta de conscientização e libertação, ajudando as pessoas a entender e a interagir criticamente com o mundo ao seu redor o que ressalta a capacidade da EJA de ir além do ensino formal, atuando como um veículo para o empoderamento dos cidadãos e para a promoção do engajamento político e social.

Dentro do cenário específico de Itapuranga, as respostas a estas questões são particularmente reveladoras. Ao analisar os dados coletados, poderemos investigar a eficácia da EJA no cumprimento de seus objetivos educacionais e sociais, bem como sua influência na capacitação dos cidadãos para o exercício pleno de sua cidadania.

Os dados coletados da questão 34 exposta no Gráfico 20 abaixo sobre a filiação partidária, observamos que dos 20 participantes consultados, uma minoria, representando 15%, afirmou ser membro de um partido político, enquanto a grande maioria, 85%, indicou não ser filiada a nenhum partido.

Conforme Putnam (2000), outras formas de engajamento cívico, como o envolvimento comunitário e o ativismo social, são igualmente indicadores de uma sociedade civil vibrante. Portanto, a baixa filiação partidária entre os participantes não necessariamente indica apatia política, mas pode sugerir que outras formas de participação cívica são preferidas.

Gráfico 20: Filiação em partido político

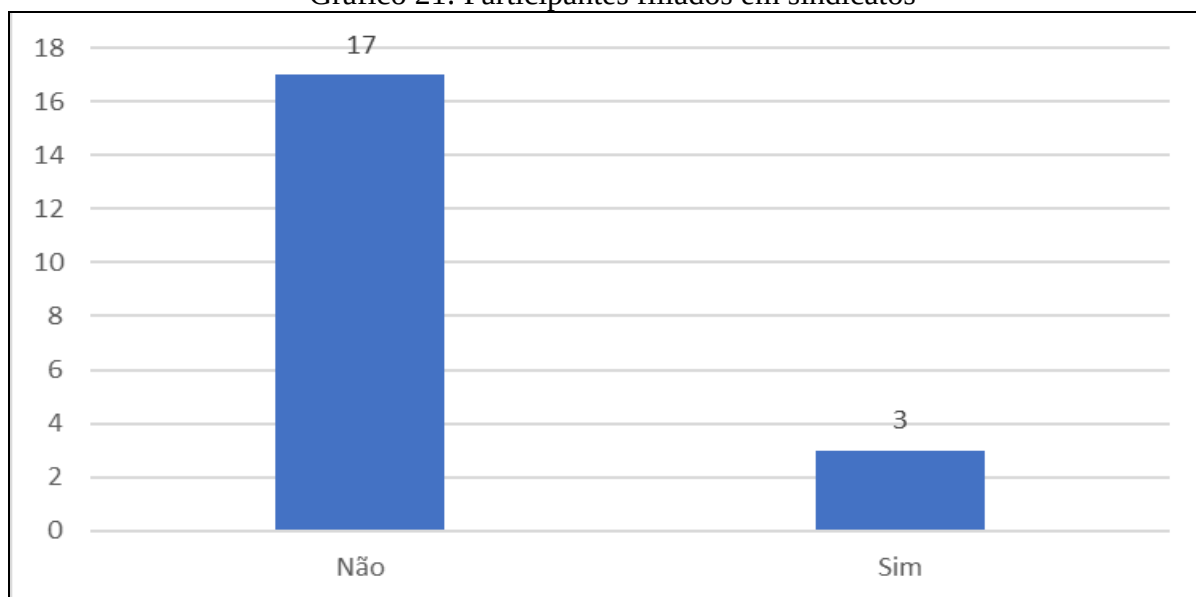


Fonte: Dados da pesquisa

Continuando com a análise das respostas dos participantes, o Gráfico 21 a seguir revela dados sobre a filiação sindical. Dos 20 participantes, apenas 3, correspondendo a 15% do total, indicaram ser filiados a um sindicato, enquanto uma expressiva maioria de 17 participantes, ou 85%, declarou não ser filiada a nenhuma entidade sindical. Este resultado sugere uma baixa taxa de sindicalização entre os indivíduos que responderam ao questionário.

Além disso, foi informado que, ao serem questionados sobre a filiação à associação de moradores do bairro, todos os participantes responderam negativamente. Este dado revela uma ausência completa de participação em associações comunitárias locais entre os egressos na pesquisa.

Gráfico 21: Participantes filiados em sindicatos



Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 7 que segue abaixo apresenta a análise de dados coletados das questões 37 e 38 do questionário aplicado, traz indicativos significativos sobre o conhecimento e a percepção das leis trabalhistas entre os participantes.

Quadro 8: Percepção das leis trabalhistas entre os participantes

ID	Você conhece as leis/legislação trabalhista?	Você classifica a legislação trabalhista para suas atividades como:
1	Sim	Boa
2	Não	Boa
3	Sim	Boa
4	Sim	Boa
5	Não	não sei

6	Sim	Regular
7	Sim	Regular
8	Sim	Regular
9	Sim	Regular
10	Sim	Péssimo
11	Sim	Regular
12	Sim	Regular
13	Sim	Boa
14	Sim	Regular
15	Sim	Boa
16	Não	não sei
17	Não	não sei
18	Não	Regular
19	Sim	depende do caso
20	Sim	Boa

Fonte: Dados da pesquisa

Na questão 37, que interroga sobre o conhecimento das leis trabalhistas, 75% dos entrevistados (15 de 20) afirmam conhecer a legislação. Este dado é promissor e ressoa com o papel da EJA em fornecer uma educação que engloba não somente a formação básica, mas também a formação cidadã, como delineado por autores como Sérgio Haddad, que destaca a importância da educação em ampliar o entendimento e o exercício dos direitos (HADDAD, 2005).

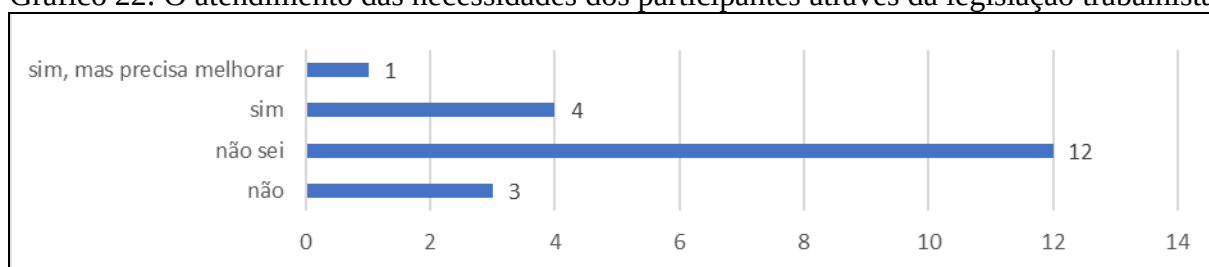
Por sua vez, a questão 38 revela a percepção sobre a eficácia da legislação trabalhista. A resposta mais comum é 'regular', escolhida por 8 dos 20 participantes. Essa avaliação mediana pode sugerir que, embora os egressos estejam cientes das leis, eles podem perceber lacunas na proteção que estas leis oferecem, ou dificuldades na sua implementação prática. As reflexões de Ricardo Antunes sobre as metamorfoses nas relações e condições de trabalho no Brasil contemporâneo podem fornecer uma base teórica para entender esse fenômeno (ANTUNES, 1999), e demonstrou que a subordinação do trabalho ao capital persiste como um dilema central, desafiando visões que idealizam um mundo pós-trabalho e sublinhando a urgência de reafirmar a centralidade do trabalho para combater as formas alienantes e exploradoras de emprego.

A ausência de filiação a associações de moradores sugere uma lacuna no engajamento com formas de organização social que são essenciais para a mobilização em questões de interesse comunitário, o que corrobora com o argumento de Dal Rosso (2008), que aponta para a precarização do trabalho e questiona se os direitos trabalhistas são efetivos em sua implementação. A alienação social, que pode se manifestar na não participação em associações locais e na descrença na eficácia das leis, é um fenômeno que requer atenção

tanto dos educadores quanto dos formuladores de políticas públicas.

A questão 39 do questionário abordou se os egressos da EJA consideravam que as leis e a legislação trabalhista atendem às suas necessidades. A análise do Gráfico 22 apresentado a seguir indica que a maior parte dos entrevistados, 12 de 20, não tem certeza se as leis trabalhistas atendem às suas necessidades, evidenciando um grau significativo de incerteza. Apenas 4 participantes afirmaram que as leis atendem às suas necessidades e 3 responderam que não atendem. Além disso, há uma resposta singular indicando que as leis atendem, mas precisam melhorar.

Gráfico 22: O atendimento das necessidades dos participantes através da legislação trabalhista



Fonte: Dados da pesquisa

Este panorama sugere que, enquanto existe algum nível de satisfação com a legislação atual entre uma pequena parcela dos participantes, há também uma notável incerteza sobre a capacidade dessas leis em prover a proteção necessária. A resposta “sim, mas precisa melhorar” aponta para a possibilidade de que os direitos trabalhistas, embora reconhecidos, podem não ser considerados suficientemente abrangentes ou efetivamente aplicados.

A hesitação expressa pela maioria dos entrevistados em afirmar claramente se a legislação trabalhista atende às suas necessidades pode ser um reflexo de várias questões, incluindo falta de informação detalhada, complexidade das leis ou experiências pessoais com a ineficácia do sistema legal. É possível que, apesar do conhecimento básico sobre os direitos trabalhistas (como demonstrado na questão 37), ainda exista uma necessidade de educação mais aprofundada e prática sobre como esses direitos se aplicam e são defendidos na realidade.

Delgado (2017) oferece um panorama crítico sobre as relações de trabalho e destaca que o pleno entendimento das leis trabalhistas é um passo essencial para a garantia dos direitos dos trabalhadores. Cassar (2016), por sua vez, sublinha a importância da educação jurídica no empoderamento dos cidadãos frente ao complexo sistema legal.

As informações coletadas nas Questões 40 e 41 refletem a interação dos participantes com o sistema jurídico trabalhista. A análise das respostas à Questão 40 revela que a maioria

dos participantes, oito de um total de vinte, não tem certeza se já precisaram buscar a justiça para assegurar seus direitos trabalhistas. Este alto grau de incerteza pode ser atribuído tanto à falta de clareza sobre seus direitos quanto ao desconhecimento de como ou quando procurar reparação legal. Apenas quatro participantes afirmaram ter buscado a justiça para assegurar seus direitos, enquanto sete indicaram que nunca houve essa necessidade.

Aprofundando na análise dos motivos para buscar a justiça, observa-se que uma parte significativa das respostas foi categorizada como '[não preenchido]', indicando uma lacuna nos dados coletados. Apesar disso, foram registrados motivos específicos por alguns participantes, que incluem progressões de carreira, falta de pagamento pelo patrão, não cumprimento do pagamento de salário e aposentadoria por doença. Esses relatos, embora limitados, destacam a variedade de questões trabalhistas que podem levar indivíduos a buscar reparação legal.

A necessidade de recorrer à justiça para assegurar direitos trabalhistas pode indicar problemas estruturais nas relações de trabalho e uma deficiência na garantia desses direitos por outros meios. Estes problemas são ressaltados na literatura nacional, onde autores como Sadi Dal Rosso (2008) e Selma Venco (2005) exploram as tensões entre os direitos trabalhistas assegurados pela legislação e a realidade vivida pelos trabalhadores, muitas vezes marcada por desrespeito a esses direitos.

Na questão sobre participação eleitoral, a exemplo do questionamento "Nas últimas eleições você votou?", todos os participantes do estudo responderam afirmativamente, revelando um engajamento político pleno. Tal constatação não apenas aponta para uma adesão aos procedimentos democráticos básicos, mas também indica um reconhecimento da importância de exercer o direito ao voto, um dos fundamentos mais vitais para a manutenção da democracia representativa.

Este ato de votar simboliza um passo importante na prática da cidadania e implica uma responsabilidade compartilhada na tomada de decisões que afetam a comunidade e o país.

Contudo, a resposta positiva à questão do voto abre caminho para indagações mais profundas sobre a qualidade dessa participação. O contexto sociopolítico em que esses votos são expressos, as motivações por trás das escolhas dos eleitores e como eles percebem o impacto de suas ações eleitorais no sistema político, são aspectos que contribuem para uma compreensão mais rica do comportamento eleitoral e da cidadania ativa. Estes resultados enfatizam o valor da educação em ampliar o entendimento dos indivíduos sobre seus direitos e responsabilidades como membros ativos de uma sociedade democrática.

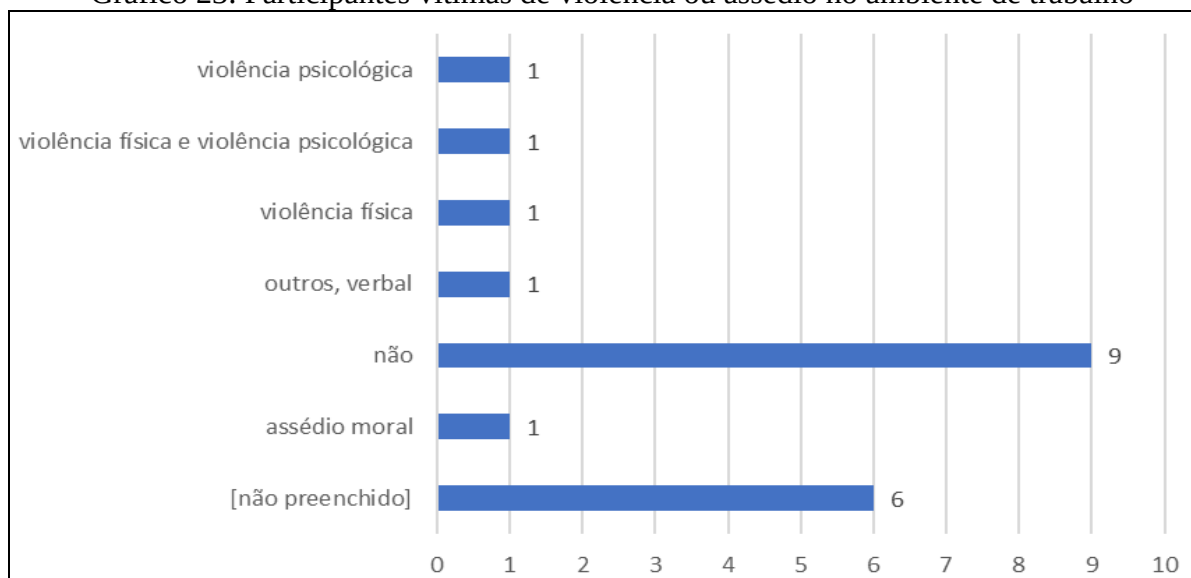
Já na questão 44, "Você já foi vítima no seu trabalho?" abordada no questionário e

exposta no Gráfico 23 a seguir revelou que, dos participantes que responderam, 9 indicaram não terem sido vítimas de violência ou assédio no ambiente de trabalho. No entanto, há registros de experiências individuais de violência psicológica, violência física e psicológica combinadas, violência física, verbal e assédio moral, cada uma mencionada uma vez. Além dessas, 6 participantes optaram por não preencher a resposta.

A presença de qualquer forma de violência ou assédio no trabalho é preocupante e revela a necessidade de mais ações preventivas e corretivas nos ambientes de trabalho. O número de respostas indicando não terem sido vítimas é superior ao das que relataram experiências negativas, o que pode sugerir que, para a maior parte dos participantes, o ambiente de trabalho é percebido como seguro. Contudo, a questão do "não preenchido" sugere cautela ao interpretar esses resultados, pois pode indicar relutância em relatar tais experiências ou uma falta de clareza quanto ao que constitui violência ou assédio no trabalho.

O relato de violência e assédio no trabalho demanda uma atenção especial para a criação de políticas e práticas laborais que promovam ambientes de trabalho seguros e respeitosos. Autores como Heloani e Barreto (2003) discutem as implicações da violência e do assédio moral no ambiente de trabalho, destacando a importância de uma gestão organizacional que priorize o bem-estar e a saúde mental dos trabalhadores.

Gráfico 23: Participantes vítimas de violência ou assédio no ambiente de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

Concluindo a análise sobre conscientização política e cidadania, as respostas dos participantes desta pesquisa trazem à tona uma série de reflexões importantes sobre a realidade social e trabalhista dos participantes. A alta taxa de participação eleitoral sinaliza

uma comunidade engajada e a presença de práticas de cidadania ativa. Entretanto, as experiências relatadas de violência e assédio no ambiente de trabalho, apesar de serem minoria, destacam a necessidade de atenção contínua para a garantia de direitos e a promoção de um ambiente laboral seguro e respeitoso.

Este segmento do estudo reforça o papel essencial da EJA não apenas em capacitar os indivíduos academicamente, mas, também, em proporcionar o conhecimento para o exercício da democracia, ou seja, equipá-los para navegar e influenciar efetivamente o tecido social e político em que estão inseridos. Os dados coletados oferecem entendimentos valiosos que podem direcionar a criação de estratégias educacionais e políticas públicas focadas no fortalecimento dos direitos, da dignidade e do bem-estar dos cidadãos.

Nas questões relacionadas com as perspectivas de vida dos participantes, importante a busca e o entendimento das expectativas futuras, aspirações e planos dos egressos da EJA, tanto para o pessoal como para o profissional. Uma análise prospectiva, onde os dados previamente discutidos sobre cidadania e experiências trabalhistas poderão ser conectados com as esperanças e os desafios percebidos pelos próprios participantes em relação ao seu futuro.

4.4 PERSPECTIVAS DE VIDA FUTURA

Esta seção da dissertação explora as questões de 45 a 56 do questionário, destinadas a captar as perspectivas de vida dos egressos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) participantes desta pesquisa. O foco é compreender como a educação recebida impacta suas aspirações futuras, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Através destas questões, investiga-se a visão dos participantes sobre suas trajetórias de vida, incluindo expectativas de emprego, progressão educacional e participação na sociedade.

Esta análise não só destaca a influência direta da EJA nas vidas dos indivíduos, mas também serve como uma avaliação da eficácia do programa em fomentar uma visão de futuro enriquecedora e sustentável para seus alunos.

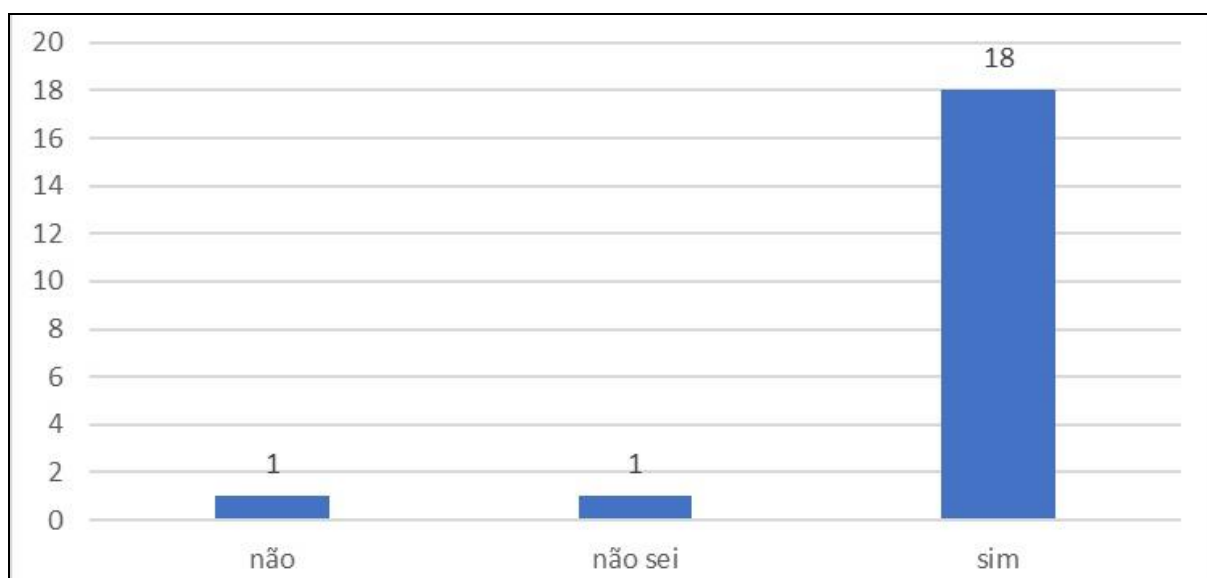
Como destacado por Manzato e Santos (2012), o levantamento de dados por meio de questionários requer especial cuidado, não apenas na coleta, mas crucialmente na análise estatística para validação dos resultados. Este cuidado assegura que as respostas obtidas reflitam verdadeiramente as perspectivas e aspirações dos egressos, permitindo análises que vão além da superfície e contribuindo para intervenções educacionais mais eficazes.

Portanto, esta seção do questionário não apenas fornece uma métrica de resultados

educacionais, mas também uma janela para as esperanças e desafios percebidos pelos participantes, oferecendo uma base rica para futuras intervenções educativas e políticas públicas. As respostas coletadas aqui têm o potencial de moldar a maneira como programas educativos são desenvolvidos e implementados, garantindo que eles atendam às reais necessidades dos adultos em busca de educação, numa sociedade em constante mudança.

A primeira questão abordada nesta parte do questionário tem o propósito de capturar as inclinações dos egressos do programa EJA quanto à continuidade em seus atuais postos de trabalho. A análise das respostas ao questionário sugere que os egressos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) expressam uma forte tendência em manter o *status quo* em relação às suas ocupações atuais. Conforme apresentado no Gráfico 24, uma maioria considerável de 18 em 20 participantes indica desejar continuar em suas funções presentes, com apenas um indivíduo expressando o desejo de não prosseguir e outro permanecendo incerto.

Gráfico 24: Intenção de continuidade em seus atuais postos de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa

Esse resultado pode ser interpretado como um indicativo de satisfação no trabalho ou uma preferência pela segurança que a atual posição oferece. A escolha por permanecer no mesmo trabalho pode ser motivada por uma série de fatores interligados, como a satisfação com o ambiente de trabalho, a conciliação entre vida profissional e pessoal, e a estabilidade financeira e emocional que o emprego atual proporciona. No entanto, é preciso cautela para não atribuir essa continuidade exclusivamente às experiências no EJA sem um exame detalhado que conecte diretamente essa escolha à influência do programa educacional.

A ligação entre permanecer no mesmo trabalho e a qualidade da experiência de educação é complexa e multifacetada. Sampaio (2012) destaca que a decisão de um indivíduo de permanecer em seu emprego geralmente reflete uma composição complexa de elementos, que vai além da satisfação imediata com a função desempenhada. A educação contínua oferecida pelo EJA pode ter contribuído para um sentimento de contentamento ou adequação, apoiando a ideia de que a formação educacional propicia não apenas conhecimento, mas também reforça a autoeficácia e a satisfação. Portanto, ao considerar a decisão dos egressos de continuar na mesma forma de trabalho, é crucial refletir sobre esses múltiplos aspectos que permeiam a vida laboral e pessoal.

Prosseguindo com a análise das respostas fornecidas pelos egressos do EJA, a questão 46 do questionário, que investiga o nível de contentamento com o trabalho atual, revela um panorama quase unânime de satisfação entre os participantes. Todos, exceto o participante 19, afirmaram estar contentes com seus trabalhos. Especificamente, o participante 19 também expressa contentamento, mas com a ressalva de que está em busca de algo melhor.

A unanimidade quase completa em termos de contentamento com o trabalho atual é digna de nota e sugere que a experiência educativa proporcionada pelo EJA pode ter desempenhado um papel na percepção positiva do ambiente de trabalho. No entanto, é o comentário do participante 19 que introduz uma nuance importante nesta discussão: “o desejo de avanço ou de melhoria nas condições atuais de emprego”. Este detalhe alinha-se com o entendimento de que a satisfação profissional não é estática e que o desenvolvimento pessoal contínuo pode gerar aspirações de crescimento e progresso na carreira.

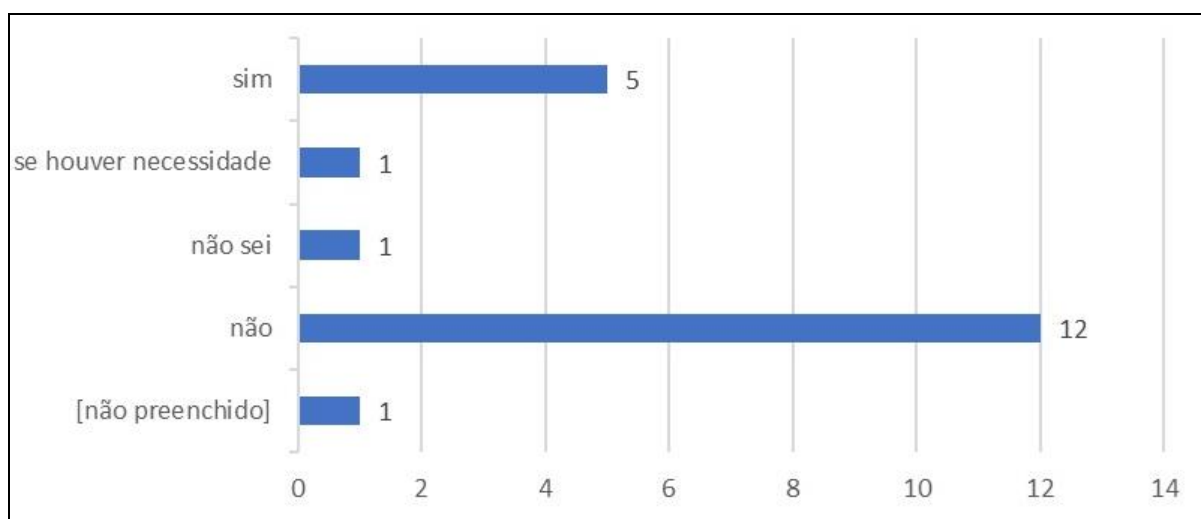
Enquanto a resposta "sim" generalizada pode ser um indicativo de que os egressos encontram no trabalho atual um nível de satisfação que atende às suas necessidades imediatas, o comentário adicional do participante 19 revela a complexidade subjacente à satisfação no trabalho. Ele aponta para uma perspectiva onde a educação contínua e o desenvolvimento de habilidades são vistos como meios para alcançar uma satisfação ainda maior, uma realidade que programas educativos como o EJA devem considerar ao avaliar e planejar seus currículos e estratégias de ensino.

Continuando a análise das respostas do questionário, chegamos à questão 47, que busca entender as intenções dos egressos do programa EJA relacionadas à mudança de profissão. De acordo com as respostas apresentadas no Gráfico 25, a maioria dos participantes, especificamente 12 deles, não pretende mudar de profissão. Por outro lado, cinco participantes estão abertos à ideia de mudança profissional, indicando "sim", enquanto um está indeciso, respondendo "não sei", e um deles menciona que consideraria uma mudança

"se houver necessidade".

Este resultado sugere uma tendência dos egressos a permanecerem em suas profissões atuais, o que pode indicar uma satisfação com o campo de trabalho escolhido ou uma percepção de estabilidade e segurança que não desejam alterar como já destacado na questão anterior. Entretanto, a presença de uma minoria que considera a mudança de profissão aponta para uma diversidade de perspectivas profissionais dentro do grupo, potencialmente influenciadas por fatores como aspirações pessoais, oportunidades de mercado ou mesmo insatisfações com a trajetória profissional atual.

Gráfico 25: intenções relacionadas à mudança de profissão



Fonte: Dados da pesquisa

A decisão de permanecer ou mudar de profissão é complexa e multifatorial. Este último grupo pode ver a educação contínua, como a proporcionada pelo EJA, como um trampolim para novas oportunidades profissionais e expansão de suas carreiras.

Assim, a análise dessa questão, em conjunto com as respostas anteriores sobre a continuidade no trabalho atual, oferece uma visão mais completa das aspirações profissionais dos egressos do EJA, destacando tanto o desejo de estabilidade quanto a busca por mudança e crescimento profissional.

Analisando as respostas da questão 48 descritas no Quadro 9 logo abaixo, fornecidas pelos participantes da pesquisa, que indaga se pretendem mudar de profissão, vemos um reflexo interessante das perspectivas individuais e coletivas sobre o desenvolvimento profissional e regional. Do total de participantes, 12 expressam claramente que não têm a intenção de mudar de profissão, enquanto 5 consideram a possibilidade, e outros 3 permanecem incertos ou dependem da necessidade de tal mudança.

Quadro 9 : Pretensão para mudar de profissão

ID	Se você pudesse escolher, qual profissão gostaria de trabalhar?
1	Não preenchido
2	Tec. de Enfermagem
3	Professora
4	Enfermeira
5	Enfermeira
6	Escritora e palestrante
7	Na mesma
8	Motorista
9	Assistente social
10	Não preenchido
11	Advogado
12	Segurança público
13	Advogado
14	Não preenchido
15	Advogada
16	Enfermeira
17	Não preenchido
18	Enfermeira
19	Analista
20	Não preenchido

Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados, cruzados com as profissões desejadas listadas por eles, revelam uma pluralidade de aspirações que, em muitos casos, podem estar alinhadas com as demandas e oportunidades do contexto regional em que se inserem. Os que escolhem permanecer em suas profissões atuais podem estar refletindo uma satisfação com sua contribuição ao ambiente local ou uma resposta à estabilidade oferecida pelo mercado de trabalho regional. Aqueles que desejam uma mudança ou estão abertos a ela podem estar reconhecendo novos caminhos para o desenvolvimento pessoal e regional, impulsionados pela formação adquirida no EJA, que possivelmente ampliou sua visão de possibilidades.

A decisão de mudar ou não de profissão não é isolada e envolve considerações sobre identidade profissional, satisfação pessoal e as dinâmicas econômicas da região. Valore (2008), em sua discussão sobre a problemática da escolha profissional, ressalta que tais escolhas envolvem não apenas o desempenho de novas tarefas, mas a construção de uma nova identidade profissional que se interliga com a comunidade mais ampla. Conforme Valore, a escolha profissional é vista como um processo contínuo de construção que se alinha com as relações sociais, econômicas e culturais do indivíduo (VALORE, 2008).

No Gráfico 26 apresentado abaixo, revela-se que a maior parte dos participantes do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui uma inclinação para continuar os

estudos, com 15 em 20 respondentes afirmando essa intenção. Esse dado ressalta uma percepção positiva da educação contínua e uma possível compreensão de seu papel como um trampolim para o avanço social e econômico individual e, por extensão, para o desenvolvimento regional.

Gráfico 26: Pretensão em continuar os estudos



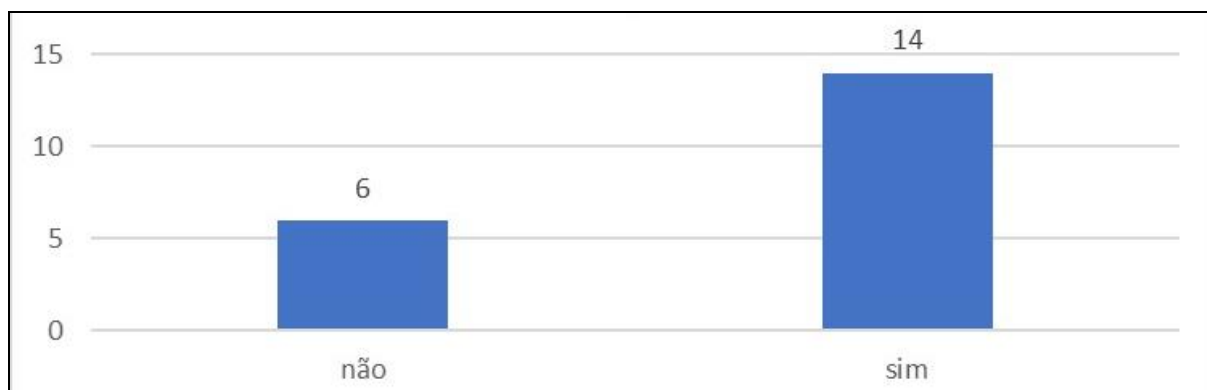
Fonte: Dados da pesquisa

A disposição para prosseguir no caminho educacional também pode ser interpretada como uma reação à percepção de que "o grupo familiar também é direta ou indiretamente afetado [pela escolha profissional]" (SANTOS, 2005, p. 58), sugerindo que a decisão de continuar estudando pode estar alinhada com as expectativas familiares e comunitárias, reforçando o papel da educação como um vetor de desenvolvimento social.

Dessa maneira, a decisão de prosseguir com a educação após a conclusão do programa EJA reflete não apenas aspirações pessoais, mas também o papel construtivo da família e da comunidade na formação das expectativas educacionais e profissionais dos indivíduos, com implicações diretas para o desenvolvimento regional.

Analizando o Gráfico 27 a seguir, observa-se uma clara tendência entre os participantes da pesquisa em considerar a condição financeira como um fator determinante para a realização de seus planos futuros, seja em estudos, viagens ou construções. Um total de 14 indivíduos respondeu que sim, indicando que seus projetos estão condicionados à disponibilidade financeira, enquanto 6 participantes responderam que não, sugerindo que têm outros meios ou estão dispostos a buscar alternativas além das condições financeiras imediatas para a realização de seus planos.

Gráfico 27: Condição financeira como fator determinante para a realização de planos futuros



Fonte: Dados da pesquisa

Esta tendência reflete uma realidade social em que as aspirações pessoais estão, muitas vezes, atreladas à capacidade econômica. Implicações para políticas públicas e programas educativos, como o EJA, podem ser extraídas desses dados: há uma necessidade de estruturar suporte financeiro ou de criar mecanismos que facilitem a concretização de objetivos pessoais que possuem potencial de transformação individual e, consequentemente, de impacto social.

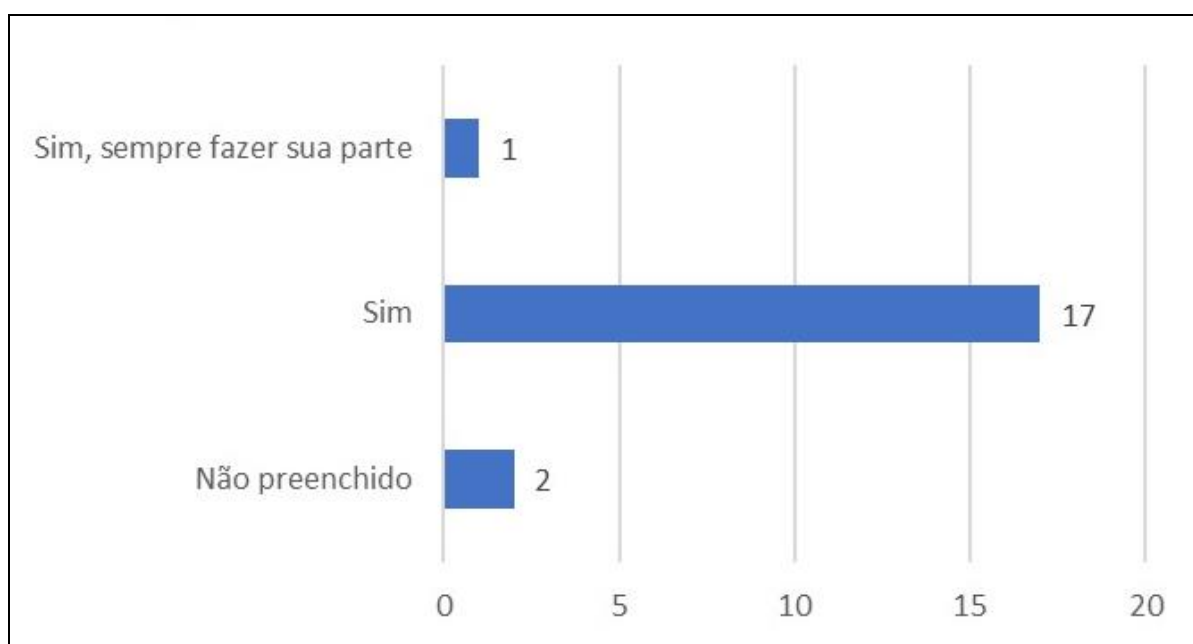
A análise dos dados da questão subsequente, que investiga a busca por auxílio caso os planos não possam ser autofinanciados, revela um panorama diversificado. Uma parte considerável dos perfis não foi preenchida correspondendo a 14 dos participantes, o que poderia indicar uma ausência de estratégias definidas para esses indivíduos ou talvez um desconhecimento sobre as opções de ajuda disponíveis. Por outro lado, três participantes se voltam especificamente para o apoio do Governo Estadual, demonstrando uma percepção direcionada sobre onde procurar ajuda. Um dos respondentes está resolutamente seguro, com um "Com certeza, sim", de buscar apoio, embora não especifique de onde. Isso mostra uma determinação pessoal em encontrar meios de viabilizar seus projetos. Notavelmente, apenas um participante reconhece a abrangência dos apoios governamentais, referindo-se a possíveis auxílios municipais, estaduais e federais para realizar seus planos.

Essa variedade de respostas sugere a importância de uma orientação mais aprofundada sobre as possibilidades de financiamento disponíveis para os egressos, podendo ser uma área a ser reforçada e mais explorada. O entendimento e a conscientização dos alunos sobre as ajudas financeiras poderiam ser ampliados para garantir que os indivíduos estejam mais bem preparados para realizar seus projetos futuros.

No Gráfico 28 apresentado abaixo, explora-se o otimismo dos egressos do programa

EJA em relação ao futuro, com a pergunta: "Você acredita que sua vida irá melhorar?". Notavelmente, 17 participantes expressaram uma visão positiva, respondendo simplesmente "Sim". Interessante notar é a resposta singular de um indivíduo que amplia essa afirmativa, adicionando a condição de "sempre fazer sua parte", enfatizando uma atitude proativa em relação ao próprio melhoramento de vida. Além disso, 2 respostas não preenchidas, o que pode indicar incerteza ou uma possível desconsideração pela questão, mas também pode refletir a ausência de uma perspectiva definida sobre o assunto.

Gráfico 28: Visão em relação ao futuro



Fonte: Dados da pesquisa

Essa tendência majoritariamente positiva entre os respondentes é um indicativo robusto de que o programa EJA pode estar desempenhando um papel significativo no estímulo ao otimismo e na esperança de um futuro melhor, sugerindo que os participantes veem a educação como um caminho para o progresso pessoal. O reconhecimento de que o esforço individual é crucial para essa melhoria, como apontado pelo participante que menciona a importância de "fazer sua parte", sublinha uma mentalidade de que o sucesso é uma combinação de oportunidades externas e iniciativa pessoal.

Analisando as respostas fornecidas para a pergunta "Em relação aos seus filhos (caso tenha), qual perspectiva de vida você acredita para eles?", observa-se um claro direcionamento para a educação superior e o sucesso profissional. A maioria dos perfis reflete a esperança dos pais de que seus filhos alcancem um nível de educação elevado e obtenham melhores oportunidades de emprego do que as que tiveram. Respostas como "Cursar

faculdade, ter um emprego melhor" (Perfil 1), "Formados com profissão e estabelecidos" (Perfil 4), e "Que todos sejam graduados, com profissão" (Perfil 7) são indicativos de uma valorização da educação formal como um caminho para o sucesso.

Além disso, percebe-se um desejo dos pais em proporcionar uma vida com mais "dignidade" e "o melhor, sonho de toda mãe" (Perfil 6), ressaltando uma preocupação não só com a realização profissional, mas também com a qualidade de vida de seus filhos. Interessante notar também que algumas respostas apontam para filhos que já são independentes, como é o caso dos perfis 3 e 17, onde os pais expressam satisfação pelo encaminhamento já alcançado pelos filhos na vida.

A resposta do Perfil 10 destaca um aspecto particular: a intenção dos pais de afastar os filhos das preocupações financeiras para que possam focar nos estudos. Isso evidencia uma consciência sobre os desafios que os aspectos econômicos podem representar para a dedicação acadêmica.

Embora o Perfil 12 não tenha sido preenchido, isso não diminui o evidente padrão de aspirações positivas constatadas nas demais respostas, sendo existente a possibilidade de não ter filhos. Este padrão reforça a percepção de que, para estes pais, a educação é vista como uma alavanca essencial para garantir um futuro promissor para seus filhos.

Todos esses dados estão descritos no Quadro 10 abaixo, que não só resume as aspirações individuais de cada participante, mas também mostra um panorama de expectativas que, em sua maioria, giram em torno do avanço educacional e profissional como elementos-chave para um futuro bem-sucedido.

Quadro 10: Perspectiva de vida para os filhos

ID	Em relação aos seus filhos (caso tenha), qual perspectiva de vida você acredita para eles?
1	Cursar faculdade, ter um emprego melhor.
2	A melhor possível, com mais dignidade.
3	Eles, já trabalham e já têm sua família.
4	Formados com profissão e estabelecidos.
5	Um futuro melhor.
6	O melhor, sonho de toda mãe.
7	Que todos sejam graduados, com profissão.
8	Formar e ter emprego bom.
9	Faculdade e ter uma profissão.
10	Dar a ele a oportunidade de focar no ensino sem precisar se distrair com preocupações financeiras.
11	De estudo, sucesso na profissão.
12	Não preenchido.
13	Que tivesse uma formação, um trabalho.
14	Sejam bem-sucedidos profissionalmente.

15	Garantir um futuro melhor.
16	A formação de cada um deles.
17	São maiores e já estão bem encaminhados.
18	Estudo, formação e trabalho.
19	A melhor.
20	Já estão todos formados e com uma vida estável.

Fonte: Dados da pesquisa

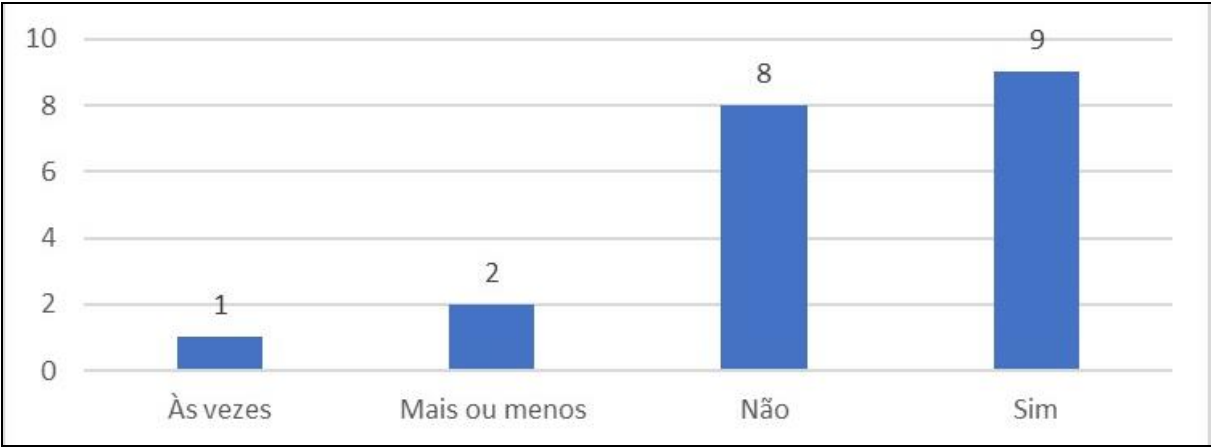
No Gráfico 29 apresentado a seguir, questiona-se sobre a percepção da valorização da profissão. Observa-se que a maioria dos respondentes, representada por 9 indivíduos, considera que a profissão é desvalorizada. Esta opinião reflete uma preocupação com o reconhecimento e a apreciação de determinadas carreiras no mercado de trabalho ou na sociedade em geral.

Por outro lado, 8 participantes expressam que não veem suas profissões como desvalorizadas, indicando uma possível satisfação com o *status* ou a valorização de seus campos de trabalho. As opiniões se dividem mais ainda quando observamos que 2 respondentes têm uma visão intermediária ("Mais ou menos"), o que pode sugerir uma percepção de que, embora haja algum grau de valorização, ainda existem aspectos que necessitam de melhoria.

Um único participante indica sentir a desvalorização apenas "Às vezes", o que pode indicar que a experiência de valorização da profissão pode variar em diferentes contextos ou momentos.

Essas percepções são importantes para entender não apenas como as profissões são vistas no âmbito social, mas também como os indivíduos se sentem em relação ao seu próprio trabalho e as expectativas que têm sobre o reconhecimento de suas contribuições profissionais.

Gráfico 29: Desvalorização profissional



Fonte: Dados da pesquisa

As respostas ao questionamento sobre em que aspectos os indivíduos gostariam que suas vidas fossem diferentes revelam uma diversidade de aspirações e contentamentos. Uma análise das respostas mostra que questões financeiras são uma preocupação comum, mencionadas em pedidos por "Melhor salário", "Ter um emprego que ganhe mais", e "Maiores rendimentos financeiros". Este é um reflexo de uma busca por segurança e conforto material, uma constante em muitos contextos sociais.

Outras respostas indicam satisfação com o estado atual da vida dos respondentes, como "Nada", "Sou bem realizada", e "Não preciso de mudanças", sugerindo que para esses indivíduos, sua situação atual atende às suas expectativas e desejos.

Ainda há aqueles que expressam aspirações pessoais e profissionais específicas, como "Realizar meu talento de escritora", "Gostaria de já estar trabalhando na área de enfermagem", e "Formado mais cedo", o que destaca a importância do desenvolvimento pessoal e profissional nas percepções de vida ideal.

Menções a "Menos impostos e mais incentivo do governo" e "Mais tempo para aproveitar" tocam em aspectos da qualidade de vida e do desejo de um melhor equilíbrio entre trabalho e lazer, assim como em condições mais favoráveis criadas pelas políticas governamentais.

Esses dados, descritos no Quadro 11, são valiosos para entender as nuances da satisfação com a vida e os múltiplos fatores que as pessoas consideram importantes para a melhoria de suas condições de vida.

Quadro 11: Satisfação de vida

ID	Em que gostaria que sua vida fosse diferente em relação a atual
1	Nada.

2	Não preenchido.
3	Melhor salário.
4	Nada.
5	Ter um emprego que ganhe mais.
6	Realizar meu talento de escritora.
7	Não preenchido.
8	Formado mais cedo.
9	Em termos de saúde.
10	Menos impostos e mais incentivo do governo.
11	Nada.
12	Não sei.
13	Mais tempo para aproveitar.
14	Gostaria de ter mais tempo para estudar.
15	Sou bem realizada.
16	Gostaria de já estar trabalhando na área da enfermagem.
17	Em nada.
18	Não preciso de mudanças.
19	Várias coisas.
20	Maiores rendimentos financeiros.

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar as respostas fornecidas para a questão "Enquanto trabalhador, o que você gostaria de realizar?", notamos a diversidade de metas e objetivos profissionais dos indivíduos. As ambições apresentadas variam de objetivos práticos e tangíveis a realizações pessoais e profissionais mais amplas. Por exemplo, desejos como "Ter meu próprio escritório", "Passar no concurso", "Comprar um carro 0", e "Casa própria" indicam aspirações por conquistas materiais e progresso na carreira, refletindo metas de estabilidade e independência financeira.

Há também expressões de satisfação e contentamento com a trajetória percorrida, como é o caso das respostas "Nada", "Já realizei meus sonhos", e "Já estou realizada", que demonstram um senso de realização e plenitude em relação às conquistas já alcançadas.

Alguns respondentes expressam a esperança de melhorar suas condições de trabalho e *status*, como evidenciado por "Emprego melhor", "Crescer minha empresa", e "Subir de patente". Isso ilustra uma busca contínua pelo crescimento profissional e pelo aperfeiçoamento das condições de trabalho.

Outras respostas abrangem a área da educação e desenvolvimento pessoal, como "Fazer mais uma especialização na área que atuo", "Mestrado", e "Uma educação de qualidade para todos", sugerindo um reconhecimento da importância da formação contínua e do desenvolvimento de habilidades ao longo da vida.

Os objetivos mencionados como "Assistente Social", "Exercer a função de advogado",

e "Melhores condições de trabalho rural" apontam para aspirações profissionais específicas, alinhadas com um senso de propósito e vocação.

Essas respostas, ilustradas no Quadro 12, oferecem um panorama dos vários caminhos que os trabalhadores desejam seguir, ressaltando a heterogeneidade de visões sobre o sucesso e o progresso no mundo do trabalho.

Quadro 12: Objetivos Profissionais e Pessoais

ID	Enquanto trabalhador, o que você gostaria de realizar?
1	Ter meu próprio escritório.
2	Não preenchido.
3	Passar no concurso.
4	Nada.
5	Emprego melhor.
6	Comprar um carro 0.
7	Já realizei meus sonhos.
8	Tirar carteira e dirigir caminhão.
9	Assistente Social.
10	Crescer minha empresa.
11	Subir de patente.
12	Casa própria.
13	Exercer a função de advogado.
14	Fazer mais uma especialização na área que atuo.
15	Mestrado.
16	Ganhar o meu salário desejado.
17	Uma educação de qualidade para todos.
18	Melhores condições de trabalho rural.
19	Muitas coisas.
20	Já estou realizada.

Fonte: Dados da pesquisa

Concluindo a seção sobre as perspectivas de vida, os dados coletados dos egressos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) participantes da pesquisa iluminam as aspirações que eles têm para si e para suas famílias. Revelam um forte desejo de estabilidade financeira, realização pessoal e profissional, e um claro reconhecimento do valor da educação como ferramenta de transformação e avanço social. Através das diversas questões do questionário, foi possível desvelar um tecido de esperanças e expectativas que abrangem desde a continuidade em seus empregos atuais até aspirações de ascensão educacional e profissional.

A análise das respostas destacou tanto a satisfação atual com as circunstâncias de vida quanto o impulso para buscar melhorias e mudanças significativas. Os resultados são uma testemunha do impacto potencial da EJA nas vidas dos participantes, sugerindo que o

programa pode ter oferecido mais do que conhecimento, ou seja, deu-lhes uma base de confiança e a perspectiva de um futuro promissor.

Esta seção da dissertação serviu para conectar as experiências educativas dos participantes com suas perspectivas de vida, fornecendo entendimentos sobre como a educação recebida na EJA afeta sua visão de mundo e suas expectativas de futuro.

Os dados aqui discutidos não apenas medem resultados educacionais, mas também desvendam as concepções e desafios percebidos pelos egressos, delineando um quadro para intervenções educacionais mais eficazes. Com a transição para a próxima seção do questionamento ao qual se constitui "EJA e a Formação", continua-se a explorar o impacto do programa EJA, agora voltando a atenção para a maneira como ele contribui para a formação integral dos alunos.

4.5 EJA E A FORMAÇÃO

A formação continuada é um pilar fundamental para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a sua efetiva participação na sociedade. Este tópico, intitulado "EJA e a Formação", centra-se nas questões de 57 a 69 do questionário, que visam desvendar as nuances da formação adquirida pelos egressos do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como essa formação impacta suas trajetórias de vida e perspectivas futuras.

Neste segmento, o estudo aprofunda-se em compreender a influência do EJA na construção de conhecimentos, habilidades e competências que os alunos levam para além das salas de aula. Procura-se explorar a relevância da educação recebida no EJA para a inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento pessoal e a possibilidade de continuação dos estudos em níveis mais avançados.

É crucial reconhecer que a formação por meio do EJA não se restringe ao aprendizado acadêmico tradicional. Ela engloba também a aquisição de uma consciência crítica, a valorização de experiências prévias e a capacidade de adaptar-se às exigências de um mundo em constante transformação. Conforme evidenciado em pesquisas e estudos na área da educação de adultos, como os encontrados no texto em anexo, a EJA desempenha um papel vital em equipar os indivíduos com as ferramentas necessárias para uma atuação cidadã mais ativa e consciente.

Neste contexto, o questionário procura captar reflexões dos egressos sobre a qualidade da formação recebida, suas aplicações práticas e sua relevância para os planos de vida dos indivíduos. As respostas podem revelar não apenas o alcance do EJA na formação

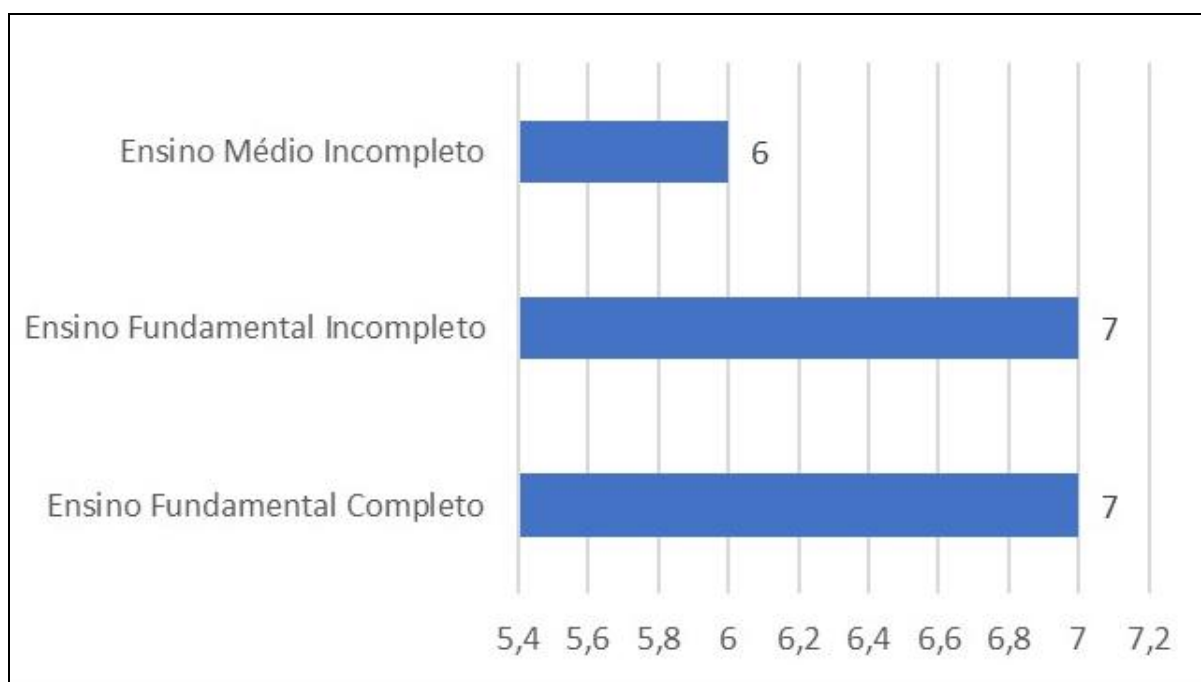
educacional e profissional dos alunos, mas também a percepção de seu valor e aplicabilidade no cotidiano.

Assim, o estudo se embasa em um exame criterioso das respostas fornecidas, que pode gerar percepções fundamentais para a melhoria contínua dos programas de EJA. A análise pretende abordar a capacidade desses programas de atender às necessidades atuais dos adultos que buscam na educação uma forma de melhorar suas condições de vida e, simultaneamente, de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

Analizando a questão 57 do questionário referente ao grau de escolaridade dos participantes antes de cursarem a EJA, observamos um panorama educacional bastante diversificado. De acordo com o Gráfico 30, identifica-se que 7 participantes possuíam o Ensino Fundamental completo e outros 7 não tinham concluído essa etapa da educação básica, evidenciando que uma parcela significativa dos alunos da EJA já tinha alguma experiência no sistema educacional formal, mas ainda enfrentava a necessidade de complementar essa formação inicial.

Adicionalmente, 6 participantes iniciaram o Ensino Médio, mas não o finalizaram. Este dado aponta para uma interrupção no caminho educacional que pode ser atribuída a uma variedade de fatores, tais como dificuldades econômicas, necessidades familiares ou outros obstáculos pessoais que interferem na trajetória educacional tradicional.

Gráfico 30: Grau de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 30 nos mostra que o EJA atua como um mecanismo de inclusão educacional, oferecendo oportunidades de retomada e conclusão dos estudos para indivíduos que, por razões diversas, viram-se afastados do ambiente escolar. Essa heterogeneidade nos níveis de escolaridade prévia reforça o caráter abrangente e acessível do programa, que se propõe a ser um recurso para a educação de jovens e adultos independentemente de sua etapa de formação interrompida.

As implicações desses dados são profundas, pois ressaltam a importância dos programas de EJA não apenas como segunda chance para a conclusão da educação formal, mas também como um reconhecimento do direito à educação em todas as idades e etapas da vida. A existência de um contingente substancial de alunos que não completaram o ensino fundamental antes de entrar no EJA destaca a relevância de políticas educacionais continuadas e acessíveis que possam responder às necessidades desses adultos e facilitar sua reentrada no processo educativo.

Ao considerar essas informações, percebe-se a necessidade de fortalecer o EJA como um canal vital para a inclusão social e a elevação do nível educacional geral da população. Estes esforços devem ser acompanhados por estratégias de suporte que considerem as particularidades e desafios enfrentados pelos alunos, a fim de assegurar uma experiência educacional positiva e construtiva que os capacite não só para o mercado de trabalho, mas também para uma participação cidadã mais plena e informada.

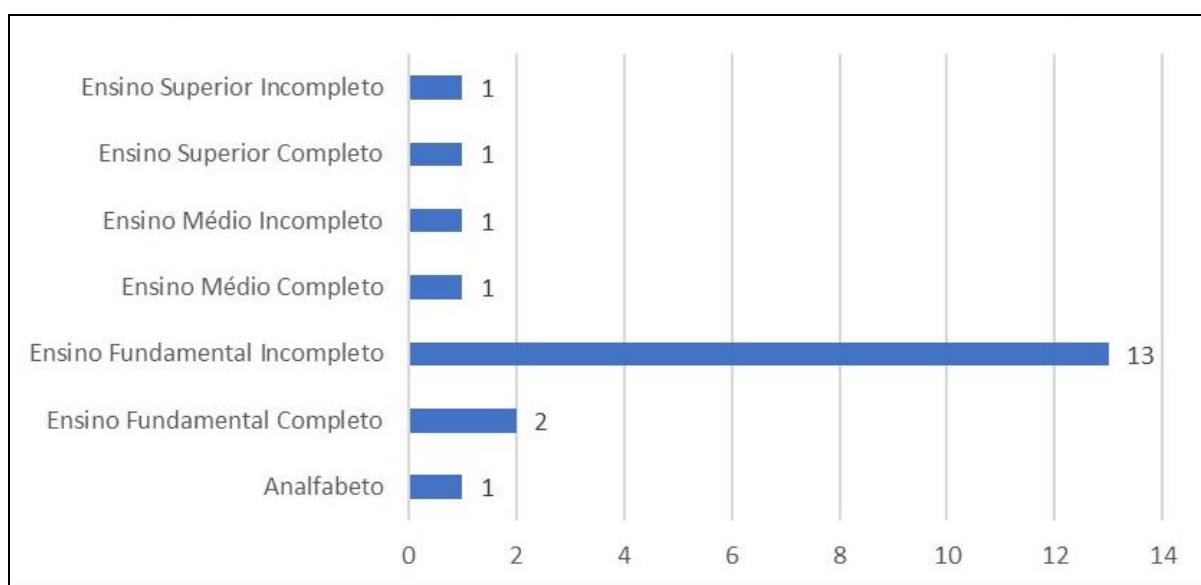
A questão subsequente no questionário trata do grau máximo de escolaridade dos pais dos participantes, um dado relevante para compreender o contexto educacional e social em que esses alunos estão inseridos. O gráfico apresenta uma distribuição que reflete um perfil majoritariamente de baixa escolaridade, com 13 respondentes indicando que seus pais têm o Ensino Fundamental incompleto, destacando-se como o nível de escolaridade mais frequente entre os pais dos egressos da EJA.

Esse cenário revela que a maioria dos pais dos participantes teve um acesso limitado à educação formal, o que possivelmente influencia as perspectivas e o valor atribuído à educação nas famílias desses alunos. Há ainda 2 respondentes cujos pais completaram o Ensino Fundamental, mas a presença de apenas um participante em cada uma das categorias de Ensino Médio (completo e incompleto) e Ensino Superior (completo e incompleto) sugere que o acesso a níveis de educação mais elevados foi bastante restrito para as gerações anteriores.

A existência de um participante cujo pai é analfabeto adiciona outra camada a essa análise, apontando para os desafios adicionais que podem ser enfrentados por alunos que não

têm em casa o suporte de um ambiente letrado. Estas informações não apenas ilustram as barreiras educacionais históricas, mas também reforçam a importância de programas como o EJA que proporcionam oportunidades educacionais para aqueles que, como seus pais, podem ter tido seus estudos interrompidos ou nunca tiveram a chance de começá-los. Os dados seguem expressos no Gráfico 31.

Gráfico 31: Grau de escolaridade - Pai



Fonte: Dados da pesquisa

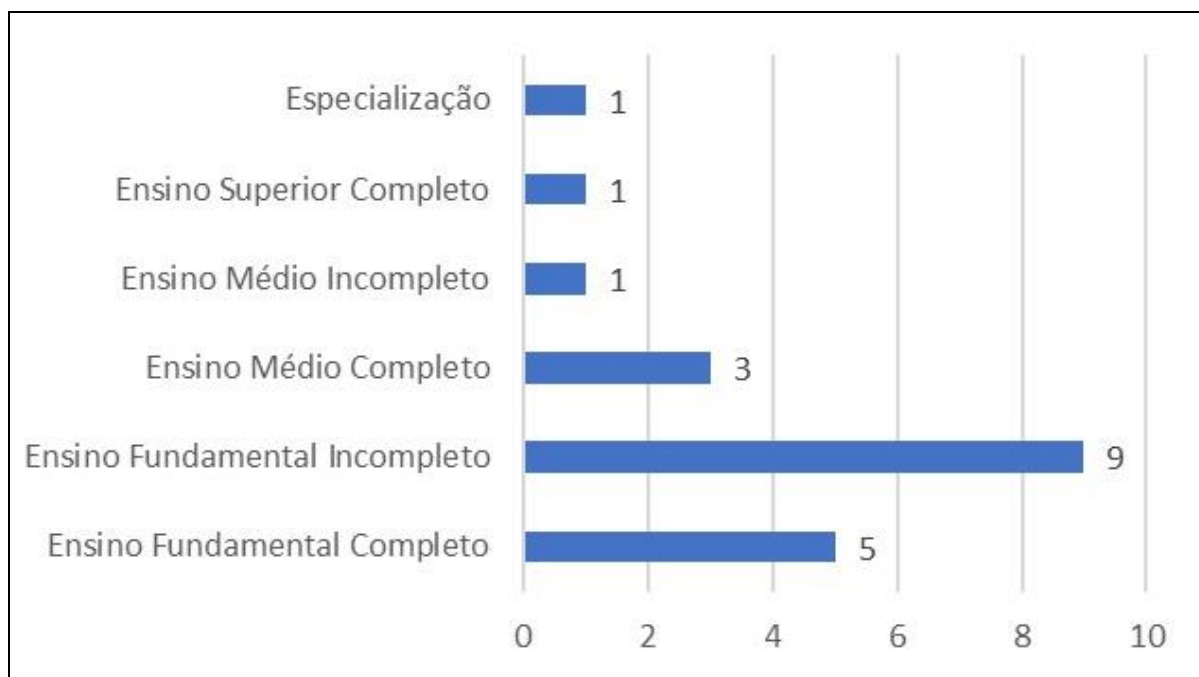
Prosseguindo com a análise do perfil educacional das famílias dos participantes da EJA, observamos agora o nível de escolaridade máximo atingido pelas mães. O Gráfico 32 ilustra que o Ensino Fundamental Incompleto é o nível de escolaridade mais comum, com 9 respostas, seguido por Ensino Fundamental Completo, com 5 respostas. Este dado continua a retratar um panorama onde o acesso à educação básica para as gerações anteriores era uma questão desafiadora e muitas vezes não concluída.

A existência de 3 mães que completaram o Ensino Médio e uma que alcançou o Ensino Superior Completo, além de uma com especialização, sugere que houve casos em que as barreiras ao acesso à educação foram superadas, resultando em um nível mais elevado de escolaridade. Apesar destes casos de sucesso educacional, a tendência geral reflete uma limitação na educação formal para a maioria das mães.

Este contexto pode ter influenciado diretamente as perspectivas dos participantes da EJA quanto à importância da educação e a necessidade de buscar a conclusão do Ensino Fundamental e Médio por meio do programa. O fato de que algumas mães conseguiram

prosseguir em seus estudos até níveis mais avançados também serve de inspiração e potencial fonte de suporte para os alunos do EJA, demonstrando que é possível ultrapassar obstáculos e atingir maiores níveis de educação.

Gráfico 32: Grau de escolaridade - Mãe



Fonte: Dados da pesquisa

Para compreender melhor essas dinâmicas, é importante considerar o conceito de Capital Cultural de Bourdieu. Segundo Bourdieu, o capital cultural pode ser dividido em três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural incorporado refere-se às disposições e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, geralmente transmitidos pela família, e que influenciam diretamente o sucesso educacional (Bourdieu, 1986).

No contexto da EJA, o capital cultural das famílias, especialmente das mães, pode desempenhar um papel significativo na trajetória educacional dos participantes. As mães com maior nível de escolaridade podem transmitir valores e conhecimentos que incentivam a busca pela educação e a superação das dificuldades. Esse capital cultural incorporado, portanto, pode ser uma vantagem significativa para os alunos, influenciando positivamente sua trajetória na EJA (Silva, 1995).

Além disso, o capital cultural objetivado, como a posse de livros e o acesso a ambientes culturais, e o capital cultural institucionalizado, como diplomas e certificações, também desempenham papéis importantes. A presença de mães com formação superior e

especialização indica que, em algumas famílias, houve uma acumulação significativa de capital cultural, que pode ser mobilizado para apoiar os alunos da EJA em suas jornadas educacionais (Cunha, 2007) .

Portanto, ao analisar o perfil educacional das mães e correlacioná-lo com a teoria do capital cultural de Bourdieu, fica claro que o contexto familiar e os recursos culturais disponíveis influenciam diretamente as perspectivas e o desempenho educacional dos participantes da EJA. Este entendimento reforça a importância de políticas educacionais que considerem essas variáveis e ofereçam suporte adequado para maximizar o impacto positivo da EJA (Bourdieu, 1989) .

Este retrato das condições educacionais dos pais dos participantes reitera a necessidade de políticas públicas que visem à quebra do ciclo de baixa escolaridade e ao estímulo da continuidade educacional entre as gerações. Além disso, destaca a potencial responsabilidade adicional que recai sobre os alunos do EJA não só de prosseguir com sua própria educação, mas também de mudar o perfil educacional de suas famílias e comunidades, o que pode ter um impacto significativo no desenvolvimento social a longo prazo.

No Gráfico 33, a distribuição do grau de escolaridade atual dos participantes da EJA nos dá um vislumbre encorajador da progressão educacional. O maior número de respostas indica que 8 participantes concluíram o Ensino Superior, um marco significativo que sugere um impacto positivo do programa EJA na capacitação e no avanço educacional dos seus alunos. Segue-se com 5 indivíduos que realizaram cursos de especialização, um indicativo de que os egressos estão buscando aprimoramento contínuo e especialização em suas áreas de interesse.

Três participantes finalizaram o Ensino Médio, e embora seja uma conquista notável, também destaca o contínuo desafio de avançar além desse nível de ensino. Observa-se que um indivíduo se encontra no Ensino Superior Incompleto, o que pode indicar um percurso ainda em andamento para a obtenção de um diploma universitário. Além disso, um está atualmente cursando o mestrado, demonstrando uma trajetória educacional que ultrapassa a educação básica, caminhando para a pós-graduação e pesquisa avançada.

Interessante notar que há um participante cursando especialização e curso superior simultaneamente, refletindo um compromisso com a educação contínua e um desejo de expandir competências em múltiplas frentes. Esta abordagem pode ser vista como um meio de aumentar a empregabilidade e a adaptabilidade no mercado de trabalho dinâmico de hoje.

Um único registro não preenchido pode indicar uma omissão inadvertida ou uma decisão consciente de não declarar o nível educacional, uma variável que requer consideração

ao interpretar os dados gerais.

Gráfico 33: Grau de escolaridade - Pessoal



Fonte: Dados da pesquisa

Este Gráfico 33 sublinha o papel transformador da EJA não apenas em atender às necessidades educacionais imediatas, mas também em incentivar uma trajetória de aprendizado ao longo da vida. A disposição para buscar educação superior e especialização fala diretamente do sucesso do programa em instilar uma cultura de valorização da educação e de ambição acadêmica e profissional.

A análise das motivações que levaram os indivíduos a procurar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas no Quadro 13 revela um claro foco na progressão educacional e na melhoria das oportunidades de trabalho. A maioria dos participantes cita a "Conclusão de curso" e a "Melhoria de salário no trabalho" como razões principais para se engajarem no EJA, o que demonstra uma busca direta por avanços pessoais e profissionais que possam ser alcançados por meio da educação.

Notavelmente, vários respondentes também mencionam o desejo de "Buscar novas oportunidades no mercado de trabalho", enfatizando a percepção da educação como um meio para ampliar suas chances de emprego e mobilidade social. Isso pode refletir um reconhecimento da importância de se adaptar a um mercado de trabalho em constante evolução e a necessidade de adquirir novas habilidades para permanecer competitivo.

A "Conclusão de curso" como um motivo isolado é destacada repetidamente, sublinhando o valor atribuído à conclusão formal da educação como um marco importante na

vida dos participantes. Isso pode ser interpretado como um desejo de completar um ciclo de estudos anteriormente interrompido ou de atingir um nível de educação que abre portas para o avanço na carreira ou até mesmo a realização pessoal.

Alguns indivíduos visam objetivos específicos, como "Ingressar em uma faculdade" e "Concurso Público", o que sugere que a EJA é vista como uma etapa preparatória essencial para atingir metas educacionais e profissionais mais ambiciosas. Essa orientação para o futuro acadêmico e profissional demonstra o papel significativo da EJA em fornecer a base e os recursos necessários para que os alunos possam prosseguir com seus planos de vida.

Quadro 13: Motivo que levou procurar a EJA

ID	Qual foi o motivo que fez você procurar a EJA
1	Conclusão de curso e melhoria de salário no trabalho.
2	Busca de novas oportunidades no mercado de trabalho.
3	Conclusão de curso e melhoria de salário no trabalho.
4	Conclusão de curso.
5	Conclusão de curso e melhoria de salário no trabalho.
6	Conclusão de curso e ingressar em uma faculdade e concursos públicos.
7	Conclusão de curso.
8	Busca de novas oportunidades no mercado de trabalho.
9	Busca de novas oportunidades no mercado de trabalho.
10	Conclusão de curso e ingressar em uma faculdade.
11	Concurso Público.
12	Conclusão de curso.
13	Conclusão de curso.
14	Conclusão de curso.
15	Conclusão de curso, ingressar em uma faculdade e busca de novas oportunidades no mercado de trabalho.
16	Ingressar em uma faculdade.
17	Busca de novas oportunidades no mercado de trabalho.
18	Ingressar em uma faculdade.
19	Conclusão de curso e ingressar em uma faculdade.
20	Conclusão de Curso, ingressar em uma faculdade.

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas coletadas destacadas no Quadro 13 expressam uma combinação de aspirações práticas e estratégicas, refletindo uma conscientização dos participantes sobre a importância da educação continuada para o seu crescimento pessoal e profissional. Isso reforça a necessidade de programas como o EJA para atender às demandas de uma população adulta que busca não apenas a educação, mas uma via para a transformação de suas vidas e carreiras.

As razões pelas quais os indivíduos não seguiram o percurso educacional típico em

suas idades correspondentes são diversas e multifacetadas, conforme refletem as respostas fornecidas no Quadro 14 adiante. O motivo predominante expresso é a necessidade de trabalhar, uma realidade que afeta muitos jovens que precisam contribuir financeiramente para suas famílias ou sustentar-se independentemente. Esta condição, mencionada pela maioria dos participantes, destaca uma barreira significativa ao acesso contínuo à educação formal.

Além do trabalho, a falta de interesse aparece como um fator recorrente, o que pode sugerir uma desconexão entre as necessidades e interesses dos jovens e a oferta educacional disponível na época, ou outras prioridades pessoais que se sobrepunham à educação. Isso é acompanhado por outros desafios logísticos e socioeconômicos, como a "Falta de transporte" e a "Falta de políticas educacionais", que apontam para deficiências estruturais no sistema educacional e no suporte à educação dos jovens.

Há também menções a orientações familiares ou a falta delas, como em "Pais ou responsáveis não orientavam", indicando a influência crucial que a orientação familiar tem na trajetória educacional dos indivíduos. Isso é complementado por circunstâncias pessoais particulares, como a maternidade precoce, que é citada como uma razão para interromper os estudos.

Essas respostas que seguem no Quadro 14 logo abaixo ressaltam a complexidade dos caminhos educacionais e as variadas razões que levam os indivíduos a procurar a EJA em momentos posteriores de suas vidas. Tais percepções são vitais para entender as barreiras à educação e podem informar o desenvolvimento de políticas e programas mais inclusivos e adaptáveis às necessidades de jovens e adultos que enfrentam circunstâncias semelhantes.

Quadro 14: Razões pelas quais não seguiu o percurso educacional típico

ID	Por que você não estudou na idade correspondente?
1	Não tinha interesse, trabalhava
2	Trabalhava
3	Trabalhava
4	Não tinha interesse
5	Não tinha interesse
6	Falta de transporte
7	Não tinha interesse
8	Não tinha interesse
9	Trabalhava, pais ou responsáveis não orientavam.
10	Trabalhava, falta de políticas educacionais.
11	Não tinha interesse
12	Não tinha interesse
13	Falta de transporte e trabalhava

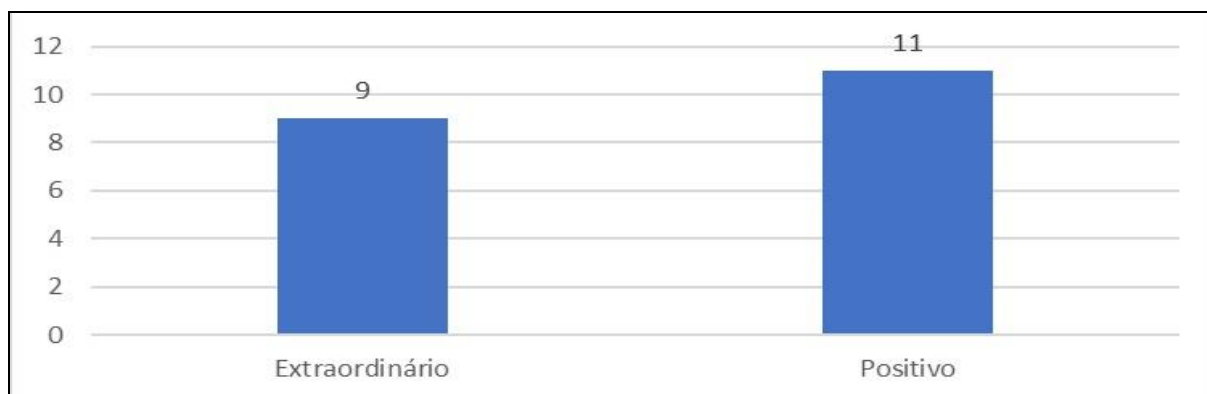
14	Trabalhava
15	Trabalhava e filho
16	Tive que parar o estudo por engravidar do primeiro filho.
17	Não tinha interesse
18	Pais ou responsáveis não orientaram
19	Trabalhava
20	Não tinha interesse, Filhos

Fonte: Dados da pesquisa

Na análise do Gráfico 34 referente ao impacto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na vida dos indivíduos, observamos uma predominância de respostas positivas. O gráfico mostra que 11 participantes avaliam o impacto da EJA como positivo, enquanto 9 o descrevem como extraordinário. Este resultado é um testemunho do valor percebido do programa EJA na melhoria da qualidade de vida dos participantes, proporcionando oportunidades de avanço pessoal e profissional.

Os números refletem uma resposta significativamente favorável ao programa, sugerindo que a EJA desempenha um papel crucial em possibilitar não apenas avanços educacionais, mas também contribuições significativas ao desenvolvimento pessoal e aumento da autoeficácia dos participantes. Isso pode indicar uma transformação positiva em várias dimensões de suas vidas, incluindo maior confiança, melhores oportunidades de emprego e uma visão mais otimista do futuro.

Gráfico 34: Impacto Pessoal através da EJA



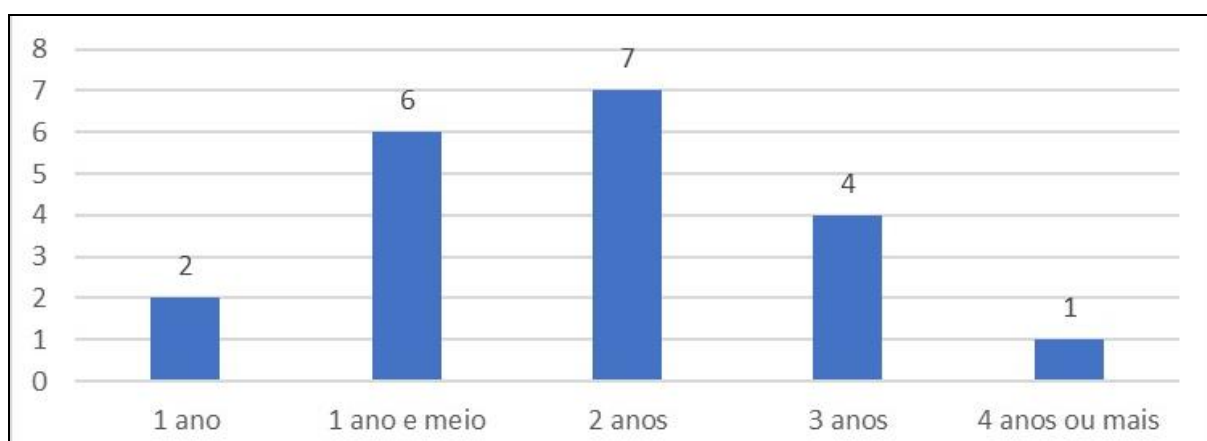
Fonte: Dados da pesquisa

Essas percepções reforçam a importância de programas de educação para adultos como meio de fomentar o crescimento pessoal e o desenvolvimento social. Além disso, destacam o papel da EJA como uma ferramenta de empoderamento, permitindo que os indivíduos ultrapassem barreiras educacionais e sociais e, assim, melhorem suas condições de vida e perspectivas futuras.

Em seguida o gráfico 35 apresentado abaixo mostra a distribuição do tempo despendido pelos participantes para concluir o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Observa-se que a maioria dos participantes (7 deles) concluiu o programa em 2 anos, enquanto 6 completaram em 1 ano e meio, o que pode sugerir uma eficácia na estrutura do programa que permite a conclusão em um período relativamente curto.

Além disso, 4 participantes relatam ter gastado 3 anos para concluir o programa e 2 participantes que finalizaram em apenas 1 ano. Nota-se também que uma minoria, 1 participante, levou 4 anos ou mais para concluir o EJA.

Gráfico 35: Tempo de conclusão da EJA



Fonte: Dados da pesquisa

Este Gráfico 35 é importante pois ilustra a variabilidade no tempo de conclusão do programa, o que pode estar associado a fatores individuais como disponibilidade de tempo, compromissos pessoais ou profissionais e dedicação ao estudo. A existência de um grupo que concluiu em um período mais longo, como os que levaram 4 anos ou mais, pode indicar desafios na jornada educacional, como a necessidade de conciliar estudos com outras responsabilidades, o que destaca a importância de oferecer flexibilidade nos programas de EJA para acomodar diferentes ritmos de aprendizagem e contextos de vida.

Analisando as respostas à pergunta sobre as dificuldades encontradas ao cursar a EJA, fica evidente que a questão dos horários das aulas foi a mais citada entre os participantes, evidenciada nas respostas dos perfis 1, 4, 5, 13 e 14. Esta recorrência sinaliza um desafio logístico que pode interferir na capacidade dos alunos de conciliar compromissos educacionais com outras responsabilidades pessoais e profissionais.

Outro ponto de dificuldade apontado pelos participantes foi a "Falta de uma base escolar", mencionada pelos perfis 2, 9 e 11, sugerindo que deficiências anteriores na educação

formal podem representar barreiras significativas ao progresso no programa EJA. Tal lacuna no conhecimento prévio pode exigir um esforço adicional tanto dos alunos quanto dos educadores para garantir que o aprendizado seja eficaz e que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Alguns participantes destacaram a dificuldade de "Estudar e trabalhar" simultaneamente, além das "Atividades e exercícios" do programa, conforme expresso pelos perfis 6 e 8. Isso reflete uma tensão entre as demandas da vida cotidiana e os requisitos do programa educacional, ressaltando a necessidade de flexibilidade e apoio para os estudantes adultos que frequentemente lidam com múltiplas responsabilidades.

É interessante notar que, apesar das dificuldades expressas, alguns participantes, como os dos perfis 7, 15, 18, 19 e 20, relataram "Nenhuma" dificuldade, o que pode indicar uma experiência positiva com o programa EJA ou a existência de condições favoráveis que facilitaram o seu percurso educacional.

Essas variadas experiências relatadas pelos alunos da EJA destacadas no Quadro 15 abaixo destacam a importância de se ter um programa educacional adaptável e receptivo às necessidades diversas de seus participantes, além de sugerir áreas em que o suporte adicional pode ser necessário para superar obstáculos ao sucesso educacional.

Quadro 15: Dificuldades durante a EJA

ID	Quais foram as dificuldades que você encontrou para cursar a EJA?
1	Horários das aulas
2	Falta de uma base escolar
3	Horário das aulas
4	Horário das aulas
5	Horário das aulas
6	Atividades e exercícios
7	Não teve dificuldade
8	Estudar e trabalhar, atividades e exercícios
9	Falta de uma base escolar, outras, filho pequeno
10	Não encontrei nenhuma dificuldade, pois o EJA abriu as portas para eu conseguir algo que eu já julgava estar fora de alcance pela minha idade.
11	Falta de uma base escolar.
12	Cansaço de trabalhar o dia inteiro e estudar depois.
13	Horário das aulas
14	Horário das aulas
15	Nenhuma
16	(Não preenchido)
17	Falta de informação
18	Não tive dificuldade
19	Não tive dificuldade

20

Nenhuma

Fonte: Dados da pesquisa

Seguindo a avaliação das as respostas fornecidas à pergunta seguinte "Depois da conclusão da EJA o que mudou na sua vida?", percebe-se um impacto significativo e multifacetado do programa sobre a vida dos participantes. As mudanças relatadas abrangem desde avanços educacionais e profissionais até transformações pessoais profundas.

O acesso a novas oportunidades educacionais é uma das transformações mais mencionadas, com perfis como o 1, 2, 11 e 20 detalhando como a EJA possibilitou a continuação dos estudos ou a realização de cursos desejados. Este resultado reafirma a importância da EJA como uma ponte para a educação continuada e para a realização pessoal e profissional.

As melhorias na carreira e na vida profissional também são frequentemente citadas, como ilustradas pelas experiências dos perfis 3, 9 e 14, que mencionam progresso no emprego ou novas oportunidades de trabalho. Estes avanços não só destacam o valor prático da EJA para a empregabilidade, mas também enfatizam como a educação pode ser um catalisador para a mobilidade social.

Além disso, vários participantes falam de crescimento pessoal e aumento de autoeficácia. Por exemplo, o perfil 6 descreve um despertar para a escrita, e o perfil 8 fala sobre a sensação de empoderamento. Esses relatos sublinham o efeito transformador da educação na autoimagem e na autoestima dos indivíduos.

Além dos aspectos individuais, algumas respostas sugerem um efeito mais amplo da EJA na comunidade. Por exemplo, o perfil 10 menciona um envolvimento mais ativo na política e o incentivo a projetos sociais, sugerindo que a EJA pode inspirar uma maior participação cívica.

Também é notável a diversidade de caminhos profissionais escolhidos após a conclusão da EJA, com os perfis 14, 15 e 17 relatando que seguiram para a educação superior em campos como pedagogia e enfermagem. Isso demonstra a capacidade da EJA de preparar os estudantes para uma variedade de trajetórias educacionais e profissionais.

As respostas coletadas expostas no Quadro 16 evidenciam que a EJA é mais do que um programa educacional; é uma intervenção que pode alterar fundamentalmente a direção da vida dos participantes, abrindo portas para novas oportunidades e transformando suas perspectivas de futuro.

Quadro 16: O que mudou após a EJA

ID	Depois da conclusão da EJA o que mudou na sua vida?
1	Consegui em menor tempo concluir, já que havia parado meus estudos.
2	Sim, após a EJA pude fazer cursos que eu queria.
3	Melhorou meu salário, já que sou concursada como auxiliar de serviços gerais. E pude fazer uma graduação.
4	Mudei de cidade, cursei faculdade.
5	Apreendi mais, fiz faculdade.
6	Me despertou como escritora, me fez sonhar com a faculdade e desenvolvi os conhecimentos gerais.
7	Mais conhecimento, que permitiu continuar os estudos e ter profissão (advogado).
8	Apreendi mais, possibilitou a ter um emprego de guarda na usina.
9	A visão que me trouxe a EJA, foi de empoderamento, de ser mais capaz.
10	Mudei meu meio social, fiquei mais ativo para a política, passei a incentivar projetos sociais, desde ajuda para pessoas carentes até para suporte para estudo.
11	Fui cursar uma graduação.
12	O interesse pelo estudo.
13	Muitas oportunidades.
14	Após a conclusão consegui ingressar em uma universidade, onde me graduei em pedagogia. Fui trabalhar na área da educação aonde já atuo há 14 anos.
15	Me formei, prestei vestibular e passei. Mudei totalmente minha vida!
16	Depois da minha conclusão de curso, eu resolvi seguir uma carreira, ingressando em uma faculdade de enfermagem com duração de 5 anos, está sendo ótimo.
17	Tudo, vida pessoal, profissional e financeira.
18	A autoestima, perspectiva de vida, possibilidade do ensino superior.
19	Conclui a EJA, ingressei na faculdade.
20	Após concluir a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ocorreram mudanças significativas na minha vida. Primeiramente, consegui um emprego no setor público estadual, o que representou um avanço profissional importante. Em sequência, tive a oportunidade de ser beneficiada com uma bolsa do Prouni para cursar Pedagogia. Esses progressos foram fundamentais, não apenas para a minha carreira, mas também para o meu desenvolvimento pessoal e capacidade de contribuir positivamente para a sociedade. A bolsa do Prouni, em particular, abriu as portas para o ensino superior, permitindo-me aprofundar meus conhecimentos e qualificar-me ainda mais na minha área de interesse.

Fonte: Dados da pesquisa

O Quadro 17 a seguir dá sequência as perguntas do questionário e traz a análise das respostas à pergunta "Qual a avaliação dos seus estudos na EJA?" o qual indica uma percepção altamente positiva do programa de Educação de Jovens e Adultos. A maioria dos participantes expressou uma satisfação notável com sua experiência educativa, evidenciando a relevância e a eficácia da EJA no que se refere ao seu impacto educacional e pessoal.

O perfil 1 destaca uma consequência significativa da educação na EJA, mencionando a autonomia ganha e a subsequente conclusão da faculdade, enquanto o perfil 2 oferece uma avaliação simples e direta com uma nota "10", um indicador claro de uma experiência

altamente valorizada.

Percebe-se uma temática comum de crescimento e desenvolvimento através das respostas, como a do perfil 4 que aprecia a oportunidade de concluir o Ensino Médio em menor tempo e a do perfil 5 que enfatiza não só a aprendizagem, mas também a socialização e a construção de amizades.

A excelência dos professores e a qualidade do ensino foram notadas pelo perfil 6, complementando a visão de que o tempo investido foi produtivo e valioso. Respostas como as dos perfis 11 e 12 revelam um profundo apreço pelo conhecimento adquirido e a dedicação ao aprendizado, sublinhando a eficácia da EJA em fornecer um ensino substancial.

Os perfis 13 e 14 falam de excelência e de contribuições para sua formação, destacando que a educação recebida abriu portas para novas oportunidades, uma ressonância comum entre muitos dos participantes.

Interessante é o contexto mencionado pelo perfil 16, que avalia a experiência como positiva mesmo durante a pandemia, evidenciando a capacidade de adaptação do programa e sua continuidade sob circunstâncias desafiadoras.

Quadro 17: avaliação dos estudos na EJA

ID	Qual a avaliação dos seus estudos na EJA?
1	Positiva. Hoje tenho autonomia, cursei faculdade.
2	10, aprendi muito.
3	Positiva, contribuiu muito.
4	Me permitiu concluir o Ensino Médio em menor tempo.
5	Foi proveitoso, aprendi, estudei, fiz amigos.
6	Excelente, tivemos professores preparados, e mesmo com o tempo resumido foi proveitoso.
7	Positiva, aprendi bem e não teve dificuldade ao cursar a graduação.
8	Proveitosa.
9	Positiva, trouxe aprendizagem, ensinamento que melhorou muito a minha vida.
10	Eu diria muito positiva, pois abriu o meio acadêmico em minha vida.
11	Me dediquei para adquirir conhecimento.
12	Excelente.
13	Ótimo.
14	Contribuíram para minha formação estudantil e surgiram novas oportunidades através dos conhecimentos adquiridos pelos estudos.
15	Na minha época fui fazer EJA com um propósito e consegui vencer.
16	O que eu avalio é que foi em um período de pandemia, tivemos que estudar online, foi uma novidade pra mim e todos cursando. Mas foi muito bom.
17	Oportunidade para quem não aproveitou no momento certo.
18	Ótima, 100% concluída.
19	Ótima, ingressei na faculdade trazendo os conhecimentos que vivi na EJA.

20	100%, foi ótimo.
----	------------------

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas à pergunta "Qual foi o maior incentivo na EJA?" revelam uma gama de motivações pessoais e externas que levaram os indivíduos a se engajar no programa de Educação de Jovens e Adultos. De motivações familiares a ambições pessoais e profissionais, os incentivos são tão variados quanto os perfis dos participantes.

Para alguns, como os perfis 1 e 5, a motivação veio dos filhos e do desejo de assegurar um futuro melhor para eles, possivelmente oferecendo mais estabilidade ou oportunidades de emprego. O perfil 3 menciona o incentivo da família, reforçando o papel do suporte familiar como um fator importante na decisão de buscar educação adicional.

Outros encontraram incentivo no desejo de crescimento pessoal ou profissional. Por exemplo, o perfil 4 foi motivado pela vontade de avançar profissionalmente, e o perfil 2 buscou na EJA uma ponte para o ensino superior. Isso mostra como o programa EJA pode servir como um trampolim para aspirações maiores.

A influência de amigos e pessoas próximas também foi fundamental, como indicam os perfis 6 e 7, onde amigos e familiares desempenharam um papel vital no incentivo aos estudos. Da mesma forma, o perfil 8 destaca o suporte da esposa, o que mostra o quanto o encorajamento de entes queridos pode ser decisivo.

Incentivos internos também são evidentes, como no caso do perfil 9, onde o desejo de estudar teologia serviu como um chamado pessoal para a educação. E no perfil 10, onde a figura de uma coordenadora é citada como uma fonte constante de motivação e apoio.

O perfil 14 menciona o estímulo constante dos professores, destacando o papel significativo que os educadores desempenham no encorajamento e no apoio ao progresso dos alunos.

Cada um desses perfis representados no quadro 18 ilustra como o incentivo para a educação de adultos pode vir de muitas direções e como a combinação dessas fontes de motivação pode levar a uma experiência enriquecedora na EJA, proporcionando não apenas conhecimento, mas também um sentido de realização e propósito.

Quadro 18: Maior incentivo pessoal

ID	Qual foi o maior incentivo na EJA?
1	Meu filho. Queria um emprego melhor.
2	Fazer uma faculdade.
3	Minha família.

4	A vontade de crescer profissionalmente.
5	Meu filho.
6	Uma vizinha que estava cursando o EJA me convidou e despertou o interesse. Até então, eu não conhecia o EJA.
7	Família e amigos que incentivaram.
8	A esposa incentivou, pois não tinha nem o ensino fundamental completo.
9	Fazer a EJA para cursar teologia.
10	As boas amizades para o estudo e principalmente a coordenadora da época chamada Rose, sempre incentivava e buscava o melhor de todos.
11	Tio policial.
12	Conclusão do ensino médio.
13	Professora Deusmarina.
14	Foram os professores que nos incentivaram constantemente a estudar e não desistir dos nossos sonhos.
15	Meus professores sempre me incentivavam.
16	Quanto aos meus estudos tive o privilégio de conhecer ótimos professores e isso tornou um incentivo grande, quanto mais eu estudava, mais eu queria estudar.
17	Meus filhos, disputávamos até as notas para eles valorizarem os estudos.
18	Convivência com outras pessoas, ótimos professores.
19	Terminar o ensino médio mais rápido.
20	O maior incentivo para participar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi a busca por melhores oportunidades de emprego e a possibilidade de cursar o ensino superior.

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas finais do questionário, referentes à pergunta "Você recomendaria a EJA para quem não teve oportunidade de estudar no tempo certo e por quais motivos?", refletem uma aprovação abrangente e multifacetada do programa de Educação de Jovens e Adultos. As motivações para tal recomendação são amplas e profundamente pessoais, evidenciando os efeitos transformadores e inclusivos da EJA.

De acordo com os dados do Quadro 19, muitos participantes, entre eles, 1 e 5, enfatizam a importância do acesso a uma educação que eles perderam em suas juventudes, indicando que a EJA serve como uma segunda chance para aprender e crescer. Alguns, como o perfil 2, valorizam a EJA por permitir a conclusão rápida dos estudos, enquanto outros, como o perfil 4, a veem como uma forma de alcançar uma educação de qualidade de maneira mais flexível.

A interação social e o desenvolvimento pessoal são destacados por perfis como o de 6, onde a experiência da EJA é vista como uma jornada de autoconhecimento e crescimento. Para outros, como no perfil 7, a educação é um passo para uma carreira profissional ou para a

realização pessoal, mostrando que a EJA pode abrir portas anteriormente fechadas.

Além disso, é notável como a EJA é considerada um meio para alcançar metas educacionais específicas, como é o caso do perfil 11, que a via como um caminho para a obtenção de novas oportunidades. O perfil 13 destaca a inclusão social como um aspecto chave, sublinhando a capacidade do programa em criar um espaço acolhedor e acessível para todos.

Quadro 19: Impacto e Recomendação da E

ID	Você recomendaria a EJA para quem não teve oportunidade de estudar no tempo certo e por quais motivos?
1	Sim, algumas vezes, o jovem não motiva não estuda nos tempos certos, a EJA é uma oportunidade.
2	Sim, menos tempo para finalizar os estudos.
3	Sim, contribui para quem não teve oportunidade no tempo certo.
4	Sim, ela oportuniza o término dos estudos em menor tempo e com qualidade.
5	Sim, Aproveitar a oportunidade de terminar os estudos.
6	Sim, interação com as pessoas, abertura de consciência, chance de novos caminhos profissionais e realização pessoal.
7	Sim, recomendaria. Porque o tempo de estudo que é menor ajuda a buscar mais rápido os objetivos e os conteúdos foram condizentes.
8	Sim, sempre recomendo. Principalmente para quem não sabe ler e escrever.
9	Sim, menos tempo para finalizar os estudos.
10	Indicaria principalmente pelo atraso do estudo, pois muitos perdem o ânimo devido a ele, segundo pelo cansaço, grande parte das pessoas trabalham e nesse ponto os professores da EJA tentam passar o conteúdo mais resumido sem perder a qualidade do seu ensino.
11	Com certeza. A EJA abre novas oportunidades.
12	Recomendaria, para as pessoas que não teve a oportunidade de estudar no passado.
13	Sim, é uma oportunidade que traz uma inclusão.
14	Recomendaria sim, por ser uma grande oportunidade de concluir nossos estudos.
15	Sim, com certeza. Quando terminei a EJA logo passei no vestibular, fiz duas faculdades, hoje sou professora do ensino fundamental e médio. E Já fui professora na EJA do 6 ano ate a 3 série.
16	Sim, para pessoa recuperar o tempo perdido, e seguir uma carreira profissional.
17	Certamente, eu recomendaria a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para aqueles que não tiveram a chance de estudar na época considerada convencional.
18	Sim, conclusão mais rápido, conteúdos bem preparatório mais prático.
19	Sim, terminar o ensino médio mais rápido.
20	Certamente, eu recomendaria a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para aqueles que não tiveram a chance de estudar na época considerada convencional. A EJA oferece uma oportunidade valiosa para retomar os estudos em um ambiente que respeita a maturidade e as experiências de vida dos alunos, com uma abordagem de ensino adaptada às suas necessidades e horários flexíveis, o que é ideal para quem tem compromissos como trabalho ou cuidados familiares. Além disso, o ritmo acelerado e a eficácia do programa permitem que os estudantes avancem rapidamente em sua educação, muitas vezes proporcionando uma educação de qualidade e permitindo que alcancem seus objetivos educacionais e profissionais em um período de tempo relativamente curto. Essa combinação de flexibilidade, relevância e qualidade faz da EJA uma opção de ensino excepcional para a educação de adultos.

Fonte: Dados da pesquisa

De maneira consistente, a EJA é recomendada como uma alternativa valiosa para aqueles que buscam não apenas educação, mas também um sentido de comunidade e apoio, como indicam os comentários positivos de perfis como o de 19.

No perfil 20, a recomendação da EJA é entusiasticamente afirmativa, com o participante reconhecendo o impacto significativo que o programa teve em sua vida. O motivador central para esta recomendação parece ser a oportunidade de recuperar o tempo perdido e de atingir metas educacionais que uma vez pareceram fora de alcance. Este indivíduo viu a EJA não apenas como um ambiente de aprendizado, mas como um portal para novas possibilidades, enfatizando que a educação adulta oferece uma experiência rica e valiosa, que vai além do acadêmico e se entrelaça com o crescimento pessoal e profissional.

O participante de 20 destaca a flexibilidade do programa, que permite a conciliação entre os estudos e outras responsabilidades, seja trabalho ou família. Além disso, a relevância e qualidade do ensino são apontadas como características distintivas da EJA, sugerindo que o programa proporciona uma educação que é ao mesmo tempo pragmática e profundamente impactante.

Esse perfil, portanto, resume a essência do que muitos participantes sentem em relação à EJA: ela é uma oportunidade excepcional para a educação de adultos, oferecendo uma segunda chance para aqueles que não tiveram a oportunidade de completar seus estudos no tempo tradicionalmente esperado. A EJA é recomendada por oferecer uma ponte para a realização de sonhos e objetivos educacionais, além de ser uma plataforma que apoia o desenvolvimento pessoal contínuo e o avanço na sociedade.

Essas respostas ilustram o valor inestimável da EJA para a comunidade de estudantes adultos, enfatizando a capacidade do programa em adaptar-se às necessidades individuais e em oferecer mais do que educação: uma oportunidade de transformação pessoal e coletiva. A recomendação da EJA por esses participantes não é apenas um endosso da sua eficácia, mas também uma celebração da sua capacidade de tocar e mudar vidas de maneiras significativas e duradouras.

Dessa forma, percebe-se claramente a importância fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no desenvolvimento regional de Itapuranga. As histórias de transformação pessoal, reveladas pelas respostas dos participantes, tecem juntas o progresso comunitário. A EJA contribui significativamente para o crescimento individual, outorgando aos cidadãos habilidades cruciais para o sucesso em um mundo em constante mudança. As experiências compartilhadas pelos egressos refletem não apenas suas jornadas pessoais, mas

também a capacidade de resiliência e o potencial de crescimento da região.

Demonstra, ainda, que a EJA representa mais do que uma oportunidade educacional, ou seja, ela é um impulsionador de transformações positivas. O programa ultrapassa o escopo da educação formal, impulsionando o fortalecimento comunitário, promovendo a inclusão social e auxiliando na diminuição das desigualdades educacionais.

Assim, a EJA se mostra como um elemento-chave na estratégia de desenvolvimento local, representando um investimento no potencial humano que se traduz em avanços socioeconômicos.

Dessa forma, é essencial o reconhecimento, o suporte e a ampliação das iniciativas de educação para adultos, a fim de que o impacto da EJA no desenvolvimento de Itapuranga seja sustentável e continue a expandir.

CONCLUSÃO

A investigação a fundo do impacto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na região de Itapuranga, revela não apenas benefícios educacionais diretos, mas também contribuições significativas para o desenvolvimento socioeconômico regional. Em um cenário onde o desenvolvimento sustentável é crucial, a EJA se mostrou uma ferramenta poderosa para fomentar a inclusão social e impulsionar a economia local, oferecendo uma formação que prepara os cidadãos não apenas para o mercado de trabalho, mas também como participantes ativos na sociedade.

A problemática central desta dissertação focou em investigar como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode influenciar o desenvolvimento regional de Itapuranga, especialmente no que tange ao avanço social e econômico dos indivíduos e da comunidade. O estudo conseguiu resolver essa questão demonstrando que a EJA não apenas oferece uma segunda chance educacional para adultos, mas também desempenha um papel crucial na preparação desses indivíduos para melhor inserção no mercado de trabalho e para uma participação mais ativa na sociedade. Os dados coletados e analisados mostraram que os participantes do programa tiveram melhorias significativas em suas vidas, incluindo aumento de qualificação profissional, autoestima e capacidade de contribuir positivamente para a comunidade.

Além disso, o programa EJA provou ser uma ferramenta essencial na mitigação de longas disparidades educacionais na região, abordando diretamente o problema da exclusão educacional e suas consequências socioeconômicas. Ao proporcionar educação adaptada às necessidades de adultos, muitos dos quais foram previamente marginalizados pelo sistema educacional tradicional, a EJA contribui para quebrar ciclos de pobreza e desemprego. Isso foi evidenciado pela expressiva quantidade de participantes que, após concluírem o programa, encontraram melhores oportunidades de trabalho, alcançaram maior estabilidade financeira e melhoraram sua qualidade de vida. Esses resultados não apenas confirmam a eficácia do programa EJA em responder à problemática levantada, mas também sublinham a importância de continuar e expandir iniciativas de educação para adultos como estratégia de desenvolvimento regional e sustentável.

Além dos benefícios individuais, a EJA em Itapuranga tem um impacto substancial no desenvolvimento regional. A capacitação e qualificação profissional proporcionadas pelo programa contribuem diretamente para a melhoria da economia local. Indivíduos que retornam à educação e concluem seus estudos por meio da EJA frequentemente adquirem

habilidades que são valorizadas no mercado de trabalho, o que, por sua vez, eleva o nível de empregabilidade e a produtividade regional. Isso gera um efeito multiplicador, onde a educação dos adultos não só melhora suas condições de vida, mas também fortalece a economia local ao aumentar a oferta de mão de obra qualificada e preparada para enfrentar os desafios do mercado.

A relevância da EJA para o desenvolvimento de Itapuranga é ainda mais evidente quando consideramos os aspectos sociais e comunitários. A inclusão educacional promovida pela EJA permite que os cidadãos participem mais ativamente da vida cívica e política, contribuindo para uma sociedade mais democrática e engajada. A educação de adultos promove a conscientização sobre direitos e deveres, estimulando a participação em iniciativas comunitárias e o fortalecimento do capital social. Esse engajamento cívico é crucial para o desenvolvimento sustentável, pois cidadãos informados e educados tendem a tomar decisões mais conscientes e a colaborar para o bem-estar coletivo, fomentando um ambiente propício ao crescimento e à prosperidade regional.

Os objetivos delineados no início desta pesquisa foram amplamente alcançados através de uma metodologia rigorosa e uma análise crítica dos dados coletados. Demonstrou-se como a EJA atua como catalisador de mudanças, proporcionando qualificação para a mão de obra local, o que é essencial para o crescimento econômico da região.

O impacto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) estende-se significativamente às trajetórias profissionais dos participantes, conforme revelado pelos dados do questionário. Muitos egressos, que anteriormente não possuíam o ensino médio completo, conseguiram através da EJA adquirir as qualificações necessárias para ingressar em profissões regulamentadas, como a polícia, o direito e a enfermagem.

Essa transformação é fundamental, pois para muitos desses indivíduos, a conclusão do ensino médio via EJA foi a porta de entrada para carreiras que são vitais para o tecido social e econômico da região de Itapuranga. Os participantes do programa, ao se qualificarem, não somente encontraram melhores oportunidades de trabalho, como também se tornaram agentes de transformação, capazes de influenciar positivamente o ambiente econômico e social.

A melhoria na qualidade de vida dos participantes, com ganhos em autoestima e autonomia, destaca a EJA como um promotor de desenvolvimento humano. Esse aspecto é crucial para a dinâmica regional, pois indivíduos empoderados e educados contribuem mais efetivamente para suas comunidades, apoiando um ciclo virtuoso de desenvolvimento contínuo.

A pesquisa revelou que a EJA também é um importante vetor para a inclusão social,

reintegrando ao sistema educacional aqueles que foram por ele marginalizados. Este retorno à educação formal é um passo fundamental para o desenvolvimento regional, pois prepara os cidadãos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma participação cívica ativa, promovendo uma sociedade mais informada, crítica e engajada.

As informações coletadas apontam para a necessidade de políticas educacionais que sejam inclusivas, equitativas e adaptadas às realidades dos adultos que buscam na educação uma chance de transformar suas vidas. Essa perspectiva está em consonância com os princípios da educação popular o qual se constitui um processo dialógico e emancipatório.

A análise detalhada das respostas ao questionário fornecidas pelos 20 participantes da EJA em Itapuranga fornece percepções cruciais sobre a eficácia do programa e seu impacto transformador. Através destas respostas, foi possível identificar uma melhoria tangível na autoconfiança e nas perspectivas de emprego dos egressos, ressaltando a vitalidade da EJA como uma ferramenta de capacitação. Estes resultados são essenciais para compreender como a educação continuada pode ser uma alavanca para a mobilidade social, permitindo que os indivíduos superem barreiras socioeconômicas históricas.

Além disso, o retorno dos participantes sobre a qualidade e relevância do conteúdo educacional oferecido pela EJA indica que o programa não apenas atende às necessidades básicas de educação, mas também se adapta às exigências do mercado de trabalho local e às expectativas dos alunos. Esta flexibilidade é particularmente importante em regiões em desenvolvimento, onde as demandas econômicas e sociais estão em constante evolução. A capacidade de integrar conhecimento aplicável e habilidades práticas no currículo da EJA reforça sua relevância e eficácia, ajudando a fechar a lacuna entre educação e empregabilidade.

Finalmente, as narrativas coletadas durante a pesquisa enfatizam a importância de considerar a EJA não apenas como um meio de educação, mas como uma plataforma de inclusão e justiça social. Os relatos de vida dos participantes ilustram a profunda interconexão entre educação, desenvolvimento pessoal e progresso comunitário.

Portanto, o investimento contínuo na EJA é crucial para o desenvolvimento regional sustentável, pois promove uma sociedade mais equitativa, onde o acesso à educação e as oportunidades são distribuídas de maneira mais justa. Este estudo reafirma a necessidade de políticas públicas robustas que apoiem a educação de adultos, visando o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas para enfrentar os desafios contemporâneos e futuros de Itapuranga.

As implicações deste estudo para o desenvolvimento regional de Itapuranga mostra

que a capacitação oferecida pela EJA gera uma mão de obra mais qualificada, o que é diretamente benéfico para a economia local. Além disso, o aumento da educação entre os adultos promove uma maior estabilidade social e econômica. Investir na EJA é, portanto, uma estratégia eficaz para impulsionar o desenvolvimento econômico local e regional, fortalecendo as bases para uma comunidade mais resiliente e adaptável às mudanças globais.

No entanto, é fundamental reconhecer algumas limitações que podem ter influenciado os resultados e propor novos estudos que possam aprofundar a compreensão sobre o tema.

Uma das principais limitações do estudo foi o número relativamente restrito de participantes. Embora os dados coletados tenham sido significativos, um número maior de entrevistados poderia fornecer uma visão mais abrangente e diversificada das experiências e percepções dos alunos da EJA. Para futuros estudos, seria benéfico expandir a amostra para incluir uma gama maior de participantes, assim como explorar diferentes contextos regionais para comparar os impactos da EJA em distintas áreas geográficas. Adicionalmente, a investigação de outros aspectos, como a influência de políticas educacionais específicas e a análise longitudinal do impacto da EJA ao longo do tempo, poderia contribuir para um entendimento mais completo e robusto dos benefícios e desafios associados à educação de jovens e adultos. Estes novos estudos poderiam ajudar a identificar estratégias mais eficazes para fortalecer a EJA e ampliar seu alcance, promovendo uma inclusão social ainda maior e um desenvolvimento regional mais sustentável.

Em conclusão, este estudo não somente validou a importância da EJA como um componente crítico no panorama educacional para adultos, mas também destacou seu papel indispensável no desenvolvimento regional. Ao proporcionar educação, a EJA não somente transforma vidas, mas também configura a estrutura socioeconômica da região de Itapuranga, promovendo um desenvolvimento que é inclusivo, sustentável e abrangente. A continuidade e a expansão do programa são, portanto, essenciais para o futuro de Itapuranga, assegurando que o potencial de cada cidadão seja plenamente realizado em benefício do desenvolvimento regional e da justiça social. Esta pesquisa reforça a necessidade de políticas educacionais que priorizem a educação de adultos como uma ferramenta de transformação social e econômica, capaz de conduzir Itapuranga a um futuro mais próspero e equitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, M. R. M. de et al. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300015>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ARRAIBAS, C. da G.; TONIOL, R. Religiosidade em Transição: práticas místicas e esotéricas nas cidades de São Paulo e Porto Alegre. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 97, 2013.
- ARROYO, M. G. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ATLAS BRASIL. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação João Pinheiro (FJP). Perfil do Município de Itapuranga. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/521120>. Acesso em: 01 mar. 2024.
- ARAÚJO, R. M. **A liberdade como princípio para uma educação transformadora**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- AZEVEDO PALHARES, E.; DA SILVA, F. C. Do que é feita a diversidade na EJA? Compreensões a partir das Epistemologias do Sul. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 61, n. 68, 2023. DOI: 10.21680/1981-1802.2023v61n68ID32550. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/32550>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BALSANELLI, Á. P. **Aprendizagem de jovens e adultos**: a aprendizagem a seu tempo, 2021.
- BALTAR, A. L.; GONZALEX, M. M.; GONZALO, L. J.; CHAPARRO, M. DEL S. P.; ALBERTO, L. G.; PIRES, J. F. Diferencias en función de la edad y la autopercepción del envejecimiento em ansiedad, RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA ISSN 2763-8405 TRANSTORNOS DE HUMOR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO NARRATIVA Júlia Maria Rodrigues Guimarães, Anna Myrna Jaguaribe de Lima RECISATEC - REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA v.1, n.2, 2021.
- BARBOSA, M. S. S. **O Papel Da Escola**: Obstáculos E Desafios Para Uma Educação Transformadora. 2004.
- BARBOSA FILHO, F. H.; ULYSSEA, G.; VELOSO, F. Causas e Consequências da informalidade no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: Uma análise da queda recente. Vol. 1. Brasília: Ipea, 2006.
- BLUSTEIN, D. L.; GUARINO, P. A. Work and Unemployment in the Time of COVID-19:

The Existential Experience of Loss and Fear. *Journal of Humanistic Psychology*, [s.l.], v. 60, n. 5, p.1-12, 18 abr. 2020. DOI 10.1177/0022167820934229. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022167820934229>. Acesso em: 14 de abril, 2024.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educ. Rev.*, Belo Horizonte, n. 10, p. 3-15, dez. 1989.

BOURDIEU, P. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, 12 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 20 de março de 2018. Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 mar. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Altera os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e acrescenta art. 214, com a redação que se segue, para estabelecer o plano nacional de educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, CNE, 2000a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em 22 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/2000, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024

CÂMARA MUNICIPAL. História. 2017. Disponível em: <http://www.camaraitapuranga.go.gov.br/municipio/3-historia.html>. Acesso em: fev. 2024.

CAMPOS, K. M. *Dinâmica socioespacial de Itapuranga no contexto da modernização e da rede urbana. Modernização: conceito, atores e sentidos*. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia,

2017.

CAMPOS, C. A. Estruturação do Indicador de Sustentabilidade Dashboard Aplicado à Produção Familiar de Frutas Orgânicas no Município de Itapuranga-GO. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CAJNER, T. et al. The U.S. Labor Market During the Beginning of the Pandemic Recession. National Bureau of Economic Research, Working Paper 27159, 2020.

CARVALHO, A. L. B. et al. Regionalização no SUS: processo de implementação, desafios e perspectivas na visão crítica de gestores do sistema. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1155-1164, 2017.

CARVALHO, B. P.; ARAUJO, C. F.; METTE, F. M. B. A Influência das Rotas de Escassez de Renda na Atitude ao Endividamento: Um Modelo de Mediação-Moderada. XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2022. On-line. ISSN 2177-2576. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/23691/2/A_Influencia_das_Rotas_de_Escassez_de_Renda_na_Atitude_ao_Endividamento_Um_Modelo_de_MediaoModerada.pdf. Acesso em: [data de acesso].

CARVALHO, S. P. Agricultura familiar e agroindústria canavieira: integrações e contradições. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CASSAR, V. B. Direito do Trabalho. São Paulo: Método, 2016.

CAZELLI, S. Ciência, Cultura, Museus, Jovens e Escola: Quais as relações? Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

COALTER, F. Sport for Development: What game are we playing? Routledge, 2013.

CORREA, E. P. Formações rochosas localizadas na região da Serrinha, em propriedade de Divino Correa. [S.l.: s.n, s.d.].

COSTA, I. S.. Experiências e lutas de memória em Itapuranga-GO. [s.d.]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/23_IsmarCosta_ExperienciasELutasDeMemoria.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.

CUNHA, C. M Introdução - discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC, Salto para o futuro - Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CUNHA, M. A. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul./dez. 2007.

DAL ROSSO, S. Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2008.

DELGADO, M. G. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2017.

DIAS, K. C. B. Rede municipal de ensino: passado e presente – Juiz de Fora, MG: Editora Garcia, 2019.

DI PIERRO, M. C. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 04 mar. 2024.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a Redefinição da Identidade das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial-Out. 2005.

DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio-ago., 2015.

DI PIERRO, M. C. Educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, 2010.

DOWBOR, L. A reprodução social. São Paulo, Vozes, 1998.

FACEBOOK. Amax - Xixazao, 2024. Disponível em: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=5370877846349662&set=pb.100002824997170.-2207520000&type=3&locale=pt_BR. Acesso em: fev. 2024.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Saraiva, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. Pedagogia da tolerância. São Paulo: UNESP, 2004

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. Educação de Adultos como Direito Humano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GARDNER, H. Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, c1994. Publicado originalmente em inglês com o título: The frames of the mind: the Theory of Multiple Intelligences, em 1983.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do

terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2012.

GOMES, H.; NETO, A. T. Geografia: Goiás-Tocantins. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico UFG, 1993.

GUERRIERO, I. C. Z. Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: entre a norma e sua aplicação. *Práxis Educativa*, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21203.010. (Para referências de artigos, a ABNT sugere incluir o volume e o número da página, que não foram fornecidos).

HADDAD, S. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Lições da prática. Educação & Sociedade, 2005.

HAIR JR., J. et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HELOANI, R.; BARRETO, M. Assédio moral no trabalho. Cengage Learning, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Itapuranga-GO. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/> > Acesso em: jun. 2016.

IBGE. Itapuranga: panorama. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itapuranga/panorama>. Acesso em: 19 fevereiro 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Dados sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. 2020.

ITAPURANGA (GO). Câmara Municipal. Aspecto do município de Itapuranga (GO). [196-?]. Disponível em: <http://www.camaraitapuranga.go.gov.br/municipio/3-historia.html>. Acesso em: fevereiro de 2024.

LAVINAS, L. Can Basic Income Resist the Financialization Logic? Keynote address at the 18th World Congress of the Basic Income Earth Network, 24-26 August 2018, University of Tampere, Finland, 2018.

LAVINAS, L. The Collateralisation of Social Policy under Financialized Capitalism. Development and Change. Forum 2018., vol 49, Number 2, March 2018: 502-517.

LEITE, S. A. A construção da escola pública democrática: algumas reflexões sobre a política educacional. In: SOUZA, B. P. (Org.). Orientação à queixa escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LEMOS, F. T. Terra Xixá: Histórico de Itapuranga. 1990.

LIBÂNEO, J C. Didática. 2ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Didática. – São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. et. al. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, A. B. Educação financeira nas escolas: Uma proposta de inclusão curricular. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30529/30529.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2024..

LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 2001

MACHADO, B. P. Fernando de Azevedo e o conceito de Educação Pública no Brasil. 2018, 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. IBILCE – UNESP, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 12 abril 2024.

MANZATO, G.; SANTOS, N. M. B. F. Qualidade de Vida no Trabalho: Perspectivas e Desafios Atuais. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, v. 12, n. 1, p. 121-136, 2012. ISSN 1984-6657. Disponível em: <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIANO, R. Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MATOS, G. R. Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de ItapurangaGO. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MIRANDA, L. C. de P.; SOUZA, L. T.; PEREIRA, I. R. D. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. 2016.

MONROE, P.. História da Educação. Tradução Idel Becker. 11. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

MORAES, C. M.; ARAÚJO, L. F.; NEGREIROS, F. Educação de Jovens e Adultos e representações sociais: um estudo psicossocial entre estudantes da EJA. Interação: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 529-541, jul./set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i3.2312>.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NEGREIROS, F.; SILVA, C. F. C.; SOUSA, Y. L. G.; SANTOS, L. B. Análise psicossocial

do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. *Psicologia em Pesquisa*, v. 11, n. 1, 2017.

NERES, E. A.; BATISTA, I. B. M. Gênero, Raça e Classe na EJA: Trajetória de Vida de Mulheres Afrodescendentes de Sucesso Educacional. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Corpo, Raça, Sexualidade e Gênero*, 1, 2019, Parnaíba. Parnaíba: Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), 2019.

NICOLA, M. et al. The socio-economic implications of the coronavirus and COVID-19 pandemic: a review. *International Journal of Surgery*, 2020.

OLIVEIRA, A. R. Educação e exclusão: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1620/000353654.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Diretrizes sobre salários mínimos. Genebra: OIT, 2020.

PAIVA, J. Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, T. V.; OLIVEIRA, R. A. A. Juvenilização da EJA como efeito colateral das políticas de responsabilização. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 29, n. 71, p. 528-553, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPURANGA. História. Disponível em: <https://itapuranga.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 19 fev. 2023.

PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

RAMOS, L. Q. Educação para Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: Historiando no Processo. Goiânia, 2021.2.

RAMOS, K. L. N. O Projeto dos Colégios-Modelo no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio na Bahia: Nuances da Trajetória do Colégio Estadual Odorico Tavares (1994-2019). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Licenciatura em Pedagogia, 2023.

REIS, C. S. F. História e memória do Xixá: os olhares se voltam ao Xixazão. Universidade Estadual de Goiás, UnU Itapuranga, 2017.

ROSA, D. A. Potencialidade paisagística da Serra do Gigante em Itapuranga/GO. Goiânia, 2020.

SANTOS, L. C. Questionário: considerações gerais. 2017. Disponível em: www.lcsantos.pro.br. Acesso em: 25 março 2024.

SANTOS, A. R.; LIMA, L. N. M. Memórias do Xixá: Itapuranga na Lembrança e na Voz das Artesãs do Conviver. Universidade Estadual de Goiás, 2016. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Andressa-Rodrigues-Santos.pdf>. Acesso em: 19 fevereiro 2024.

SANTOS, I. V. et al. A importância da análise da escola e de suas propostas pedagógicas na formação de novos professores. 2021. Disponível em: <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/61a28440-d8a4-4150-ae1a-1ea80a883292-trabalho-completo--viii-cepepdf.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SANTOS, B. de S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, E. L. A EJA numa perspectiva de inclusão. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação de Jovens e Adultos), orientação da Dra. Leila Pessoa Da Costa - [Instituição], [Local]. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uem_eunicelopesdossantos.pdf. Acesso em: 04 mar. 2024.

SANTOS, L. M. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, 2005.

SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

SEDUC/GO. Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás 2023. Goiânia-GO, 2023. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/Diretrizes-Operacionais/DiretrizesOperacionaisUE.pdf>.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPLAN. Secretaria do planejamento e desenvolvimento do estado de Goiás. Indicadores econômicos estatísticas básicas. Itapuranga, pólo regional com crescimento econômico sustentável. Economia & Desenvolvimento: Conjuntura socioeconômica de Goiás. nº 24. nov/dez 2006. Disponível em: . Acesso em 2 fev. 2024.

SILVA, G. O. V. Capital Cultura, Classe e Gênero em Bourdieu. INFORMARE – Cad. Prog. Pós-Grad. CioInf., v. 1, n. 2, p. 24-36, jul./dez. 1995.

SILVA, T. V. A Educação como Direito Humano na EJA. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Educação - Unesp, 2020.

SILVA, V.; PINHEIRO, C. T. Itapuranga: representação de um passado. (2020?) Disponível em: <http://www.camaraitapuranga.go.gov.br/municipio/3-historia.html>. Acesso em 22 de jan. 2024.

SILVA, M. M. Desafios Intersetoriais: possibilidades de diálogos e a Educação de Jovens e Adultos. Curitiba: Appris, 2017.

SOARES, F. V. et al. Cash transfer programmes in Brazil: impacts on inequality and poverty. Brasília: IPC, 2006. (IPC Working Paper, n. 21).

SOARES, L; GIOVANETTI; M. GOMES, N. L. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. São Paulo: Autêntica, 2005.

SOARES, L. Educação de jovens e adultos: reflexões e desafios atuais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SOUZA, J. Educação e história da educação no Brasil. Educação Pública, 2021.

SUZUKI, J. C.; CASTRO, R. de C. M. L. de; GALDINO, G. (Orgs.). A precarização do trabalho e as crises dos modelos produtivos na América Latina no Século XXI [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/911/824/3004?inline=1>. Acesso em: [data de acesso].

THALER, R. H.; SUNSTEIN, Cass R. Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness. New Haven: Yale University Press, 2008.

TEIXEIRA, A. Pequena Introdução à Filosofia da Educação, ou, a Transformação da Escola. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VALORE, L. A. A problemática da escolha profissional: as possibilidades e compromissos da ação psicológica. In: SILVEIRA, A. F. et al. (Orgs.). Cidadania e participação social.

VEAL, A. J. Leisure, Sport and Tourism, Politics, Policy and Planning. CAB International, 2017.

VENCO, S. Desvendando as teias do poder empresarial: globalização e reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 2005.

VILLAYERDE, L. O retorno das mulheres à EJA: Um retrato de superação e obstinação. Itaquí: Universidade Federal do Pampa, 2023.

VYGOTSKY, L. S. Mind in society: The development of higher psychological processes. Massachusetts: Harvard University Press. 1978

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Hellen Christian de Faria Andrade Rocha, RG nº 4059603 SSP-GO, aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, com pesquisa na Linha de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional, com a orientação do Dr. Sérgio Caruso, venho por meio desta, fazer um convite para participar do meu Projeto de Pesquisa intitulado “A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como inclusão social e capacitação para o mercado de trabalho no município de Itapuranga-GO”, tema para a defesa da minha dissertação de mestrado no curso acima especificado. O objetivo dessa pesquisa é compreender e identificar como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir na formação de cidadãos críticos e suas inserções no mercado de trabalho com uma qualificação e no próprio desenvolvimento regional de Itapuranga-GO. Para isto utilizaremos um questionário a ser preenchido e respondido por jovens e adultos acima de 18 anos e egressos desta modalidade para análise da atuação do programa como contribuição para o desenvolvimento regional. Caso haja desconfortos e quaisquer riscos para a participação dos integrantes, os mesmos serão resolvidos da melhor forma possível proporcionando um ambiente agradável, com toda a assistência do pesquisador e da professora auxiliar. Todos os esclarecimentos com relação à pesquisa que se fizerem necessários serão dados com a maior clareza possível, a fim de evitar quaisquer dúvidas e incertezas com relação ao trabalho. Os participantes terão toda a liberdade em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. As respostas às questões do questionário bem como as opiniões emitidas nos debates e nas discussões serão mantidas em sigilo, assegurando a privacidade dos integrantes. A pesquisa e todo o processo não gerarão despesa alguma para os integrantes, sendo todos os materiais e outros recursos a serem de responsabilidade do próprio pesquisador. Se você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o pesquisador.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: _____

DI _____

Data de Nascimento: ____/____/____.

Telefone para contato: _____

Endereço: _____

☐ ESTOU DE ACORDO E QUERO PARTICIPAR DA PESQUISA

Participante ou Representante legal Itapuranga-GO, ____/____/____

Assinatura do pesquisador: _____

RG nº 4059603 SSP-GO

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS PARA MAPEAMENTO NA PESQUISA

Perfil do Egresso EJA	1	Genêro	()	Masculino	()	Feminino	()	Outros			
	2	Idade	anos								
	3	Natural de:	()	Itapuranga	()	Interior de Goiás	()	Goiânia	()	Outro Estado	
	4	Estrangeiro	()	Sim	()	Não	Se sim, qual país:				
	5	Residência	()	Itapuranga	()	Região Urbana	()	Região Rural			
	6	Estado Civil	()	Solteiro	()	Casado	()	Separado ou Divorciado	()	Viúvo(a)	
	7	Grau de Instrução	()	Alfabetiza	()	Não Alfabetizado	()	Ensino Fundamental	()	Ensino Médio	
	8	Possui alguma formação	()	Sim	()	Não	Se sim, qual:				
	9	Estuda?	()	Sim	()	Não	Se sim, o quê: Se não, por quê:				
	10	Você é chefe ou responsável de família?	()	Sim	()	Não	Se não, quem é:				
	11	Tem filhos?	()	Sim	()	Não	Se sim, quantos:				
	12	Qual foi a maior ocupação/trabalho durante sua vida?	() Agricultura () Pecuária () Trabalhos domésticos () Construção () Outros. Qual?								
	13	Quantas pessoas compõem sua família:	()	Uma	()	Duas	()	Três	()	Quatro	()
Perfil Sócioeconômico	14	Sua moradia é?	()	Própria	()	Alugada	()	Cedida			
	15	As pessoas que compõem sua família residem com você?	()	Sim	()	Não					
	16	Na sua residência (quantos ?):									
	()	Aparelho de som	()	Televisão	()	DVD					
	()	Geladeira	()	Freezer	()	Computador					
	()	Telefone fixo	()	Telefone celular	()	Automóvel					
	()	Motocicleta	()	Bicicleta	()	Tv por assinatura					
	()	Máquina de lavar roupa									
	17	Assistência Médica	()	Pública	()	Privada					
	18	Assistência Médica quando útil	()	SUS	()	Posto de Saúde	()	Outros	Qual?		
	19	Durante a pandemia da Covid-19 você continuou trabalhando?	()	Sim	()	Não					
	20	Caso negativo, você recebeu ajuda do Governo Federal?	()	Sim	()	Não					
	21	Você trabalha com carteira assinada?	()	Sim	()	Não					
	22	Você trabalha como?	()	Diárias	()	Mensalista					
	23	Qual porcentagem gasta do seu salário com as despesas de casa?	()	10 a 30%	()	40 a 70%	()	80 a 100%			
	24	Consegue guardar algum dinheiro como reserva, aplicações, poupança	()	Sim	()	Não	()	Raramente			
	25	Se utiliza condução para o trabalho, qual seria?	()	Própria	()	Público/Transporte Coletivo					
	26	Quantas conduções utiliza por dia para o trabalho?	()	Uma	()	Duas	()	Três ou mais			
	27	Qual sua renda mensal?	() Menos de um salário mínimo () Um salário mínimo () Dois salários mínimos () Três salários mínimos () Acima de três salários mínimos								
	28	É contemplado por algum programa social?	()	Sim	()	Não	Se sim, qual?				
29	Você tem lazer?	()	Sim	()	Não						

	30	Se tem lazer, qual você mais utiliza?		() Parques				
			() Clube					
			() Praças					
			() Sítios e Chácaras					
			() Esportes					
			() Outros. Quais?					
	31	Religião						
	()		Acredito em Deus mas não sigo nenhuma religião					
	()		Católico	()	Católico não praticante			
	()		Protestante (Evangélico, Batista, Testemunha de Jeová, Mórmon ou outra)					
()		Espírita	()	Religião afro-brasileira (Umbanda, Candomblé)				
()		Budista	()	Muçulmano	()	Judeu		
()		Tenho outra religião		Qual:				
()		Prefiro não declarar						
	32	Com que frequência você tem acesso a estes meios de informação?						
			Diariamente	Quase diariamente	As vezes	Raramente		Nunca
		Jornais						
		Revistas						
		Televisão						
		Internet						
		Livros						
		RádioAM/FM						
	33	Quanto livros em média você costuma ler por ano?						
	()	Nenhum	()	Um livro	()	de 2 a 5 livros		
()	de 6 a 10 livros	()	de 11 a 15 livros	()	de 16 a 20 livros			
()	de 21 a 30 livros	()	mais que 30 livros					
Consientização Política e Cid	34	Você é membro de algum partido político?						
	()	Sim	()	Não	()	prefiro não decl Se sim, qual?		
	35	Você é filiado a algum sindicato?						
	()	Sim	()	Não	()	prefiro não declarar		
	36	Você é filiado a associação de moradores do seu bairro?						
	()	Sim	()	Não	()	prefiro não declarar		
	37	Você conhece as leis/legislação trabalhista?						
	()	Sim	()	Não				
	38	Você classifica a legislação trabalhista para suas atividades como:						
	()	Ótima	()	Boa	()	Excelente	()	Regular
()	Péssima	()	Não sei					
39	Você considera que as leis e a legislação atende as suas necessidades?							
()	Sim	()	Não sei					
40	Você já teve necessidade de buscar a justiça para assegurar seus direitos trabalhistas?							
()	Sim	()	Não sei					
41	Caso "sim" para a resposta anterior (40), qual ou quais os motivos que fez você buscar seus direitos?							
Resposta:								
42	Nas últimas eleições você votou?							
()	sim	()	não	()				
43	Você já foi vítima no seu trabalho?							
()	Violência física	()	Tortura	()	Violência psicológica	()	Assédio moral	
()	Violência sexual	()	Outros:					
44	Dentro de suas atividades você já foi vítima de:							
()	Discriminação	()	Preconceito	()	Ambos			
Perspectivas de vida	45	Você pretende continuar trabalhando da mesma forma de hoje?						
	()	Sim	()	Não				
46	Você está contente com seu trabalho atual?							

EJA e a formação

()	Sim	()	Não			
47	Você pretende mudar de profissão?					
()	Sim	()	Não			
48	Se você pudesse escolher, qual profissão gostaria de trabalhar:					
Resposta:						
49	Você pretende dar continuidade aos seus estudos?					
()	Sim	()	Não			
50	Para realizar algum plano (estudo, viagem, construção, etc) sua condição financeira permite?					
()	Sim	()	Não			
51	Caso a resposta anterior (50) seja "Não" você buscará ajuda:					
()	Governo Federal	()	Governo Estadual	()	Governo Municipal	
52	Você acredita que sua vida irá melhorar?					
()	Sim	()	Não			
53	Com relação aos seus filhos (caso tenha), qual perspectiva de vida você almeja para eles?					
Resposta:						
54	Você considera que sua profissão é desvalorizada?					
Resposta:						
55	Em que você gostaria que sua vida fosse diferente em relação a atual?					
Resposta:						
56	Enquanto trabalhador, o que você gostaria de realizar?					
Resposta:						
57	Qual era seu grau de escolaridade antes de cursar a EJA?					
()	Ensino Fundamental Incompleto	()	Ensino Fundamental Completo	()	Ensino Médio Incompleto	
58	Qual o grau máximo de escolaridade do seu pai?					
()	Ensino Fundamental Incompleto	()	Ensino Fundamental Completo	()	Ensino Médio Incompleto	
()	Ensino Médio Completo	()	Ensino Superior Incompleto	()	Ensino Superior Completo	
()	Especialização	()	Mestrado			
59	Qual o grau máximo de escolaridade de sua mãe?					
()	Ensino Fundamental Incompleto	()	Ensino Fundamental Completo	()	Ensino Médio Incompleto	
()	Ensino Médio Completo	()	Ensino Superior Incompleto	()	Ensino Superior Completo	
()	Especialização	()	Mestrado			
60	Qual o seu grau de escolaridade hoje?					
()	Ensino Fundamental Incompleto	()	Ensino Fundamental Completo	()	Ensino Médio Incompleto	
()	Ensino Médio Completo	()	Ensino Superior Incompleto	()	Ensino Superior Completo	
()	Especialização	()	Mestrado			
61	Qual foi o motivo que fez você procurar a EJA?					
()	Conclusão de Curso	()	Melhoria de salário no trabalho	()	Busca de novas oportunidades no mercado de trabalho	
()	Ingressar em uma Faculdade	()	Empreender um negócio próprio	()	Concursos públicos	
62	Por que você não estudou na idade correspondente?					
()	Falta de transporte	()	Trabalhava	()	Não tinha interesse	
()	Pais ou responsáveis não orientaram	()	Falta de políticas educacionais			
63	Qual foi o impacto da EJA na sua vida?					
()	Não fez diferença	()	Positivo	()	Negativo	
()	Extraordinário	()	Colaborou de certa forma			
64	Quanto tempo você gastou para cursar e concluir a EJA?					
()	06 meses	()	01 ano	()	02 anos	
()	03 anos	()	04 anos ou mais			
65	Quais foram as dificuldades que você encontrou para cursar a EJA?					
()	Falta de informação	()	Horário das aulas	()	Instituições de ensino	
()	Metodologias de ensino	()	Atividades e exercícios	()	Falta de uma base escolar	

Outras:	
66	Depois da conclusão da EJA o que mudou na sua vida?
67	Qual a sua avaliação dos seus estudos na EJA?
68	Qual foi o seu maior incentivo na EJA?
69	Você recomendaria a EJA para quem não teve oportunidade de estudar no tempo certo e por quais motivos?